

Sábado, 21 de Março:

O dia de todos os protestos

Entrevista de José Ernesto Cartaxo sobre as manifestações convocadas para sábado pela CGTP-IN

• Noticiário/Págs. 4, 5, 6 e 7

Conferência de Imprensa da Comissão Política

1991

foi ano de recuo económico

Os números oficiais desmentem a propaganda do Governo

Pág. 3



Joaquim Miranda, Carlos Carvalhas e Agostinho Lopes, na conferência de imprensa de anteontem



Habitar ou ficar de fora

— um dossier sobre a habitação no Portugal laranja

Págs. 20 a 25

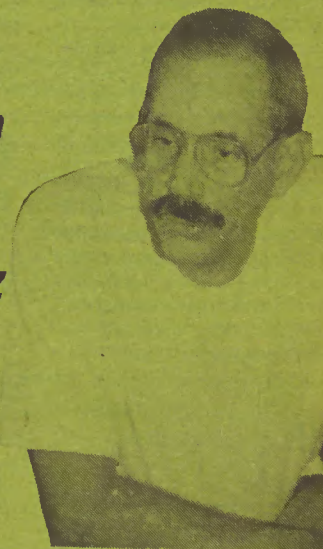


Sintra: o comboio apitou 15 vezes

— Reportagem de Henrique Custódio Págs. 14 e 15

Cuba apesar de tudo resiste

— Entrevista com Sérgio Hernandez do CC do PC de Cuba



Págs. 30 e 31

Menos democracia sucesso nenhum

Numa situação marcada pela vasta contestação do Governo, pela clara erosão da sua base social de apoio, por sintomas evidentes de estagnação económica e crescentes dificuldades políticas que já levaram à demissão do ministro da Educação, Cavaco Silva volta à carga com o plano de alteração de todas as leis eleitorais, incluindo com a revisão antecipada da Constituição.

Esta recarga confirma que o PSD não abandona o objectivo antidemocrático de afeioar a legislação eleitoral à desmedida ambição de se eternizar no poder, mesmo que os votos não o legitimem.

A oportunidade escolhida comporta também a tentativa de introduzir na actualidade política um factor de diversão em relação à vaga de greves, manifestações, concentrações, reclamações e protestos envolvendo, especialmente, trabalhadores, estudantes, intelectuais e autarcas que colocam o Governo na defensiva e em cheque.

O perigo da retomada da operação governamental reside, sobretudo, na posição que o PS vier a tomar, pois, sem a colaboração dos socialistas, torna-se praticamente inofensiva.

É positivo que o PS recuse, tal como fez o PCP desde a primeira hora, uma revisão antecipada da Constituição com este objectivo. Mas há todas as razões para recear que, como aconteceu noutras ocasiões, o PS se deixe tentar pelo canto da sereia laranja que lhe aponta as maravilhas de uma bipolarização ainda mais acentuada da vida política portuguesa, e que, designadamente, a lei eleitoral para a Assembleia da República possa sofrer grandes alterações sem revisão da Constituição. Neste sentido, é oportuno lembrar que enquanto o ministro Dias Loureiro se esfalfava para apresentar os conhecidos argumentos hipócritas do Governo sobre a «aproximação de eleitos e eleitores» e a «discriminação dos emigrantes», o Primeiro-Ministro, em entrevista dada pela mesma altura, explicava com toda a cruzeza que o que o Governo quer é baixar acentuadamente a percentagem da votação necessária para a obtenção da maioria absoluta dos deputados na Assembleia da República e assim facilitar a obtenção da maioria para governar.

Isto quer dizer com todas as letras que o Governo pretende a subversão do princípio constitucional da representação proporcional e a distorção, por força da lei, da vontade do eleitorado por forma a mais facilmente se aguentar no poder, mesmo com a perda de parte considerável do seu eleitorado. Do que se trata não é de bipolarização, muito embora a operação vise também reduzir os partidos representados na Assembleia da República e a representação parlamentar do PCP e do CDS.

Do que se trata é da hegemonização da vida política portuguesa pelo PSD que, separado do PS por mais de 20 pontos percentuais, nas eleições em 6 de Outubro, será o primeiro beneficiário da redução da percentagem da votação necessária para atingir a maioria absoluta na Assembleia da República.

O que o Governo tem em vista é, assim, uma nova ofensiva contra a demo-

cracia política, não apenas com as alterações à lei eleitoral para a Assembleia da República, mas igualmente com as alterações às leis eleitorais para o Presidente da República e para as autarquias locais. Em relação ao Presidente da República visa facilitar a concretização do velho sonho da direita de controlar conjuntamente o Governo, a maioria parlamentar e o Presidente da República - isto é, todo o poder político.

Em relação às autarquias tem em vista reaver a maioria das Câmaras perdidas nas eleições de 1989.

Cerca de seis meses passados sobre as eleições de 6 de Outubro pode-se com toda a objectividade asseverar que a prometida «democracia de sucesso» que Cavaco Silva e o PSD anunciaram aos portugueses se traduz, afinal de contas, por menos democracia e sucesso nenhum.

No plano social, os governantes do PSD mal passaram as eleições apronta-

dar a posição de «lanterna vermelha» para Portugal.

Como Carlos Carvalhas afirmou, na conferência de imprensa da Comissão Política da PCP, da passada terça-feira, os maus resultados da economia portuguesa em 1991 não são apenas a consequência da conjuntura externa dominada pela recessão nos Estados Unidos e Inglaterra e das dificuldades nas economias de outros países capitalistas desenvolvidos. São o resultado da inadequada política governamental, designadamente da «obsessão do Governo por uma política monetária fortemente restritiva pela via das elevadas taxas de juro e por uma política cambial de insustentável apreciação real do escudo».

No plano comunitário, a presidência portuguesa obsessivamente governamentalizada pelo PSD, está a saldar-se por uma extrema subserviência para com os grandes países e uma grave subalternização dos interesses nacionais, especialmente em relação à agricultura, ao «pacote Delors II» e às questões sociais da integração.

No domínio da política externa, o desenvolvimento da questão de Timor e das acções de solidariedade com a luta do povo Maubere, estão a pôr em evidência a equívoca política do PSD nesta matéria e a ineficácia da diplomacia portuguesa comandada pelo Governo de Cavaco Silva que permite, quase sem reacções ou com reacções muito tardias, que o país seja abandonado e até insultado pelos seus principais aliados, como tem acontecido com os Estados Unidos.

A demissão do ministro da Educação, Diamantino Durão, representa um claro revés do Governo e do Primeiro-Ministro e um êxito importante do movimento de massas, muito especialmente, da luta dos estudantes e professores.

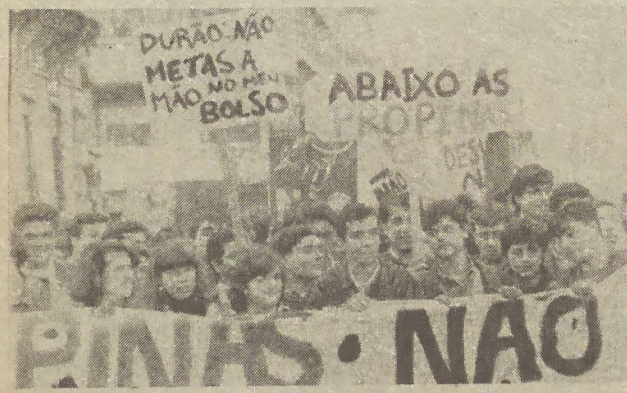
A demissão do ministro Durão após seis meses de um mandato atribulado, chama a atenção para mais uma escolha desastrosa do Primeiro-Ministro (o que não pode desligar-se da sua forma pessoal de exercer o poder) numa pasta de tanta importância, complexidade e melindre para o País e a formação da nossa juventude.

A remodelação governamental que se se lhe seguiu, operada por uma troca de pastas dentro do próprio executivo põe em evidência o crescente confinamento dos governos de Cavaco Silva ao aparelho dos jovens políticos profissionais do PSD, que não têm nenhuma recomendação especial que não seja a obediência incondicional ao Primeiro-Ministro.

Por tudo isto não são de esperar grandes modificações na política que estava a ser seguida que é afinal a política que o PSD tem desenvolvido nos treze anos que leva à frente do Ministério da Educação.

O mais importante neste episódio da demissão do ministro da Educação é o facto de o Governo ter rompido e ter cedido perante o embate do movimento de massas.

Em vésperas da jornada de luta a 21 de Março, esta circunstância constitui mais um real encorajamento ao revigoramento das reivindicações e do trabalho de mobilização para assegurar o maior êxito às acções e manifestações para esta data fixadas.



Demitido Durão, falta mudar a política de Educação, em particular no que respeita ao regime de acesso ao ensino superior e ao aumento das propinas universitárias, problemas que estiveram na origem das grandes movimentações estudantis

RESUMO

11 Quarta-feira

Um choque de comboios em Albergaria-dos-Doze provoca três mortos e dezenas de feridos ■ As empresas portuguesas que se instalam no estrangeiro poderão beneficiar de incentivos fiscais, promete o ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira ■ Milhares de populares e crianças das escolas de Pernes concentram-se no centro da vila protestando contra a poluição do rio Alviela ■ Dias Loureiro apresenta publicamente a proposta de revisão da Lei Eleitoral ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros condena a atitude ilegítima da Indonésia ao impedir pela força a passagem do Lusitânia Expresso ■ Milhares de estudantes enchem as ruas de Belgrado, exigindo a demissão do presidente da Sérvia.

12 Quinta-feira

Tem lugar junto ao Palácio de Belém uma manifestação de estudantes contra a PGA ■ Termina a greve dos trabalhadores em despachantes e aduaneiros ■ Os representantes do Governo moçambicano e da Renamo assinam em Roma um acordo sobre os princípios da lei eleitoral ■ A Comissão Europeia para os Assuntos Sociais, Vasso Papandreu, responsabiliza os Estados membros da Comunidade pela não aplicação das leis sobre segurança no local de trabalho, após o lançamento em Lisboa do Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho ■ É assassinado o euro-deputado italiano democrata-cristão Salvo Lima, numa rua central de Palermo ■ A França levanta sanções à importação de carvão da África do Sul.

13 Sexta-feira

A Plataforma Reivindicativa da Administração Pública (CGTP-IN) revela que vai apresentar uma queixa contra o Governo à OIT por violação do direito à negociação colectiva ■ O Governo protesta oficialmente, uma semana depois, pelas declarações de um subsecretário de Estado norte-americano onde reiterava a cooperação dos Estados Unidos com a Indonésia ■ Reformados, pensionistas e idosos concentram-se no Rossio em protesto contra a situação de marginalização em que vivem social e economicamente ■ O Partido Socialista diz que vai agendar um debate na AR sobre o estado da democracia na Madeira ■ Um sismo no Leste da Turquia provoca mais de um milhar de mortos ■ Nos Estados Unidos a Câmara dos Representantes aprova a revelação dos nomes dos 355 congressistas implicados num caso de passagem repetida de cheques sem provisão sobre o «banco» do Congresso.

14 Sábado

Em Évora, Álvaro Cunhal participa num almoço comemorativo dos 71 anos do PCP, iniciativa que

reúne meio milhar de pessoas ■ Antifascistas homenageiam no Alto de S. João os presos políticos do Tarrafal ■ Num debate que reúne 400 profissionais do sector, é rejeitada a integração da Saúde Mental nos hospitais gerais ■ Mário Soares participa em Madrid num jantar de homenagem a Willy Brandt, promovido pela Internacional Socialista ■ Um ataque de apoiantes do Inkatha na cidade negra de Alexandra, junto a Joanesburgo, faz 3 mortos e mais de uma dezena de feridos ■ O jornal soviético Pravda, criado por Lênine em 1912, suspende a sua publicação.

15 Domingo

O 1º Congresso dos Orizicultores, reunido na Figueria da Foz, exige a renegociação dos termos do tratado de adesão de Portugal à CE e do período de transição ■ Regressam a Lisboa os participantes na «Missão Paz em Timor» ■ Em Aveiro realiza-se um plenário nacional de trabalhadores-estudantes ■ Milhares de pessoas participam, em Évora e Estremoz, em procissões para pedir chuva ■ Os eleitores congolese votam «sim» no referendo constitucional ■ A Convergencia y Union, no Governo, e a Esquerda Republicana reforçam a sua votação nas eleições legislativas na Catalunha ■ Arménia e Azerbaijão assinam, em Teerão, um acordo de cessar-fogo no Nagorno-Karabakh.

16 Segunda-feira

Diamantino Durão é demitido do cargo de ministro da Educação, para onde será nomeado Couto dos Santos, que, por seu turno, será substituído por Marques Mendes ■ Uma delegação da CGTP-IN é recebida na Conferência Episcopal Portuguesa ■ O ministro da Justiça anuncia a criação de «tribunais de pequena instância» ■ Começam em Jacarta os julgamentos dos dois timorenses presos por subversão na altura do massacre de Dili ■ Os ministros das Finanças da CE discutem em Bruxelas o «Pacote Delors II» e as condições para futuros empréstimos à Rússia ■ O parlamento britânico é oficialmente dissolvido; os deputados eleitos a 9 de Abril deverão reunir dia 27 ■ Boris Ieltsin decreta a recriação do exército russo, assumindo o cargo de ministro da Defesa, que assim acumula com a Presidência e a chefia do Governo.

17 Terça-feira

Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa após a reunião da Comissão Política do PCP, critica a «dupla presidência» do Governo PSD na CE e defende a especificidade da agricultura portuguesa ■ O MNE australiano apoia em Lisboa as posições indonésias acerca de Timor-Leste ■ Dezenas de milhar de moscovitas protestam na praça Manieiev contra a política económica do governo russo e contra o fim da URSS ■ A maioria do eleitorado branco apoia no referendo as reformas na África do Sul.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gufões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 65/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93 PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93 Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

Taxa de crescimento do PIB desceu para metade em 1991

1. A Comissão Política do PCP procedeu à análise da situação da economia portuguesa e suas perspectivas para o futuro próximo.

A forte redução, em 1991, da taxa de crescimento do Produto para cerca de metade da verificada no quinquénio anterior, a prática estagnação do investimento directamente produtivo e da produção industrial, a diminuição real das exportações de mercadorias, a perda de quotas de mercado no exterior e no país, o agravamento do défice comercial a acentuação das assimetrias regionais, a crise de importantes sectores industriais como a do sector têxtil, a crise da agricultura, ou de importantes produtos das nossas exportações tradicionais - crise do Douro, Vinho do Porto - a nova redução acentuada dos rendimentos dos agricultores, são, entre outros, resultados indelévelmente da inadequação da política económica do Governo à realidade e interesses nacionais.

A evolução negativa reforça a necessidade de o Governo dever, com urgência, dar a conhecer a sua avaliação do estado e da preparação da economia portuguesa, no quadro da aproximação do Mercado Único e da União Económica e Monetária.

A obsessão do Governo por uma política monetária fortemente restritiva pela via das elevadas taxas de juro e por uma política cambial de insustentável apreciação real do escudo, conduziu à diminuição da capacidade concorrencial da produção nacional, restringiu o investimento produtivo, impediu o aproveitamento do potencial de crescimento económico e criou dificuldades acrescidas às empresas nacionais, com efeitos profundamente negativos para um País que necessita de recuperar em tempo útil o seu enorme atraso estrutural em relação à generalidade dos países comunitários.

A Comissão Política do PCP reafirma que uma política económica que degrada a situação económica e financeira de milhares de empresas industriais e dos agricultores, em benefício de lucros exorbitantes do sector financeiro, é uma política contrária aos interesses nacionais.

A Comissão Política considera necessária uma nova política cambial e financeira e considera que as **taxas de juro dos empréstimos poderiam e deveriam baixar significativamente.**

A Comissão Política do PCP analisou também a grave situação da seca no país e acusa o Governo pelos atrasos, ditados por sectarismo político, do plano de rega do Alentejo e do Alqueva e de outros aproveitamentos de recursos hídricos de fins múltiplos que poderiam minimizar aqueles efeitos.

A Comissão Política considera que o Governo deverá assumir as suas responsabilidades e **tomar medidas de emergência para as regiões mais afectadas nomeadamente no Alentejo e Trás-os-Montes.**

As orientações de política apresentadas no Orçamento para 1992 mostram que o Governo persiste em manter e agravar uma política comprovadamente errada.

Aliás, a revalorização nominal da taxa de câmbio efectiva em 2% no passado mês de Janeiro é um indicador iniludível de que o Governo pretende continuar com uma política que compromete seriamente a actividade produtiva, nomeadamente o sector exportador.

Tal como a tributação em IVA de bens e serviços de primeira necessidade e a fixação de tectos salariais irrealistas mostram que o Governo pretende fazer suportar aos trabalhadores o essencial do pesado fardo dos custos da sua política.

A Comissão Política do PCP reafirma que a opção nacional tem de ser por uma economia forte e eficaz assente na valorização da especialização produtiva e modernização do aparelho produtivo nacional e no aproveitamento racional dos nossos recursos que permita sustentar a estabilidade da moeda e a desinflatão, e não por uma marcha forçada para a convergência nominal assente numa economia frágil e periférica.

O PCP manifesta-se, uma vez mais, pela necessidade de redução da inflação. Mas recusamos que a desinflatão seja suportada por pesados sacrifícios dos trabalhadores e dos agricultores portugueses e pela estagnação económica, antes devendo ser conseguida através de políticas activas de modernização da estrutura produtiva e do aumento da produtividade real das empresas nacionais.

Mesmo no quadro dos acordos de Maastricht sobre a UEM, Portugal dispõe de um horizonte temporal até finais de 1996 para baixar a inflação para os níveis comunitários e para reduzir o défice orçamental a 3% do PIB.

Nada justifica ou impõe que essa convergência nominal

tenha de ser prosseguida em apenas 1992 e 1993, com sacrifício brutal do crescimento económico, da modernização da estrutura produtiva, da solidez das empresas produtivas e da melhoria do nível de vida dos portugueses.

A Comissão Política do PCP rejeita e condena a estratégia do Governo de gestão da política económica e social de acordo com interesses partidários do PSD e Cavaco Silva face aos ciclos eleitorais que se aproximam.

Tal como condenamos frontalmente o prosseguimento do processo de privatizações e de entrega ao grande capital privado de serviços públicos essenciais, agravando a concentração da riqueza, acentuando as desigualdades sociais e o alastramento das manchas de pobreza, com a transferência para o capital estrangeiro de sectores e empresas fundamentais da decisão económica e dificultando uma estratégia nacional de desenvolvimento económico e social.

2. A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para o facto dos diversos partidos da Oposição, com assento na Assembleia da República, terem manifestado ao Governo o desejo e o empenho em que a Presidência Portuguesa venha a ser coroada de sucesso e prestigiante para o país. Neste sentido, o PCP tem procurado potenciar o poder negocial de Portugal, nomeadamente no Parlamento Europeu, nas questões orçamentais da Política Agrícola Comum e do GATT. Recordar-se ainda que logo no primeiro encontro com o Governo sobre a Presidência Portuguesa, o PCP salientou que embora esta fosse comunitária, não deixava de ser portuguesa e que as questões da coesão económica, da dimensão social do desenvolvimento, bem como a reforma da PAC, tendo em conta a especificidade da agricultura portuguesa, eram questões de interesse nacional e comunitário.

Infelizmente o Governo, procurando a todo o custo evitar qualquer censura exterior tem-se pautado pelos critérios de menino bem comportado, arrumadinho e obediente subalternizando os interesses nacionais e comprometendo a economia portuguesa face às exigências da União Económica e Monetária.

A Comissão Política do PCP acusa o Governo de continuar a governamentalizar as questões da integração comprometendo os interesses nacionais; a abandonar na prática a especificidade da agricultura portuguesa; a mostrar passividade em relação ao Pacote Delors II e a subalternizar, na prática, as questões sociais da integração.

A Comissão Política do PCP acusa o Governo de continuar a governamentalizar, com prejuízos nacionais, as questões da integração e da Presidência e entende que o Primeiro-Ministro deveria com urgência dar conta, na Assembleia da República e aos partidos da oposição, ao abrigo do seu Estatuto, sobre a sua avaliação acerca do Pacote Delors II, não só quanto ao nível de recursos propostos, como quanto às suas possibilidades de aprovação e em que calendário.

A Comissão Política do PCP considera também que o Governo se **deveria pronunciar** no quadro da Assembleia da República e dos partidos da oposição **sobre os últimos documentos complementares elaborados pela Comissão e que foram objecto de análise pela Comissão dos Representantes Permanentes na sua reunião de terça-feira passada, consagrada à cimeira de Lisboa, a saber:**

a) as finanças públicas comunitárias de 93/97;

b) a revisão do regime dos recursos próprios;

c) o novo acordo interinstitucional Parlamento/Conselho/Comissão.

O Governo não pode continuar com aquilo a que nos meios comunitários já se convencionou chamar a **dupla presidência**. A do ministro dos Negócios Estrangeiros no Conselho, «não fazendo ondas», e a do Primeiro-Ministro que, na mesma altura e para consumo interno, realiza conferências de imprensa onde levanta questões e toma posições que não são levantadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros no respectivo Conselho.

Perante a importância de tais documentos para a implementação do Pacote Delors II importa que o Governo informe a Assembleia da República e a delegação Parlamentar portuguesa no Parlamento Europeu sobre qual a sua posição.

Para o efeito, o PCP por intermédio do seu Grupo Parlamentar irá requerer a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros na Assembleia da República.



A Comissão Política do PCP acusa o Governo de abandonar a defesa da especificidade da agricultura portuguesa, como resulta de forma clara da intervenção do secretário de Estado da Agricultura aquando da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 1992 e da intervenção do Governo a nível das Comunidades.

Em vez de uma Presidência Portuguesa que sublinhasse a **diferença** das outras agriculturas comunitárias (intensivas e produtoras de excedentes) face à agricultura portuguesa (deficitária e subdesenvolvida) o ministro Arlindo Cunha busca (e até anuncia provincianamente) «êxitos» sobre as suas propostas de reforma da PAC. O Governo abandona assim a única posição conforme aos interesses nacionais e possível de consenso: a impressiva especificidade da agricultura portuguesa a exigir prazos, fundos e apoios especiais, enquanto não atingir os níveis de produtividade e de segurança alimentar dos outros países da CEE.

A Comissão Política do PCP acusa o Governo de passividade quanto ao Pacote Delors II. Face às posições e pressões dos países mais desenvolvidos da comunidade, não basta o Primeiro-Ministro insinuar que não haverá alargamento sem que o Pacote Delors II seja adoptado, pois isso foi o admitido em Maastricht e tem sido repetido por vários comissários e ainda o foi recentemente por J. Delors, na reunião dos assuntos gerais de 3/2/92 em Bruxelas. O facto de se ter admitido que o alargamento só se deverá efectuar depois da ratificação dos acordos de Maastricht, não assegura a aprovação do Pacote Delors II com um nível de recursos e um calendário minimamente suficiente. Aprovados que estejam os acordos de Maastricht, estaremos no domínio dos factos consumados.

A Comissão Política do PCP recorda que a cimeira de Maastricht adoptou um protocolo que faz da coesão económica e social, segundo as palavras da própria cimeira, «um dos pilares da casa comunitária» e que apesar do relatório da «Comissão Temporária do P.E.» considerar modestos os aumentos orçamentais pedidos pela Comissão Europeia, estes têm sido contestado por vários governos.

Neste quadro, a Comissão Política insiste em que o Governo português não deveria apresentar na Assembleia da República os textos dos acordos de Maastricht e que estes não deveriam ser aprovados e ratificados por Portugal sem que haja garantias prévias quanto à aprovação do Pacote Delors II, com recursos suficientes e calendário adequado.

Só assim o Estado português manterá capacidade negocial e haverá possibilidades de defesa dos interesses nacionais e em face das manobras dilatatórias e objecções que têm vindo a ser colocadas pelos países mais prósperos e desenvolvidos da Comunidade Europeia.

3. Face ao agravamento da situação económica e social, a Comissão Política apela a todos os trabalhadores, a todos os democratas para uma participação empenhada na jornada de luta da CGTP/IN do próximo dia 21.

Lisboa, 17 de Março de 1992

A Comissão Política do CC do PCP

TRABALHADORES

Paralisações na Função Pública No Arquivo de Identificação a greve é de uma semana

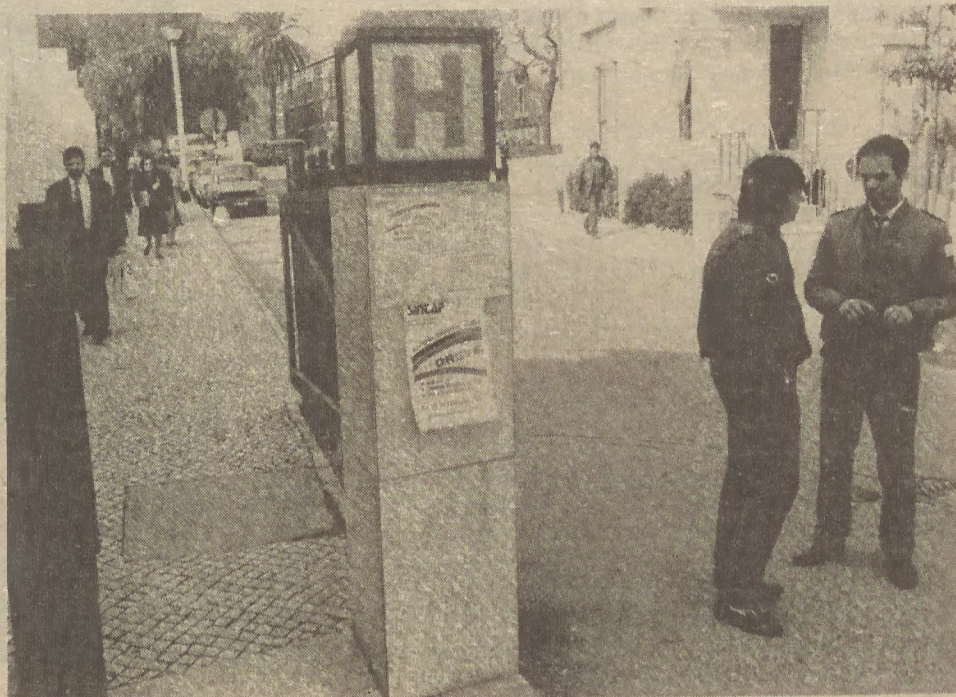
Aderem à luta enfermeiros e professores.

Conselho de Ministros confirma os 8 por cento, embora anuncie dez

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, depois de o Conselho de Ministros ter confirmado que «os aumentos na tabela salarial» serão «apenas de 8 por cento», reconhece todavia que a notícia dos 10 por cento «veio lançar grande confusão», pelo que decidiu sexta-feira passada adiar de 18 para 27 do corrente «a greve nacional da Administração Pública já anunciada».

Aquela Federação (FNSFP) reafirma que a decisão de ir novamente para a greve, depois de o Governo ter repetidamente propagado que nenhum trabalhador da FP teria menos de 10 por cento de aumentos salariais em 1992, se deve ao facto principal de o suplemento dos 2 por cento não se aplicar «a todos os trabalhadores» nem ser «integrado na tabela salarial».

A FNSFP, que emitiu uma curta nota aos órgãos da comunicação social em 13 do corrente, sublinha que o adiamento de 18 para 27 «justifica-se pela consciência de que esta notícia (dos 10 por



A greve de 27 voltará a ter reflexos nos hospitais (foto: Hospital dos Capuchos em 18/2)

cento) veio lançar grande confusão no seio dos trabalhadores, pelo que os sindicatos decidiram promover uma intensa campanha de esclarecimento e mobilização preparatória da greve».

Forte adesão e queixa à OIT

Era conhecida entretanto a posição dos enfermeiros e dos professores que admitiam parar, os primeiros a 18 do corrente (posição certamente a rever depois do adia-

mento da greve da FP) e os segundos a 26 ou 27 do corrente. A paralisação dos enfermeiros foi anunciada pelo respectivo Sindicato de âmbito nacional. O SEP adiantava expressamente em 9 do corrente que se associava dessa forma à «greve da Função Pública». Os sindicatos da FP decidiram entretanto «apresentar queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o Governo».

O fundamento da queixa é «a violação do direito à negociação colectiva».

As paralisações previstas ou já anunciadas junta-se também o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), designadamente o pessoal mais mal pago.

Destaque incomum merece a paralisação de uma semana (16 a 21.3) anunciada em 13 do corrente pelos trabalhadores do Centro de Identificação Civil e Criminal. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, acusa o Governo de «renegar tudo o que estava acordado» através de negociações com o mesmo ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, do Executivo anterior e do actual, saído das eleições de 6 de Outubro.

O STEPSA não aceita a posição segundo a qual «o diploma anterior nasceu e morreu com o Governo anterior».

Para o Sindicato e para o pessoal do Centro mantém-se de pé a exigência da integração do Centro de Identificação Civil e Criminal na Direcção-Geral de Registos e Notariado, «como serviço externo, conforme estava acordado com o Governo anterior».

Mota Amaral vaiado

Trabalhadores da Ilha Terceira, despedidos pelo governo norte-americano da Base das Lajes, vaiaram quinta-feira passada o presidente do Governo Regional dos Açores. Mota Amaral, que entrava na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi recebido na rua com assobios e, segundo a Lusa, com um cartaz onde se lia «Mota Amaral troca despedimentos por seis milhões de contos». Segundo os sindicatos, os despedidos continuam ao serviço, porque Washington não tem poder para decidir unilateralmente neste caso que envolve 69 trabalhadores. Mota Amaral recebeu dos manifestantes uma carta onde se exigem do Governo os meios financeiros para assegurar os salários dos 69 portugueses que se consideram vinculados a postos de trabalho na Base.

Sindicato dos Jornalistas quer referendo conjunto

O conselho geral do Sindicato dos Jornalistas está interessado num referendo à classe, organizado pela direcção do SJ e pela Associação dos Jornalistas Portugueses, sobre a eventual criação de uma Ordem para o sector. Aquele órgão consultivo do SJ pretende restabelecer o «diálogo construtivo» com a Associação. A agência Lusa afirmava quinta-feira passada que o Conselho Geral do Sindicato rejeitara a proposta da Associação dos Jornalistas no sentido de o referendo ser fiscalizado por uma entidade exterior à classe.

Mulheres da hotelaria

Num encontro preparatório da III Conferência Sindical Nacional, o departamento de mulheres do Sindicato de Hotelaria do Sul debateu «os problemas que afectam as mulheres trabalhadoras». As respectivas conclusões, acrescenta o Sindicato, serão levadas à Conferência a efectuar em 10 e 11 de Abril do ano corrente. O encontro na hotelaria manifestou o seu apoio às manifestações de 21 do corrente organizadas pela CGTP.

Associação de desempregados criada em Vila Real

Um grupo de habitantes de Vila Real (Trás-os-Montes), na sua maioria desempregados de longa duração, acaba de criar uma associação que, refutando o tipo de discursos segundo o qual o desemprego não existe, pretende projectar-se a nível nacional. «Ter voz própria» e a



«união por interesses justos» fazem parte dos objectivos da associação que, segundo Pedro Monteiro, um dos responsáveis pela iniciativa, se empenhará na integração dos jovens no mundo do trabalho, na assistência material aos desempregados, na diminuição do emprego precário e na formação profissional. Segundo a Lusa (telex de 12.3) a associação defenderá a reciclagem de desempregados de longa duração. Essés e outros temas sobre o desemprego serão abordados em cartas às autoridades portuguesas e num encontro com o governador civil de Vila Real.

Sindicato apoia eleição do Ministério Público

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público apoiou — pela primeira vez, segundo a Lusa — a eleição do candidato Rodrigues Maximiano para o Conselho Superior do Ministério Público. De acordo com aquela agência noticiosa, o magistrado eleito para o CSMP distinguiu-se superintendendo o Ministério Público no caso FP-25 e na instrução do processo de Carlos Melancia. As eleições efectuaram-se em 10 do corrente. As listas propostas pelo Sindicato saíram vencedoras no que respeita àquele delegado e ao procurador. O CSMP tem 7 elementos da magistratura e é presidido pelo Procurador-Geral da República.

Aproximação sindical nas ilhas açorianas

As organizações sindicais das várias ilhas açorianas devem aproximar-se mais entre si, preconiza a União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria. Essa aproximação tem em vista o aumento da força do movimento sindical. A nova direcção da US daquelas Ilhas, numa conferência de Imprensa em Ponta Delgada (11 do corrente), acrescentou, segundo a Lusa, que uma maior aproximação entre as três US açorianas permitiria também a uniformização da contratação colectiva ao nível do Arquipélago.



A Promotora opta por desfile em Lisboa (foto de arquivo)

25 de Abril Apelo da Promotora

Através da CGTP, que dela faz parte, a Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril tornou público o seu primeiro comunicado. Nele se faz um apelo aos partidos, associações cívicas, sindicatos, autarquias, colectividades e outras organizações para que apoiem o desfile comemorativo da «conquista da liberdade, no dia 25

de Abril de 1992», e dêem «a sua contribuição para o êxito das comemorações».

A Promotora, que emitiu o seu apelo em 11 do corrente, nele assinala que tinha iniciado o seu trabalho e decidira promover um «desfile popular entre o Marquês e o Rossio» em 25 do mês que vem.

TRABALHADORES

«O Governo e o patronato são responsáveis pelos conflitos»

Num momento em que se acumulam as lutas de trabalhadores e persistem as razões que lhes dão origem, a CGTP, por decisão do seu Conselho Nacional tomada no dia 28 de Fevereiro, promove sábado manifestações em praticamente todos os distritos, com o objectivo de protestar contra o acordo subscrito pelo patronato, o Governo e a UGT na Concertação, e para reclamar melhores salários, contra o aumento dos impostos e dos preços, pela justiça social, pela redução dos horários de trabalho, pela democratização do ensino e da sociedade. Entrevistado pelo «Avante!», José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da central, recordou os motivos que têm levado centenas de milhares de trabalhadores a lutar das mais diversas formas para defenderem os seus direitos e os seus interesses e contestarem a política que tem vindo a ser seguida pelo patronato e pelo Governo, afirmando que «hoje há razões acrescidas para uma grande participação nas acções do dia 21».

Conflitos e razões

José Ernesto Cartaxo sublinha que «a responsabilidade pela movimentação social e pela conflitualidade não pode ser atribuída aos trabalhadores. Os únicos res-

José Ernesto Cartaxo, em entrevista ao «Avante!», prevê grande participação nas manifestações de sábado

ponsáveis são o Governo e o patronato. O Governo tem seguido uma política claramente de classe, favorável aos interesses patronais e de afrontamento com os trabalhadores - contrariando, quer as promessas eleitorais, quer os compromissos assumidos no ano passado no Conselho da Concertação. E está a dar um muito mau exemplo aos sectores privados, quando não respeita o exercício do direito à negociação colectiva pelos trabalhadores da administração pública (o que levou já as estruturas deste sector a anunciar que vão apresentar queixa à OIT) e pelos trabalhadores das empresas públicas.

«Esta política de afrontamento e de falta de resposta aos problemas dos trabalhadores pode levar, nalgumas situações, a formas de luta e atitudes mais radicalizadas. Mas a responsabilidade não pode, de forma nenhuma, ser atribuída aos trabalhadores.»

«Enquanto o Governo» - refere o dirigente da CGTP - «prossegue a sua política anti-social e persiste em afrontar os trabalhadores portugueses, o patronato, utilizando os mais variados pretextos e recorrendo, sobretudo, ao acordo que assinou com o Governo e a UGT,

procura impor baixos salários e reduzir direitos dos trabalhadores.»

Ainda que ela encontre pela frente «a resistência dos trabalhadores, com muita unidade, muita firmeza, grande adesão às lutas e, sobretudo, às greves», José Ernesto Cartaxo considera que «é notória uma tentativa para fazer baixar os resultados nas negociações salariais após a assinatura do acordo. Há mesmo situações, como no transporte de mercadorias, em que a associação patronal, antes do acordo da Concertação, apresentou uma contra-proposta de aumentos da ordem dos 14,5%; depois, deu o dito por não dito e procura agora cingir-se aos valores do acordo.»

Entre outras razões que os trabalhadores e várias outras camadas da população têm para participar nas iniciativas de sábado, o nosso entrevistado refere ainda as recentes decisões do Governo de indemnizar os antigos monopolistas em mais de 50 milhões de contos - «um escândalo e mais uma afronta à dignidade dos trabalhadores portugueses» - e de rever a lei da contratação colectiva de uma forma que visa pôr em causa o exercício do direito à negociação, sobretudo, pro-

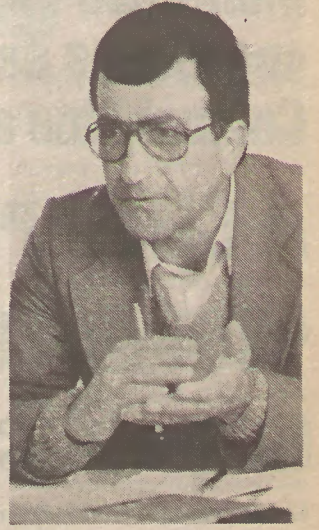
pondo a arbitragem obrigatória. Nos motivos para sair à rua inclui também a decisão do Governo de denunciar a convenção da OIT que proíbe o trabalho nocturno de mulheres na indústria.

O dia de todos os protestos

A CGTP aponta para a convergência de vários motivos de protesto nas manifestações de dia 21. Como nos disse José Ernesto Cartaxo, «procuramos, nos objectivos das manifestações, reflectir preocupações que têm estado na origem da movimentação de trabalhadores de diversos sectores de actividade, e também de outras camadas da população. Os reformados, os jovens, as mulheres, todos os que se sentem afectados por esta política têm aqui uma oportunidade para demonstrar na rua, de forma organizada e empenhada, o seu descontentamento e o seu repúdio.

«Desenvolvemos contactos com organizações diversas, colectividades, estruturas de reformados, mulheres, estudantes, jovens trabalhadores, sindicatos filiados e não filiados na CGTP... Pensamos que vão ser acções de grande envergadura, que constituirão uma resposta adequada à ofensiva do patronato e que não poderão ser

ignoradas no futuro. Temos indicações de que muitos trabalhadores, mesmo alguns que dizem abertamente que votaram no PSD, estão desiludidos, estão desgostosos e revoltados pela contradição entre as promessas e a política que é levada a cabo, e muitos, mas mesmo muitos, mostram-se disponíveis e empenhados para participar nas manifestações - que serão também um bom ponto de partida para as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, que no presente quadro político vão ter uma expres-



são muito importante. O patronato e o Governo não poderão deixar de ter em conta toda esta movimentação. De outra forma, aos trabalhadores não restará outra via, se não prosseguir e intensificar a luta» - conclui José Ernesto Cartaxo.

Todos à rua!

Até ao fecho da edição, estava confirmada para sábado a realização de manifestações e outras acções em praticamente todos os distritos.

As estruturas sindicais dos distritos de Lisboa e Setúbal promovem uma manifestação na capital, com concentração marcada para as 14.30, na Praça do Marquês de Pombal, seguindo depois até ao Rossio. No Porto a manifestação tem início marcado para as 15 horas, na Praça da Liberdade.

No sábado têm lugar ainda concentrações e manifestações em Viseu (no Rossio, às 10.30 horas), em Évora (no jardim público, às 15 horas), em Faro (no Largo S. Luís, às 16 horas, com deslocação até ao Governo Civil), em Avis (frente à Junta de Freguesia, às 17.30), em Viana do Castelo (na Praça 1º de Maio, às 16 horas), em Leiria (junto do teatro José Lúcio da Silva, às 16 horas), em Braga (na Avenida Central, às 16 horas), e em Aveiro (no Largo da Estação, às 15 horas).

Em Coimbra foi convocada para amanhã (sexta-feira), às 18 horas, uma manifestação na Praça 8 de Maio. Também amanhã, reúne em Vila Real o plenário distrital de sindicatos, realizando-se, cerca das 14.30 horas, um desfile até ao Governo Civil.

Salários na hotelaria

12 por cento para cerca de 20 mil

Fonte sindical disse à Lusa em 13 do corrente que os salários de cerca de 20 mil trabalhadores do sector da hotelaria e turismo do Norte do País foram aumentados doze por cento com efeitos a 1 do corrente.

O aumento da massa salarial é de 12,9 por cento.

Segundo a mesma fonte citada por aquela agência noticiosa, as associações patronais do sector recusaram, durante as negociações, a redução do horário de trabalho e a introdução dos dois

dias de descanso semanal.

No entanto, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte anunciou que vai continuar a negociar essas questões com as entidades patronais.

Área Metropolitana de Lisboa

Contactos positivos da parte sindical

As Uniões sindicais de Lisboa e de Setúbal (USL e USS) consideraram positivos os contactos preliminares para a participação sindical no processo de constituição e funcionamento da área metropolitana de Lisboa (AML).

Ambas as Uniões solicitaram reuniões com as entidades envolvidas nesse processo, como sejam partidos políticos, autarquias e Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Rui Paixão, membro da comissão executiva da CGTP, em conferência de imprensa de 10 do corrente, congratulou-se com a criação da AML. Segundo a Lusa, criticou, no entanto, a sua «dependência excessiva em relação ao Governo».

Mas essa circunstância não inibe os sindicatos de pretenderem integrar a AML. Para tal pensam criar um secretariado sindical regional.

Esse órgão acompanhará o

processo de regionalização e coordenará as propostas e reivindicações conjuntas perante o poder central e outras instituições.

A assembleia da AML será

eleita em 23 de Abril. A integração sindical dependerá da decisão desse órgão. A lei não prevê (não autoriza nem desaconselha) a participação sindical na AML.

Construção civil Sindicatos acusam UGT de «traição»

A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore (CGTP) constatou em 10 do corrente a «ruptura da negociação» do CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical). Numa nota desse dia, a Federação unitária acusa a UGT de «trair mais uma vez» os trabalhadores «ao assinar com o patronato» uma convenção que põe o pessoal «a trabalhar 48 horas por semana sem receber horas extraordinárias». Depois de reafirmar que se trata de um «acordo-traição», o conselho nacional da FNCSMM (CGTP) «decidiu

passar à fase de conciliação» nas negociações de revisão do CCTV, continuando a reclamar aumentos de 15 por cento nas tabelas salariais, um subsídio de almoço de 570 escudos por dia e a redução do horário para 40 horas semanais. Depois da greve que efectuaram recentemente, os sindicatos e a Federação sublinham que «não vai ser fácil alterar a posição do patronato na conciliação», mas «teremos que recorrer a novas formas de luta», reafirmam aquelas organizações sindicais.

SEE

Reunião hoje

A comissão promotora do Plenário Nacional de Representantes dos Trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) convocou hoje, 19, pelas 14 e 30 na sede da CGTP em Lisboa, uma reunião de Federações, Uniões e Coordenadoras Regionais e Sectoriais das CTs (Comissões de Trabalhadores) representativas do SEE. A ordem de trabalhos é a seguinte: «1. Aprovar documento definitivo a apresentar aos órgãos de soberania; 2. Perspectivar acções de mobilização e esclarecimento dos trabalhadores e de sensibilização junto da opinião pública». A reunião efectua-se, segundo a Promotora, «no sentido de concretizar as conclusões do Plenário Nacional de Representantes dos Trabalhadores do SEE».

Mantendo-se, após Maastricht, «os riscos da existência de uma Comunidade a duas velocidades»

A CGTP recusa

«mais demoras nos avanços da política social»

Os dirigentes da CGTP, que recentemente foram recebidos pela Conferência Episcopal Portuguesa, tomaram posição pública quanto à Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores e sobretudo quanto às reuniões há dias efectuadas no nosso país entre os ministros dos Assuntos Sociais da Comunidade Económica Europeia. Num texto distribuído em 12 do corrente, a comissão executiva do conselho nacional da CGTP «considera essencial que o Conselho dos Assuntos Sociais aprove medidas eficazes a implementar durante o ano de 1992, «Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, de forma a que se implante definitivamente a Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho». A CGTP-IN que «apoiava a proposta que a Confederação Europeia de Sindicatos dirigiu à presidência portuguesa da CE para a realização em Lisboa de uma Cimeira do Diálogo Social», distribuiu sobre o assunto o seguinte comunicado:

«Portugal preside à Comunidade Europeia num momento particularmente relevante: trata-se da primeira presidência imediatamente após Maastricht e da penúltima antes da concretização do Mercado Único.

«A CGTP-IN considera que durante a presidência portuguesa é fundamental tomar medidas efectivas para a concretização dos objectivos da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, inscritos no Programa de Acção aprovado pela Comissão das Comunidades.

«Sendo um facto que o Protocolo sobre política social aprovado em Maastricht por 11 Estados membros sobre algumas possibilidades para uma nova dinâmica social, com base na referida Carta Comunitária, e que algumas matérias sociais passarão agora a ser decididas por maioria qualificada, mantêm-se no entanto a necessidade da provação por unanimidade de outras questões tão fundamentais

organizações; a subcontratação transfronteiriça. «No domínio da saúde e da segurança no trabalho, a CGTP-IN considera essencial que o Conselho dos Assuntos Sociais aprove medidas eficazes a implementar durante o ano de 1992, «Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho», de forma a que se implante definitivamente a Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho.

«A CGTP-IN apoia a proposta que a Confederação Europeia de Sindicatos dirigiu à presidência portuguesa da CE para a realização em Lisboa de uma Cimeira do Diálogo Social que reúna organizações sindicais e patronais dos 12 e que possa contribuir para o relançamento do diálogo social, visando antecipar impactos negativos do processo de integração europeia.

«Ostextos de Maastricht reafirmam a preponderância da vertente económica e monetária sobre a social na construção comunitária, mantendo-se assim os riscos da existência de uma Comunidade a duas velocidades.

«Não podem existir mais demoras nos avanços da política social. Tudo depende agora da vontade dos Estados membros.

«A CGTP-IN reclama que os representantes dos governos que participam no Conselho informal para os Assuntos Sociais desenvolvam todos os esforços para um rápido avanço do Programa de Acção Social da Comunidade».

como são a protecção em caso de despedimento e defesa colectiva dos trabalhadores, excluindo-se mesmo temas tão decisivos como a negociação colectiva, as remunerações, o direito de greve e os direitos sindicais.

«A CGTP-IN, em consonância aliás com as restantes centrais sindicais ibéricas, recentemente reunidas em Lisboa, e com a Confederação Europeia de Sindicatos que, no passado mês de Janeiro entreteve um memorando à presidência portuguesa da CE, exige a rápida execução do Protocolo de Maastricht sobre política social, de forma a assegurar a aprovação das normas pendentes e em particular das seguintes directivas: protecção das mulheres grávidas; organização do tempo de trabalho; protecção contra os despedimentos colectivos. É ainda inadiável um empenhamento do Conselho dos Assuntos Sociais para que se aprove directivas sobre: a informação e a consulta aos trabalhadores e às suas

dicos por contrariarem a legislação em vigor.

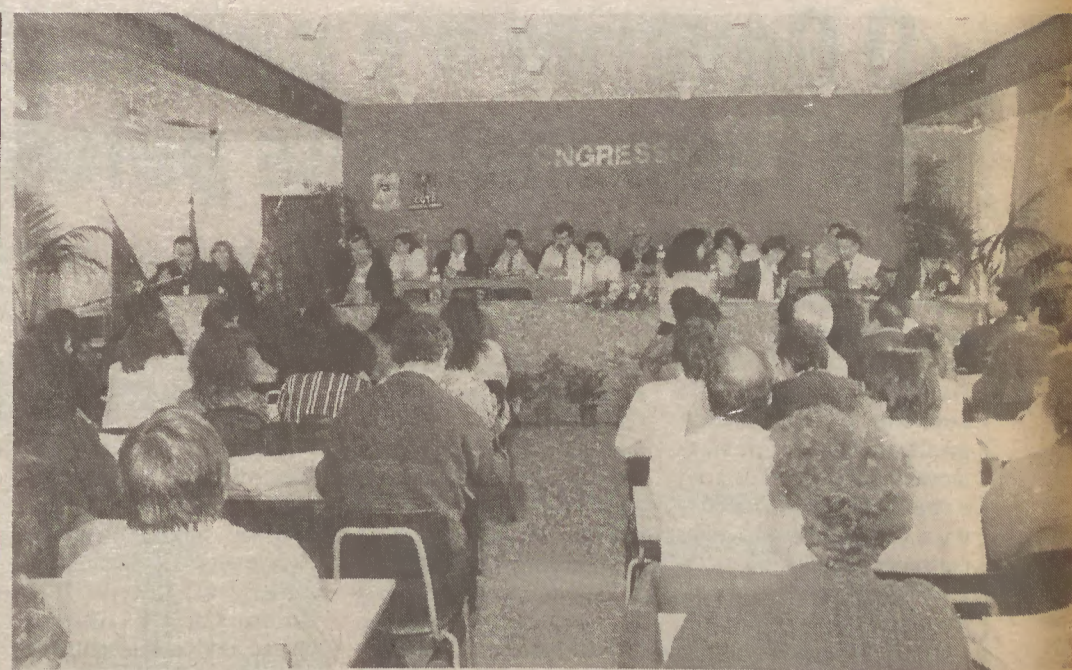
As regras da administração para a urgência contrariam designadamente o diploma regulamentador da carreira e põem em risco a eficiência do atendimento.

Os médicos não concordam com algumas alterações de horários de trabalho que as novas normas implicariam no Hospital de Cascais.

Médicos suspendem greve em Cascais

Anunciada para 13 do corrente, como o «Avante!» noticiou na semana passada, foi suspensa quarta-feira ao fim da tarde a greve no Hospital de Cascais.

O Sindicato Independente dos Médicos e o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa, assim decidiram, depois duma reunião com os administradores



■ Maria Eduarda Castro

Modernizar as empresas

Marco importante na história do movimento sindical do sector têxtil, de vestuário e calçado e na luta que os trabalhadores vêm travando pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho e pela defesa de sectores produtivos fortes, modernos e competitivos, foi como Manuel Freitas, coordenador da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Calçado e Peles de Portugal (FESETE), caracterizou o 6.º Congresso daquela estrutura, que decorreu nos dias 13 e 14, no Porto.

É ainda Manuel Freitas que fala ao dizer que foi um «debate muito rico, com um grande confronto de opiniões, num quadro muito complexo e difícil», e promete: «Nesta pluralidade de opiniões vai procurar-se contemplar todas as propostas, uma vez que há um grande consenso e muita força de vontade para aplicar as conclusões do Congresso». «A resultante dos trabalhos que antecederam o Congresso e destes dois dias não é a vontade de um sindicato ou de uma corrente, mas a permanente procura de soluções. E não é património de nenhum individualmente, antes é o resultado do esforço de homens e mulheres que

se empenharam neste debate e nesta luta». Manuel Freitas refere as alterações aos Estatutos, que caracteriza de «profundas», (nomeadamente no que se refere aos órgãos de direcção), com as quais se pretende uma maior actividade fiscalizadora dos actos de gestão da própria direcção, uma relação mais directa entre os deveres e direitos dos associados e o estabelecimento de regras mínimas para a participação dos não associados na Federação.

«Soluções novas»

«Há soluções novas, que não estão testadas, e até admitimos que algumas possam não resultar, mas têm pelo

Alerta no Calçado

«Mais vale prevenir que remediar» é a posição de Henrique Meira, coordenador do Sindicato do Calçado do Porto e dirigente da Federação Têxtil, para um subsector de mão-de-obra intensiva que vive uma ligeira recessão.

«A recessão é ligeira, mas pensamos que é necessário implementar a formação profissional no sentido de dar resposta às necessidades, nomeadamente de «design» próprio, e assim reforçar a competitividade com outros países tradicionalmente produtores: Espanha e Itália».

Uma componente a considerar, segundo o dirigente sindical, é a implantação das multinacionais, que empregam hoje milhares de trabalhadores.

O calçado tem cerca de 60 mil trabalhadores a nível nacional, a imensa maioria dos quais trabalham de Aveiro para cima, fundamentalmente em Gaia, S. João da Madeira e Felgueiras. Enfrentam factores negativos e a necessitar de regulamentação, como o trabalho domiciliário que, para Henrique Meira, é «uma forma encapotada de utilização de mão-de-obra infantil que envolve muitas crianças, e a regulamentação que existe não é suficiente para resolver os problemas em termos de direitos e de regalias sociais».

O dirigente sindical refere que o trabalho infantil no interior das empresas diminuiu por força da actuação dos sindicatos, mas ainda existe e existe a tal «forma encapotada

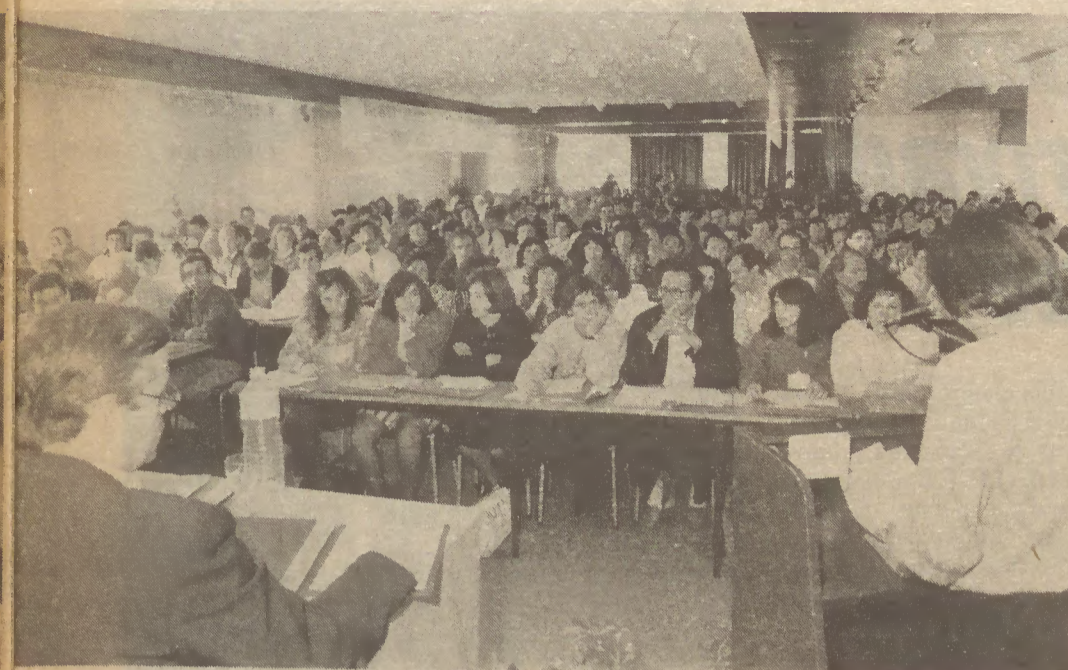


Entrevista com Manuel Freitas

menos a virtude de partir de dificuldades e necessidades para a procura de soluções», disse o coordenador da Federação, admitindo que as soluções esboçadas não sejam aplicáveis a outros sectores.

O número de trabalhadores do sector têxtil deve rondar, pensa-se, o meio milhão, mas cerca de 30% da produção é clandestina e, portanto, não há dados. Todos os subsectores cresceram, mas fecharam

Fotos de Rui Varejão



melhorar os salários

grandes empresas com emprego efectivo e crescem empresas mais pequenas, com emprego precário e ausência de direitos, que não têm crescimento sustentado e trabalham, em regime de subcontratação, para as multinacionais. «Chamamos a isto crescimento perverso», diz Manuel Freitas.

O Congresso apontou o trabalho virado para a empresa com o objectivo de travar a actual tendência e, se possível, invertê-la. Para isso, diz o sindicalista, «é fundamental um movimento sindical forte e é um trabalho muito difícil, tanto mais quanto se trata de fazer face a um patronato retrógrado, sem perspectivas que não sejam as do

curto prazo».

Uma segunda linha de intervenção «é a de alterar as questões de higiene e segurança». «A maioria dos trabalhadores e ainda os trabalhos domésticos que continuam a estar-lhes maioritariamente entregues. Também por isto se vai intensificar a batalha dos cinco dias de trabalho. O 15.º mês, a ser pago na Páscoa, e o avanço para cinco semanas de férias, são outras tantas reivindicações dos trabalhadores assumidas pelo Congresso. Uma maior atenção à componente feminina, maioritária no sector, e aos seus problemas transparece em reivindicações e soluções. As questões de higiene e segurança — «quase nenhuma empresa cumpre as regras» — em face da nova lei-quadro, conduzem à necessidade de eleição de representantes dos trabalhadores para actuar nesta área. «Na costura, uma mulher aos 50 anos está arrasada das costas e das pernas». No que se refere às necessidades de reestruturação e modernização, «o Congresso reafirmou as propostas da Federação — não estamos disponíveis para que os trabalhadores paguem erros e responsabilidades que lhes são alheios», diz Manuel Freitas, que acentua ainda a necessidade da componente social, que passa pela manutenção dos direitos adquiridos e pela sua melhoria.

Reivindicações imediatas

3 — Aumento para 5 semanas de férias anuais pagas e efectivamente gozadas, com igual valor em subsídio.

4 — Institucionalização do pagamento pelas empresas de um 15.º mês a todos os trabalhadores, por altura da Páscoa.

5 — Direito dos trabalhadores à formação profissional continua, de qualificação ou reciclagem, nas empresas, em centros ou escolas de formação, sem perda de remuneração e com pagamento das respectivas bolsas.

6 — Cumprimento pelo patronato dos seus deveres, e respeito pelos direitos económicos e sociais dos trabalhadores; fim da retirada abusiva dos prémios, dos subsídios de alimentação, do impedimento da utilização dos direitos sociais e contratuais, da discriminação das mulheres trabalhadoras (nomeadamente no que respeita a salários, emprego e acesso a

O caso da Ematêxtil

São cerca de 300 trabalhadores, dos quais, as mulheres rondam os 250. Estão há mais de cinco anos em luta permanente pelo salário. Já passaram por três administrações, incluindo a actual. Trabalharam para a exportação, essencialmente, e a empresa tem tanto trabalho que se vê obrigada a dar obra a fazer fora. Vende a totalidade da produção para os mercados nacional e internacional e, apesar de tudo isto, diz Margarida Braga, «não paga a Segurança Social nem a outras instituições».

A conversa com a sindicalista desenrolou-se durante o almoço do segundo dia dos trabalhos do 6.º Congresso dos têxteis, Vestuário e Calçado. Margarida Braga é delegada sindical da Ematêxtil, onde trabalha há 18 anos, e é dirigente do Sindicato Têxtil do Porto. Integra, com mais duas trabalhadoras, a Comissão Sindical da empresa.

«Os trabalhadores nunca vêem os salários serem pagos ao fim do mês, e aos cortes de greve e a os cortes de estrada para conseguir o pagamento do salário. Estamos com o salário de Fevereiro em atraso e a administração pediu ao Sindicato uma reunião com carácter urgente para discutir o salário e a situação da empresa».

Para Margarida Braga, a situação que os trabalhadores vivem é inaceitável — aos baixos salários, acresce o atraso no pagamento e os cortes em resultado das graves necessidades a pagamento. O salário

geral da produção é de 48600\$00, sobre o qual são feitos os descontos que depois não são pagos às instituições a que se destinam.

«Angústia e preocupação é o estado em que os trabalhadores vivem, porque a Ematêxtil quer diminuir para metade os postos de trabalho. «Vamos lutar pelo postos de trabalho e empenhar-nos para que, se a empresa vier a concretizar os despedimentos colectivos, garanta os direitos dos trabalhadores consagrados na lei». A mensagem que a sindicalista faz questão de expressar é de que «vale sempre a pena lutar, os trabalhadores da Ematêxtil têm provado isso com unidade e consciência de classe».

«Se faltasse menos...»

A continuação da conversa com Margarida Braga permite compreender os objectivos patronais, aparentemente estranhos, de querer reduzir o número de trabalhadores numa empresa que não está em crise, pois «nem chega para as encomendas...».

Durante as negociações entre a Comissão Sindical e a entidade patronal, a dirigente, admitindo a possibilidade de que quisessem afastar as delegadas, adiantou que sabia que a legislação não permite que a comissão sindical seja integrada no despedimento colectivo. Resposta patronal à Margarida: «Não pensamos despedi-la. Se não faltasse tanto (leia-se se não participasse na actividade

sindical), dava uma boa chefe de equipa».

«Isto, a trabalhadora respondeu que tem 18 anos de casa mas não se vende. E a nós explicou que é aquele emprego que quer, um emprego com direitos, onde ninguém a pode obrigar a calar as injustiças. Divorciada e com dois filhos a estudar, uma rapariga com 15 anos no 10.º ano e um rapaz com 13 anos no 8.º ano, Margarida confessa que, se não tivesse quem lhe desse crédito, já estava a passar fome.

Outra interessante afirmação patronal à Comissão Sindical foi a de adiantar a disponibilidade de vender as máquinas às trabalhadoras que fossem despedidas para «continuar a dar-lhes trabalho...»

«E mandaram escritório?»

A Margarida telefonou para os jornais, rádio e televisão a alertar para os salários em atraso e, na televisão, depois de contar três vezes a situação que originava o telefonema a diferentes pessoas, acabou por perguntar ao quarto interlocutor se ainda ninguém lhe tinha dito a razão do telefonema. Inteirado do assunto, o interlocutor perguntou: «E vocês já mandaram um ofício?» A RTP não foi lá, mas foi uma televisão privada captar imagens que disse serem para arquivo. Será que as privadas irão dar mais atenção aos problemas reais dos trabalhadores?

categorias profissionais qualificadas), do impedimento da acção sindical. Lutar por uma maior informação e participação dos trabalhadores na vida das empresas.

Direcção

A Direcção Nacional da Fesete que foi eleita no Congresso integra 15 elementos: António de Jesus Marques, António Joaquim da Conceição Ferreira, Carlos João Teodoro Tomás, Domingos Ferreira Pinto, Edmundo Fernando dos Reis, Henrique Meira dos Santos, José Fernando Teixeira da Silva, Manuel António Teixeira de Freitas, Manuel Graça Gomes Costa, Manuel José Ferreira de Sousa, Manuel José Marques Valentim, Maria Emília Reis Costa, Maria de Fátima dos Anjos Carvalho, Maria Isabel Soares da Conceição Freitas e Maria de Jesus Leite.

MURPI manifesta-se

Por não ter respondido ao caderno reivindicativo que lhe foi entregue em 16 de Janeiro deste ano, o Governo continua a ser acusado pelos reformados, pensionistas e idosos ocuparem o centro do Rossio em Lisboa, protestando e convocando junto com a Interreformados uma concentração nacional para 7 de Abril próximo, quando é assinalado em todo o mundo o Dia Internacional do Pensionista.

Sexta-feira passada, centenas de manifestantes pertencentes ao Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos ocuparam o centro do Rossio em Lisboa, protestando e convocando junto com a Interreformados uma concentração nacional para 7 de Abril próximo, quando é assinalado em todo o mundo o Dia Internacional do Pensionista.



TRABALHADORES

Solisnor

«Virtualidades» da privada e 2 milhões de prejuízo

Chamava-se Setenave quando iniciou a sua actividade na península da Mitrena, em Setúbal. Hoje é a Solisnor. A mudança de nome, porém, em nada veio alterar a vida sombria desta empresa sobre a qual, logo desde o seu começo, se abateu a política de direita retirando capacidade e futuro às suas actividades e degradando as condições de vida dos seus trabalhadores. Lutando ao mesmo tempo pela viabilidade da empresa e pelos seus postos de trabalho, estes têm uma longa história para contar. A Célula do PCP, em recente conferência de imprensa promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal do Partido, faz o ponto da situação, sublinhando a intervenção dos comunistas na Solisnor e a participação dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe. Da comunicação que apresentaram os camaradas Graciano Gonçalves, da Comissão Concelhia do PCP e da Comissão Sindical, António Cardador, da DORS, membro da CT e dirigente sindical, e Filomena Antunes, publicamos as passagens mais significativas:

«Em 1975/76, a empresa, que empregava 4800 trabalhadores», recorda o documento, «iniciava a sua actividade à partida já afectada pela reabertura do Canal do Suez, que fez surgir a opção nos armadores pela construção de navios de menor tonelagem, ensombrando assim o sector de construção vocacionado para navios de maior porte.

«Tal facto», esclarece, «verifica-se a par das dificuldades dos vários estaleiros navais, a braços com vários boicotes, até nos sectores de reparações, promovidos pelos inimigos da Revolução de Abril — prática até desenvolvida a partir de gestores nomeados para estas empresas, que tudo fizeram para denegrir a importância das nacionalizações e culpabilizar os trabajado-

reivindicando uma política geral para a actividade de construção e reparação naval, pelo aproveitamento dos recursos existentes, que apostasse na diversificação de mercados ao nível internacional e na modernização da frota nacional».

Governos e capitalistas contra interesses nacionais

«Todos os estaleiros beneficiaram de resultados, alguns existem até hoje em consequência de tais decisões», sublinharam os camaradas.

«Se na Setenave não se atingiram maiores resultados foi porque prevaleceram, com o apoio de vários governos, os interesses ex-

clusivos de alguns capitalistas em vez do interesse nacional; porque prevaleceram interesses políticos que a todo o custo procuraram limitar a conquista de direitos pelos trabalhadores, exaltando, exaltando a par «as virtualidades do dinamismo empresarial priva-

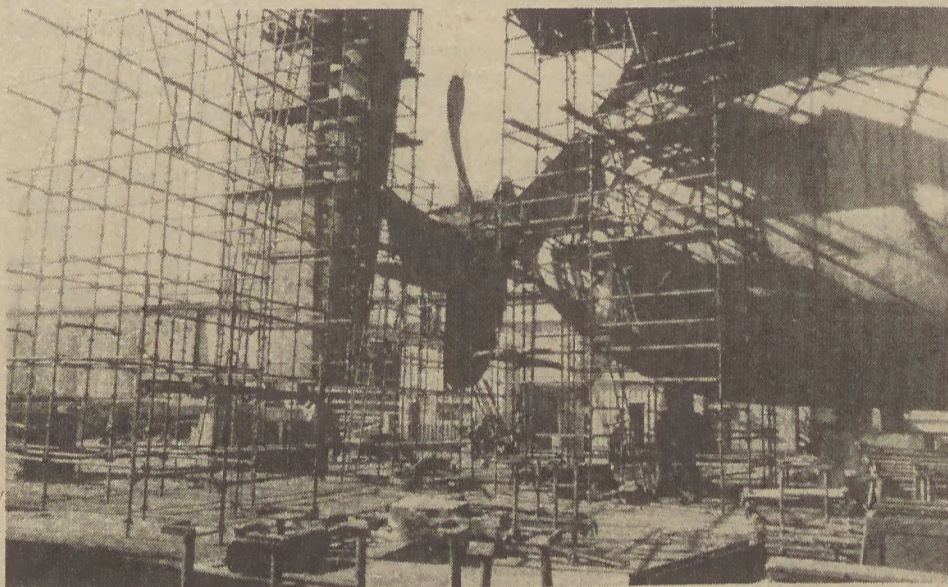
do», colocando as nacionalizações verificadas como travão ao desenvolvimento».

E o documento recorda a série de expedientes a que o poder recorreu para prosseguir a sua política, e os resultados devastadores a que deu lugar:

«Em 1986, a empresa é decretada em situação económica difícil, instrumento arbiloso que apontava para a saída da crise sem

(manutenção que custou milhares de contos) a aguardar o leilão para a nova PORTLINE, tendo o Estado acabado por ter de pagar parte do estabelecido no protocolo inicial.

«O leilão prosseguiu, sem que o saneamento económico e financeiro defendido pelos trabalhadores fosse atendido, em tempo e utilidade, no interesse da empresa e do país, verificando-se apenas como pré-



Setenave/Solisnor — uma grande empresa com problemas grandes

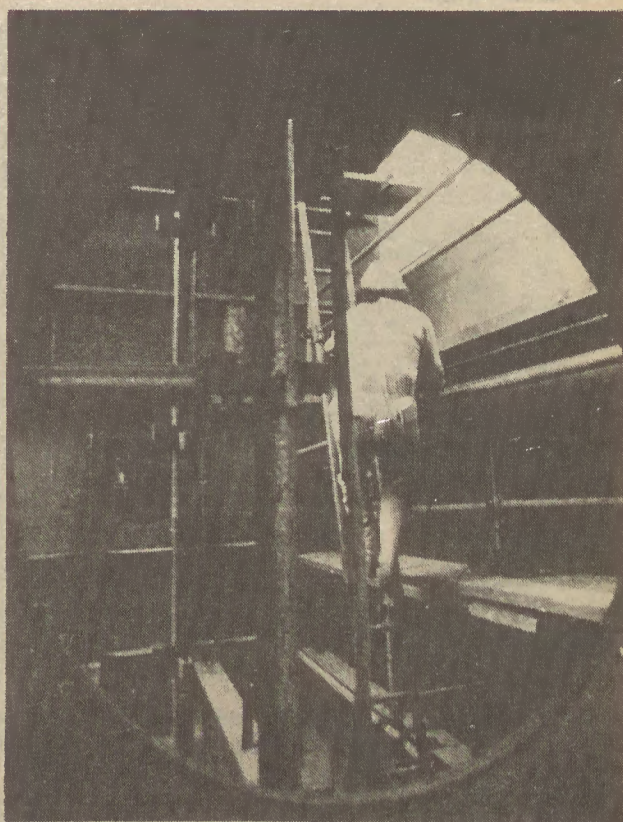
uma reestruturação, pela diminuição dos postos de trabalho e pela contenção salarial.

A resistência dos trabalhadores em todas as vertentes mais uma vez pôs a claro que tais objectivos não correspondiam aos interesses nacionais, mas a interesses exclusivos de alguns poucos, no plano político e económico.

mio à privatização da empresa em 1989, pela mão de Mira Amaral, ao grupo Solisnor, traduzindo-se em 100 milhões de contos do passivo e a utilização de todos os bens da empresa sem custos».

As «virtualidades» da gestão privada

«Passados dois anos, as virtualidades da gestão privada desmoronaram-se, a «farta carteira de encomendas» (construção de oito navios) não se verificou, sendo a principal actividade as reparações, cuja qualidade é afectada, e motivo de



apreensão por parte dos trabalhadores, pela substituição de postos de trabalho permanentes pelo emprego precário.

«Os prejuízos acumulados ultrapassam dois milhões de contos».

E os comunistas da Célula da Solisnor alertam para o retrocesso que se verifica assim nas condições e relações de trabalho. O que vem permitindo:

«Uma política de contenção e discriminação salarial; Privilégio de aumentos salariais e outras regalias aos quadros; Diminuição das condições de higiene e segurança, no trabalho;

Aumento da precariedade do emprego; Limitação à actividade sindical e da C.T., privilegiando a intervenção da organização divisionista».

«Apesar de uma gestão cada vez mais divorciada da função social da empresa, do impacte regional e da importância estratégica que tem para a economia nacional em favor de interesses exclusivistas e de classes apadrinhados pelo governo, os trabalhadores não deixaram de intervir com propostas concretas relativas à situação económica e financeira da empresa, à exigência de aplicação de novas tecnologias com efeitos na produtividade e qualidade, a par da evolução das condições de vida».

«Prova-o a unidade e participação nas recentes paralisações e manifestações em que a luta por aumentos salariais e defesa de direitos do CCTV foram factores principais».

«Prova-o a unidade demonstrada no fortalecimento dos seus órgãos representativos pelos resultados verificados nas recentes eleições para a Comissão de Trabalhadores em que os divisionistas, apesar do empenhamento da administração, sofreram pesada derrota».



Um dos momentos de luta dos trabalhadores da Setenave. Ao longo dos anos, não parou a resistência contra a política da direita

res. Nunca conseguiram minimizar a importância estratégica deste sector para a economia nacional».

O documento destaca seguidamente o papel dos trabalhadores no contrariar de tal política, através das suas organizações e «com a criação da coordenadora naval,

clusivos de alguns capitalistas em vez do interesse nacional; porque prevaleceram interesses políticos que a todo o custo procuraram limitar a conquista de direitos pelos trabalhadores, exaltando, exaltando a par «as virtualidades do dinamismo empresarial priva-

«Recorreram aos salários em atraso, envolvendo assim os trabalhadores num processo de despedimento, a par de um negócio frustrado, que envolveu a construção de três navios para a CNN (que extinguiram com a reestruturação), ficando tais navios mais de um ano

O PCP reforça-se

O papel dos comunistas na antiga Setenave, hoje Solisnor, foi também destacado na Comunicação que os camaradas da Célula tornaram pública.

A Célula do Partido Comunista Português, os militantes que a integram, partilharam desde o início todas as situações vividas pelos trabalhadores da Setenave, hoje Solisnor.

O protagonismo de vanguarda dos comunistas, que é reconhecido por todos os que, nesta empresa, se movem pela dignificação do trabalho, resulta da dedicação e seriedade que colocam no debate e na busca de soluções, na construção da unidade,

no funcionamento democrático das estruturas representativas dos trabalhadores, na coerência das propostas.

E mais adiante:

Verifica-se, assim, o reforço do Partido, quer na actividade da célula nas várias frentes de trabalho, quer na adesão de novos militantes, nomeadamente jovens trabalhadores, que também irão estar presentes na próxima Assembleia de Célula.

Estamos convictos dos ideais que abraçamos continuando a lutar por um futuro mais próspero e fraterno que se traduza no bem-estar da Humanidade.

ACORDO MINORITÁRIO NA CP NÃO SERVE TRABALHADORES

«A aceitação de um aumento de 10,77 por cento, zero por cento no prémio de produtividade e a escandalosa omissão em relação à redução do horário de trabalho para 40 horas semanais são os traços fundamentais do mau negócio, para o conjunto dos ferroviários, que representa o recente acordo entre o CG da CP e os sindicatos minoritários da empresa», denuncia na seu boletim «O Trilho», a célula comunista da CP no Porto. Os trabalhadores comunistas repudiam este acordo subscrito pelas organizações filiadas na UGT, considerando-o como um prolongamento do entendimento na concertação social assinado por Torres Couto.

Num momento em que muitas centenas de ferroviários passam para os quadros excedentários, designação que carece de qualquer fundamento jurídico, a célula dos ferroviários comunistas do Porto denuncia este atrepelo às leis do País e ao acordo de empresa que resulta da política de desmembramento da CP levada à prática pelo conselho de gerência. A célula do PCP apela à unidade dos trabalhadores e apela ao voto massivo na lista A nas próximas eleições de 26 de Março para o Sindicato dos Ferroviários do Norte.

PCP ESTÁ CONTRA CANAL SEPARATISTA

O PCP/Açores qualifica de «absurda, separatista e dominadora» a proposta do PSD de criação de um segundo canal da RTP açoriana em vez das emissões directas de um canal da RTP/Lisboa. Os comunistas

defendem a necessidade de, «a par do serviço público prestado pela RTP/Açores, os habitantes da região terem direito a receber as emissões de um canal de televisão nacional». O PCP/Açores ressalva, porém, que as emissões directas para as ilhas não devem levar à subalternização ou desaparecimento do canal produzido pela RTP/Açores. «É um direito inalienável dos açorianos, essencial para a consolidação da autonomia e elemento determinante no aprofundamento da unidade regional, a existência de um serviço público da responsabilidade da RTP/Açores, que não tenha a natureza de um canal etnográfico e regionalista», sublinham os comunistas. Preconizam por isso que a televisão açoriana se assumia como primeiro canal e que as emissões directas para a região sejam as da RTP/2.

GUARDA

Honrando os seus compromissos eleitorais, o PCP apresentou na Assembleia da República, durante a discussão do OE, várias propostas para o distrito da Guarda. Os comunistas propuseram a dotação de 150 mil contos para a construção do Centro de Formação Profissional da Guarda, o reforço para 90 mil contos da verba para a conservação e remodelação do Parque Escolar do Ensino Básico e Secundário do Distrito, assim como para o apetrechamento das suas instalações para 85 mil contos. O aumento do montante destinado à Acção Social Escolar do IPG 142 mil contos e a dotação de 50 mil contos para beneficiação da Estrada Nacional entre Gouveia e Mangualde foram igualmente propostas apresentadas pelo PCP. «Ao votarem contra, o PSD e o CDS prejudicaram o distrito e as suas gentes, esquecendo-se daquilo que prometeram. Por outro lado, o PS lavou as mãos escolhendo a abstenção», comenta a nota da DORG que acrescenta não ser assim «que se honram os compromissos eleitorais».

MONTEMOR-O-NOVO

Reunida no passado dia 8 de Março, a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP analisou a situação social e política e tomou medidas para o reforço da intervenção do Partido. Criticando a política do Governo PSD, a Comissão Concelhia realça que particularmente grave o não-cumprimento da Lei de Finanças Locais, que retira ao concelho de Montemor-o-Novo 264 mil contos, cerca de 30 por cento da verba a que tinha direito. As consequências da actual seca foram também analisadas, considerando este organismo do PCP que poderá levar a uma situação de calamidade no concelho, cuja resolução terá de passar por medidas excepcionais do Governo em favor particularmente dos pequenos e médios agricultores. A Comissão Concelhia reitera a necessidade da construção Barragem dos Minutos e saúde os deputados do PCP que apresentaram esta proposta no OE de 92.

GUIMARÃES

A recém-eleita Comissão Concelhia de Guimarães do PCP reuniu no passado sábado pela primeira vez, para debater a actividade futura, no sentido de aplicar as conclusões da última Assembleia Concelhia. Foi decidido, nesta reunião, constituir um organismo executivo composto por sete elementos. No mesmo dia realizou-se um jantar-convívio para assinalar o 71º aniversário do PCP, com a presença de cerca de uma centena de participantes. Durante a iniciativa usou da palavra José Lopes Fernandes, da Comissão Concelhia, que abordou questões relacionadas com a organização local, fez o ponto da situação no plano do trabalho de direcção e informou os presentes da composição do novo executivo, bem como da eleição do coordenador concelhio, Abílio Capela, que interveio de seguida.

CONDEIXA-A-NOVA

Reuniu, no Sobreiro, a Comissão Concelhia de Condeixa-a-Nova do PCP para analisar a situação política e social e preparar as próximas iniciativas partidárias. Na reunião foi criticado o orçamento camarário «demagógicamente inflacionado, sem qualquer correspondência com a realidade».

PCP

3ª assembleia de Aveiro

Com a participação de cerca de meia centena de delegados e a presença de alguns convidados realizou-se no passado dia 7 de Março a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro do PCP.

O debate vivo que caracterizou a Assembleia, fundamentalmente em relação aos problemas organizativos, à situação política e social do concelho, bem como em relação à situação política nacional e internacional, foi uma demonstração de que os militantes do Partido estão unidos e determinados em vencer dificuldades e em alcançarem os objectivos determinados pela Assembleia.

Nota importante a referir e a da participação dos jovens os quais relataram as suas importantes lutas desenvolvidas nos últimos tempos e deram conta do reforço que a JCP está a ter no concelho. Esta participação empenhada dos jovens nos trabalhos da Assembleia demonstra que, tal como o lema da Assembleia preconizava, este Partido de 71 anos é um Partido voltado para o futuro.



Também importante foi a solidariedade internacionalista manifestada em diversas intervenções, solidariedade essa expressa na Moção aprovada em relação aos povos de Timor e de Cuba.

A Assembleia, após a introdução de algumas alterações ao projecto inicial, aprovou a Resolução Política por unanimidade.

Igualmente por unanimidade foi eleita a nova Comissão Concelhia, composta por 26 elementos.

José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central, encerrou a Assembleia com uma intervenção política, na qual, para além de salientar o elevado nível de discussão verificado

no decorrer da Assembleia se debruçou sobre a política nacional e internacional.

À noite, num restaurante da cidade de Aveiro, cerca de 50 comunistas e outros democratas juntaram-se num jantar-convívio comemorativo do aniversário do Partido tendo José Casanova feito uma intervenção alusiva à efémeride.

22 propostas para alterar o PIDDAC

Foi recentemente aprovada na Assembleia da República a Lei do Orçamento de Estado para 1992, que inclui entre a sua matéria a relação dos investimentos da responsabilidade do Governo — o PIDDAC.

A DORAV do PCP, ao tomar conhecimento do conteúdo da parte do PIDDAC relativa ao distrito de Aveiro considerou que alguns dos investimentos previstos eram insuficientes para os objectivos respectivos e que algumas das aspirações e necessidades da região não estavam consideradas.

Deste modo, ouvidas as Comissões Concelhias, a DORAV decidiu sugerir ao Grupo Parlamentar do Partido que elaborasse 22 propostas de alteração ao PIDDAC para 1992, relativas ao distrito de Aveiro.

À cabeça destas propostas vinha, uma vez mais, a consideração de que deve estar incluído no Orçamento de Estado o Plano Integrado para a Resolução dos Problemas da Ria de Aveiro, prevendo, com esse fim 7 milhões de contos, dos quais 400 mil em 1992.

Na área ambiental e da defesa do património natural a DORAV do PCP sugeriu também a recuperação da Barrinha de Esmoriz (lagoa de Paramos).

No capítulo da saúde as propostas referiram-se à construção da fase 3 do Hospital de S. Paio de Oleiros, à criação de uma Extensão de Centro de Saúde na Marinha de Silvalde e a resolução da situação degradada dos postos médicos em Aveiro, com a construção de duas

novas unidades de saúde (Glória e Esgueira).

Quanto à educação foram avançadas propostas para a construção de escolas C+S em Argoncilhe, Santa Maria da Feira e Silvalde e de reforço da verba prevista para a Escola Preparatória da Pampilhosa do Botão.

No que concerne à segurança de pessoas e bens a DORAV do PCP sugeriu ao Grupo Parlamentar comunista que considerasse propostas para o reforço da verba destinada à defesa da costa em Ovar e que esta fosse alargada ao litoral de Paramos, a construção de uma passagem desnivelada sobre o caminho-de-ferro na Mealhada e, também na Mealhada, à implementação de soluções para o atravessamento seguro da EN1 junto às Escolas.

Quanto ao apoio à colectividades e instituições similares foi sugerida a abertura de rubricas para a construção dos pavilhões dos clubes Galitos e S. Bernardo, dos edifícios-sede da Academia de Música de Espinho, da Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré, dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa, o reforço da verba prevista para o Quartel dos Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira e o apoio à conclusão do edifício sede dos Bombeiros Voluntários de Espinho.

Na área da cultura foi proposta a criação do Museu da Indústria em S. João da Madeira.

O Grupo Parlamentar do PCP esteve de acordo com as sugestões da DORAV pelo

que foram apresentadas as 22 propostas de alteração do PIDDAC no montante de 1,17 milhões de contos em 1992, num total, para os projectos propostos, de 10,263 milhões de contos desdobráveis pelos anos seguintes.

Lamentavelmente todas estas propostas foram recusadas em Comissão Parlamentar, não recebendo o apoio das restantes forças representadas na Comissão — PSD e CDS votaram contra e o PS absteve-se.

Nesta ocasião não pode

deixar de ser sublinhado esta atitude das restantes forças políticas e a ineficácia dos deputados eleitos pelo círculo de Aveiro que, nesta matéria, não contribuíram para a defesa dos interesses da população da nossa região. Tendo em conta o conteúdo de algumas das propostas apresentadas pelo PCP, que correspondem a promessas eleitorais feitas também por outros partidos, este tipo de comportamento é um exercício de hipocrisia política que merece a mais viva condenação.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL CORREIA

Faleceu, com 74 anos, Manuel Correia, conhecido como Manuel Sapateiro, que estava organizado na SIP da Organização da Cidade de Lisboa, onde prestava valorosa colaboração.

VIRGÍLIO ROSADO

Faleceu, com 54 anos, Virgílio Custódio Rosado. Foi eleito, desde 1976, para a junta de Freguesia do Couço, tendo exercido os cargos de secretário e de tesoureiro, e era actualmente vogal da Assembleia de Freguesia. No seu funeral, com centenas de pessoas, incorporaram-se eleitos da Câmara Municipal de Coruche e da Junta de Freguesia do Couço.

VÍTOR PIRES

Faleceu no passado dia 2 de Fevereiro, após longa e grave enfermidade, Vítor Moreira Pires, de 70 anos, militante activo da célula local de Tercena. Era bancário reformado e fez parte da Assembleia de Freguesia de Barcarena.

FRANCISCO SEVERO

Faleceu, com 54 anos, Francisco Silveira Severo, natural de Campo Maior. Era funcionário da EDP e membro da Comissão Concelhia do Bombarral do PCP.

JOSÉ PRAZERES

Faleceu na passada quinta-feira, com 48 anos, José Martins Prazeres, reformado da Armada e membro da Comissão Concelhia do Bombarral.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

71º aniversário do PCP em Viana do Castelo

Integrado nas Comemorações do 71º Aniversário do Partido, realizou-se na freguesia de Santa Marta de Portuzelo, em Viana do Castelo, um jantar comemorativo de âmbito distrital, em que participou o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.

O jantar, aberto a simpatizantes do partido e a outros democratas, reuniu mais de uma centena e meia de participantes.

Na mesa que presidiu, além do camarada Carlos Carvalhas e de Branca Carvalho, da Comissão Executiva Nacional, estavam camaradas do Executivo da DORVIC, da Comissão Concelhia de Viana do Castelo, da célula dos

ENVC, da Comissão Concelhia de Monção, Vila Nova de Cerveira, entre outros.

O jantar que durou até às 24.00 h do dia 7 de Março, contou com uma intervenção do camarada António Silva, do executivo da DORVIC, e com a do camarada Carlos Carvalhas.

Na intervenção do camarada António Silva há a destacar o apelo lançado aos militantes do partido presentes, para que se empenhem na actividade político-partidária, condição essencial para que o plano de trabalho da ORVIC, aprovado na reunião de quadros de Janeiro passado, seja cumprido com sucesso. Desse plano destacou: o lançamento de uma campanha de recrutamento

de militantes para o partido com início nesse mesmo dia e término no XIV Congresso do PCP; nas Jornadas Autárquicas a realizar nos inícios de Maio; no debate sobre a barragem de Cela, no rio Minho a realizar no dia 5 de Abril; nos debates e seminários sobre «O papel da Imprensa Local do Desenvolvimento Regional», «A História do Movimento Sindical», e «O Movimento Associativo — Tradição e Luta»; a realização da Festa do Partido nos meses de Verão; a organização de brigadas de agitação e propaganda com animação de rua nos meses de Verão, nos principais centros balneares; a realização das Assembleias das Organizações Concelhias de

Valença e Ponte de Lima, etc.

O camarada Carlos Carvalhas fez questão de saudar todos os presentes e por seu intermédio os que lá não estavam, e de uma forma especial, os democratas, os trabalhadores do restaurante e as mulheres que no dia seguinte iam estar nas comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Não deixando de criticar a política do Governo Cavaco Silva/PSD e chamando a atenção para a distância a que ficam as promessas eleitorais de Cavaco Silva da realidade dos nossos dias, apelou à participação e empenho na luta contra a política do Governo Cavaco Silva; deixou o testemunho de que o futuro da humanidade passa pelo socialismo e não pelo capitalismo, apesar dos esforços de analistas, comentaristas, ideólogos e capitulacionistas em recuperar o capitalismo colocando-o como a única alternativa ao desenvolvimento da humanidade; a defesa da identidade nacional face às estruturas supranacionais; a defesa dos interesses dos trabalhadores e a iniciativa legislativa do PCP para minorar os aspectos mais graves do pacote laboral; a luta dos estudantes contra a PGA e o aumento das propinas, foram outros dos temas tratados na intervenção que foi seguida com grande atenção e inequívoco apoio.



Jantar no Caramulo

Integrado nas comemorações do 71º Aniversário do PCP, a DORViseu, realizou no passado domingo, dia 15 de Março, um almoço-convívio na Vila do Caramulo que contou com a participação da camarada Luísa Araújo, membro do Secretariado do Comité Central do PCP.

Ainda cedo, até porque estava um dia de sol esplêndido, começaram a chegar camaradas de Viseu, Mangualde, Canas de Senhorim, S. Pedro do Sul, Vouzela ou mesmo de Tondela.

Nesta iniciativa participaram cerca de 200 militantes, simpatizantes e amigos do PCP com os seus familiares. Este almoço-convívio não abrangeu todo o Distrito, pois já está programado para o dia 28 de Março um jantar-convívio na cidade de Lamego, onde poderão participar os camaradas e amigos dos concelhos do norte do Distrito.

Ainda antes do almoço ter início, a Rádio TOM DELA solicitou uma entrevista à camarada Luísa Araújo que respondeu a questões colocadas desde a situação nacional e internacional, acabando com uma saudação às populações do concelho de Tondela e em especial à população do Caramulo, onde fica situada esta Rádio.

Durante o almoço que decorreu com animação e prova de afirmação da vitalidade do PCP, a camarada Luísa Araújo fez uma intervenção onde destacou a importância e significado do 71º Aniversário do Partido, setenta e um anos de vida e luta ao serviço da liberdade e da democracia, do bem-estar e do progresso, da Paz e do Socialismo.

Na intervenção que fez, a camarada referiu ainda um conjunto de problemas existentes no Distrito e que afectam os trabalhadores e as populações e várias propostas do PCP, feitas através do seu Grupo Parlamentar e que tiveram a oposição do PSD e do PS.

No final, foi sublinhada a importância que teve a organização local do Caramulo nesta iniciativa que assegurou todos os aspectos organizativos.

A DORV aproveitou ainda a oportunidade para oferecer à direcção do Partido, através da camarada Luísa Araújo, uma pequena lembrança do Caramulo.

António Mota responde ao «Público» e «O Independente»

António Mota enviou, sexta-feira passada, uma carta aos directores dos jornais «Público» e «O Independente», cujo conteúdo publicamos.

«Exmo. Senhor:

«Fiquei surpreendido ao ler hoje no vosso jornal uma notícia com referências à minha pessoa que não correspondem à verdade e não abonam em favor de quem as escreveu, pelas inverdades e falta de rigor que contêm, pretendendo atingir, objectivamente, primeiro o PCP e, segundo, a minha pessoa.

«Considero que não é jornalismo sério este tratamento de notícias que enfermam de distorções deontológicas, escudando-se em fontes duvidosas que querem para fazer intriga com a minha pessoa e o próprio Partido.

«Para corrigir todas estas incorrecções, e aqui sim de fonte fidedigna, eu informo o sr. director e o jornalista que fez esta «caixa» do seguinte:

«1º — Não me demiti da DORP do PCP nem fui demitido.

«2º — Não escrevi carta nenhuma, nem violenta nem meiga, à direcção do meu Partido.

«3º — Não há nenhum processo para me excluir do PCP.

«4º — Nunca fui protegido por quem quer que seja dentro do meu Partido.

«5º — Sou comunista e militante do PCP, com o qual me identifico desde há longos anos.

«Estou no Partido por opção ideológica e de classe, não por necessidade de cargos ou assalto ao poder, daí não necessitar de protecção. Aliás, devo informar o sr. jornalista, se é que não sabe, que não é prática do meu Partido haver protecções.

«Devo reafirmar que a saída de funcionário não implica a minha saída do Partido ou deixar de ser comunista. Todas estas explicações vão no sentido de ajudar a objectividade informativa do sr. jornalista.

Ao abrigo da Lei de Imprensa, peço ao sr. director que faça publicar esta carta com o mesmo destaque que teve a notícia a que me refiro e que foi publicada no vosso jornal de 13 de Março de 1992.

«Com os meus cumprimentos, subscrevo-me

«Porto, 13 de Março de 1992

a) António da Silva Mota»

DORB faz balanço positivo

O executivo da DORB considerou em recente reunião «altamente positivo e significativo» o conjunto de actividades desenvolvidas nos últimos meses e a promover proximamente. Merece particular destaque o Encontro sobre a situação no sector metalúrgico do distrito realizado no passado sábado, no CT de Braga. Os presentes, cerca de 60 camaradas, aprovaram um documento que faz a análise do sector metalúrgico e metalomecânico, que atravessa uma grave crise. Nos últimos cinco anos mais de uma dezena de empresas encerrou, calculando-se em mais de mil os postos de trabalho extinguidos.

Na iniciativa, promovida pelo Comité dos Metalúrgicos do PCP, participaram Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN e membro do CC

do PCP, João Paulo, coordenador da Federação dos Metalúrgicos e do CC do PCP, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP e deputado à Assembleia da República. Este dirigente comunista participou ainda, no domingo, num plenário alargado da DORB, em que foram discutidas questões de organização do Partido no distrito. Ainda durante o fim-de-semana reuniu o organismo dos professores do distrito de Braga que analisou a situação política e reivindicativa.

A DORB Braga realça também, na frente autárquica, a realização de encontros e debates com a presença de eleitos e activistas do PCP e da CDU, nomeadamente, em Braga, Famalicão, Vieira do Minho e Fafe. Outras iniciativas de debate sobre problemas das populações serão efectuadas. Esta direcção

regional do PCP debruçou-se também sobre questões de organização, nomeadamente sobre as várias reuniões e assembleias previstas para Março, Abril e Maio.

A DORB Braga decidiu ainda preparar a realização de um «Domingo de Festa e Convívio», previsto em princípio para o primeiro domingo de Julho, em alternativa à Festa da Alegria que este ano não se efectuará.

Urgente prevenir consequências da seca

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP reuniu no passado fim-de-semana para apreciar a situação político-social do distrito e delinear as iniciativas partidárias para os próximos meses.

Ao sublinhar as graves consequências a seca que tem afectado a região, o PCP considera que seria urgente uma intervenção rápida do Governo e das autarquias de modo a salvar culturas agrícolas e definir medidas de prevenção do previsível perigo de fogos.

Repressão indonésia tem cumplicidade dos EUA

1. Ao impedir, por meios militares, que o «Lusitânia Expresso» pudesse aportar a Dili, o regime indonésio, invocando e exercendo funções de soberania que não lhe pertencem, evidenciou mais uma vez o seu continuado desrespeito pelo direito internacional e pelas Resoluções da ONU e a sua persistência na criminosa política de ocupação de Timor-Leste e de negação do inalienável direito do povo maubere à autodeterminação e independência.

2. O PCP salienta que a política ilegal, arrogante e repressiva da Indonésia continua a ser altamente favorecida e protegida pela patente cumplicidade dos EUA e de outras potências que, apesar de participarem em sistemas de alianças com Portugal, têm escandalosamente dado cobertura à ocupação e anexação de Timor-Leste pela Indonésia.

3. Neste contexto, o PCP chama a atenção para a enorme gravidade e para o carácter insolente e ofensivo para Portugal das declarações feitas recentemente pelo subsecretário norte-

-americano para os Assuntos Asiáticos (e que foram divulgadas no «Telejornal» da passada 2ª-feira) e que deveriam justificar, no plano diplomático mas com ressonância pública, um firme protesto do Governo português.

4. Salientando a contribuição que a iniciativa «Missão Paz em Timor» constituiu para uma continuada sensibilização da opinião pública mundial para a causa do povo de Timor-Leste, o PCP volta a insistir na necessidade do desenvolvimento de um diversificado conjunto de iniciativas político-diplomáticas, que não devem excluir formas adequadas de pressão sobre «aliados» de Portugal, firmemente orientadas pela rejeição de pretensas soluções de «autonomia» no quadro da integração de Timor-Leste na Indonésia e firmemente inspiradas pelo objectivo crucial de assegurar ao povo maubere o pleno exercício do seu direito à autodeterminação e à independência.

O Gabinete de Imprensa do PCP
11.3.92

Ainda no sector agrícola, os comunistas chamam a atenção para o atraso de um ano no pagamento pelo Governo de indemnizações compensatórias para o gado de carne.

Por outro lado, existem sérias ameaças à indústria do distrito, que levaram ao encerramento de várias empresas, entre elas a lapidadora de diamantes, a fábrica de azeite e uma fábrica têxtil, podendo fechar novas unidades a breve prazo. A crise alastrou ao sector mineiro e atinge agora as Minas de Jales, demonstrando-se assim a falência completa dos planos governamentais para este ramo de actividade.

PCP

Com a presença de Álvaro Cunhal Mais de 500 pessoas no almoço em Évora

As comemorações do 71º aniversário do Partido prosseguiram no distrito de Évora, no passado sábado, com um almoço-convívio em que participou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Na iniciativa estiveram mais de 500 pessoas, militantes e amigos do Partido que confraternizaram durante toda a tarde. De salientar a presença de muitos jovens que contribuíram para o clima de alegria que marcou o convívio.

Antes das intervenções, várias organizações ofereceram ao Partido, na pessoa de Álvaro Cunhal, vários presentes em que se contavam quadros de artistas plásticos e peças de artesanato regional.

Seguiu-se a intervenção de Raimundo Cabral, membro da CEN do CC do PCP, que realçou o trabalho desenvolvido pelo Partido na região após as eleições de 6 de Outu-



bro, salientando a participação de mais de dois mil militantes nas mais de 40 reuniões, realizadas entre 15 de Fevereiro e 15 de Março, para debater problemas de organização.

De realçar que durante este almoço aderiram ao Partido alguns novos camaradas, a maioria dos quais com idades abaixo dos 30 anos.

Álvaro Cunhal, na sua intervenção, considerou que o Partido está «cheio de ânimo e vontade e, actualmente, encontra-se numa curva as-

cedente». Mais à frente o líder comunista salientou que o «PCP é aquele que tem mais condições para estar voltado para o futuro porque não será o capitalismo nem o actual Governo que resolverão os problemas do País».

«O PCP tem futuro» considerou Álvaro Cunhal, que historiou a luta do PCP ao longo de 71 anos de existência e abordou as actuais lutas sociais. Neste momento está assistir-se «a uma grande resistência à política do Governo nas mais variadas áreas e o

PCP sente-se reanimado e revitalizado por essa movimentação popular», referiu o secretário-geral. «Essa movimentação popular é revitalizada pela intervenção dos comunistas e pela sua acção dinamizadora da luta popular contra a política do Governo» acrescentou.

Na sua intervenção de vinte minutos, o secretário-geral do PCP falou ainda dos objectivos do Partido, recordou o 25 de Abril, abordou a derrocada do Leste europeu e referiu que têm sido registadas muitas adesões ao Partido.

Após a iniciativa, Álvaro Cunhal foi convidado a visitar a Freguesia rural da cidade de Évora de Graça do Divor, onde visitou um atelier em que será inaugurada uma exposição de dois artistas plásticos destinada a homenagear o trabalhador alentejano.

Visitas ministeriais não resolvem problemas

Ao analisar a situação política e social do distrito o Executivo da DOREV reunido na segunda-feira concluiu que o Governo de Cavaco Silva e seus ministérios têm realizado um vasto conjunto de visitas ao distrito de Évora, que não passam de operações de propaganda cosmética de imagem governamental e de promoção pessoal de elementos do Governo e de dirigentes locais e regionais do PSD.

São visitas que pouco têm a ver com a resolução dos problemas concretos que afectam o distrito, os quais continuam a não merecer a

atenção na política governamental como demonstra o exemplo do Orçamento de Estado para o ano de 1992.

O sr. secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, afirmou na sua última visita ao distrito «que Évora poderá ser uma Catedral da Cultura». Como é isso possível se as políticas dos sucessivos governos de direita, de que o PSD/Cavaco Silva tem sido responsável, não têm permitido ao povo do distrito encontrar o caminho do desenvolvimento económico, que lhe possibilite aqui viver e aprofundar as suas raízes culturais. As populações enfren-

tam o agravamento das condições de ensino, tendo cada vez mais dificuldades no acesso à leitura e à cultura em geral. Deste modo as palavras do secretário da Cultura são no mínimo demagógicas.

O Executivo da DOREV do PCP, ao analisar as consequências resultantes da seca, conclui que é urgente a tomada de medidas especiais para o distrito por parte do Governo Central, de apoio às autarquias locais, aos agricultores e às instituições de bombeiros.

Nesse sentido, o Executivo da DOREV sugere aos seus militantes no Poder Lo-

cal que promovam um conjunto de iniciativas com objectivo de fazer o balanço da situação no distrito e a propor medidas concretas ao Governo Central.

O Executivo da DOREV do PCP manifesta a sua solidariedade e apoio à luta dos eleitos do Poder Local, dos trabalhadores da Administração Pública, da juventude estudantil e professores, dos reformados pensionistas e deficientes. Manifesta o seu total apoio à luta dos trabalhadores do Centro de Saúde Mental de Évora e decidiu envidar esforços de forma a impedir o seu encerramento.

Jovens comunistas condenam o aumento das propinas

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, reunida domingo passado em Lisboa, saudou as lutas estudantis em que têm participado milhares de jovens por todo o país, contra a PGA, o «numerus clausus» e pela criação de um novo e mais justo regime de acesso ao Ensino Superior.

A JCP considera que não estando em causa o boicote à realização da 3ª chamada da PGA, esta não resolve o problema do acesso ao Ensino Superior e não responde às justas reivindicações estudantis.

Por outro lado, esta organização juvenil qualifica de «perigosa e anticonstitucional a intenção do Governo de aumentar o valor das propinas (constituindo a completa desresponsabilização do Governo no financiamento ao Ensino Superior Público) bem como o silêncio que tem caracterizado o comportamento dos responsáveis governa-

mentais desta matéria, ocultando deliberadamente os verdadeiros objectivos que presidem a esta intenção e indiciadora da tentativa de imposição deste aumento à revelia dos estudantes das Universidades e Institutos Politécnicos».

O aumento das propinas, contrário aos interesses nacionais que exigem o desenvolvimento do Ensino Superior Público e à afirmação da sua natureza progressivamente gratuita para que este se assumia como factor estratégico do desenvolvimento nacional, não resolverá os problemas financeiros das Universidades enquanto se insistir nos cortes orçamentais para este sector e, tão-pouco constituirá uma medida de justiça social enquanto a responsabilidade do Estado (se vir diminuída) no apoio à formação dos seus cidadãos.

O projecto do Governo de concretizar uma reforma do sistema educativo no sentido da «privatização» do Ensino

Superior Público e da destruição de garantias e direitos há muito consagrados aos estudantes, encontram na crescente contestação estudantil a resposta a tão desastrosa política.

A DN da JCP reafirma a posição de defesa do Ensino Superior Público, pela sua extensão de forma a responder às necessidades de formação de quadros superiores para o desenvolvimento nacional, pelo investimento neste sector de forma a garantir o acesso e frequência de todos os cidadãos aos mais elevados níveis de Ensino. Os jovens comunistas condenam a atitude seguidista e servil da JSD face à política do Governo, traindo as justas reivindicações e aspirações dos jovens portugueses, e apelam aos estudantes para que continuem a contribuir com a sua participação no desenvolvimento das lutas estudantis, numa perspectiva de reforço da unidade em torno das suas reivindicações.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



A mulher e a luta pela igualdade

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, faz hoje oito dias, um projecto de lei da autoria do PCP que visa reforçar os direitos das associações de mulheres.

Esta iniciativa legislativa dos parlamentares comunistas — que corresponde a um compromisso assumido no seu programa eleitoral — assegura que as associações de mulheres sejam reconhecidas como parceiro social, usufruam do direito de tempo de antena, de representação no Conselho Económico e Social e do apoio da Administração Central, Regional ou Local, bem como a sua audição na elaboração dos planos regionais.

Com esta iniciativa, apreciada pela Câmara no início da passada semana, mais exactamente na sessão de terça-feira, o PCP procura contribuir para a eliminação das desigualdades ainda existentes, reforçando simultaneamente o reconhecimento e a valorização do papel das organizações femininas e das mulheres na luta pela promoção da igualdade na sociedade, entre homens e mulheres.

Igualdade que serviu de mote, nesse mesmo dia, para uma declaração política proferida pela deputada comunista Apolónia Teixeira, na qual esta afirma que «participar em igualdade não é um mito não é uma quimera, não é uma utopia», antes corresponde a um «anseio profundo e sério que une as mulheres deste País e de todo o Mundo».

Para a deputada do PCP, participar em igualdade é parte integrante do «viver em democracia», exigindo a intervenção da mulher na vida política e social como «factor de desenvolvimento».

Uma realidade que, no entanto, como Apolónia Teixeira tratou de demonstrar, continua arredada do nosso quotidiano, tais os profundos obstáculos que a luta emancipadora da mulher continua a enfrentar. Sem ser exaustiva, a parlamentar comunista citou alguns exemplos, lembrando nomeadamente os valores muito baixos da taxa feminina no acesso ao mercado de trabalho (acentuados nas profissões médias ou superiores e nos cargos de chefia e gestão), o nível de remuneração média de base mensal claramente inferior no caso das mulheres, a maior precarização no vínculo laboral, as maiores percentagens de analfabetismo e baixo nível escolar, isto para não falar do não cumprimento das leis da maternidade e paternidade, da falta de fiscalização da sua aplicação e da ausência de uma informação sobre os direitos e as leis que os consagram.

Motivos de sobra, pois, para que as mulheres prossigam a luta pela participação em igualdade e pelo fim das discriminações, até porque, como salientou Apolónia Teixeira, «é possível inverter a situação e obrigar a cumprir e fazer cumprir as leis da República e exigir do Governo a criação das condições materiais, sociais e culturais que garantam a igualdade que a Constituição consagra».

Interpelação sobre Áreas Metropolitanas



Representantes de 18 câmaras municipais que integram a Área Metropolitana de Lisboa estiveram reunidos, segunda-feira na Assembleia da República, com parlamentares comunistas para uma troca de opiniões sobre os principais problemas que afectam os cerca de 2,5 milhões de habitantes que vivem e trabalham nesta parcela do território.

A iniciativa para esta reunião de trabalho partiu do Grupo Parlamentar do PCP e insere-se no quadro preparatório da interpelação ao Governo agendada para o próximo dia 24, centrada não apenas no apuramento das responsabilidades da administração central nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, como ainda na forma de superar alguns dos mais graves problemas existentes.

No sentido de recensear problemas tão diversos como a segurança, habitação, saúde, transportes e acessibilidades que afectam a população da Área Metropolitana que envolve a capital, idêntica reunião está igualmente marcada para o próximo dia 23, num hotel de Lisboa, desta feita privilegiando os contactos com a imprensa regional e rádios locais.

Lei eleitoral



Na sequência de encontros com Couto dos Santos e Dias Loureiro de quem receberam as propostas do Governo relativas à alteração da lei eleitoral, os partidos da oposição manifestaram na semana finda a sua recusa em aceitar a alteração da Constituição como condição para introduzir alterações no domínio eleitoral.

Nos casos do PCP e do PS a sua recusa em anuir à abertura de um processo de revisão antecipada da Constituição decorre do entendimento de que uma alteração à Lei Fundamental só se justifica em «casos extremos», sustentando que deve ser privilegiada a «estabilidade constitucional».

Opinião diversa tem o CDS que não recusa a revisão antecipada da Constituição, embora imponha como condição que, caso esta o venha a ter lugar, as reformas devem ir mais longe e não se limitar a matéria eleitoral.

Para o PCP, de acordo com declarações de Luís Sá no final do encontro, estas alterações visam diminuir significativamente a representação parlamentar dos partidos da oposição, sublinhando que «não visam a bipolarização» entre o PS e o PSD mas antes a eternização do PSD no Poder.

Objecção de consciência



O plenário aprovou por larga maioria, na passada semana, o projecto de lei conjunto do PCP, PSD e PS sobre objecção de consciência no qual se estabelece um período de serviço cívico com duração igual à do serviço militar, acrescido de três meses para formação. Esta proposta consensual dos três partidos resulta de negociações que transitam da anterior Legislatura e tem por objectivo resolver o mais rapidamente possível a situação dos objectores de consciência que, depois da aprovação da lei sobre esta matéria, em 1985, continuavam sujeitos a um mecanismo para o reconhecimento da sua situação — o recurso aos tribunais — que se revelou inadequado, responsável por disparidades jurisprudenciais e por verdadeiros julgamentos de consciência.

Definindo a posição da sua bancada, o deputado comunista António Filipe declarou que a unanimidade nesta matéria «revela um acordo de princípio quanto às questões fulcrais» e que o diploma «representa um enorme passo em frente na regulação do direito à objecção de consciência».

António Filipe chamou igualmente à atenção para a importância de se «eliminar o julgamento e não substituir o julgador», salientando tratar-se assim de «fazer assentar o reconhecimento da objecção de consciência na verificação administrativa de elementos objectivos».

A seca PCP propõe plano de emergência

A adopção de um plano de emergência que oriente e apoie os agricultores para as culturas alternativas possíveis, designadamente quanto aos regadios, alimentação do gado e salvaguarda do efectivo pecuário e dos níveis dos preços nos mercados, constituem algumas das medidas que na perspectiva do Grupo Parlamentar do PCP urge desde já implementar com vista a responder aos problemas criados pela seca em todo o País.

Deste plano, apresentado faz hoje uma semana na Assembleia da República pelo deputado Lino de Carvalho, no decorrer de uma intervenção produzida no período antes da ordem do dia, fazem também parte a criação de um programa de profilaxia animal sobretudo para as zonas mais atingidas, o apoio à realização de furos hertzianos, o accionamento de acções de prevenção e detecção de fogos florestais e a concessão de apoios a

fundo perdido com a mobilização de meios comunitários.

Para a bancada comunista, a primeira a reagir no plano parlamentar à grave situação decorrente desta prolongada estiagem, estas medidas devem ser tomadas de imediato por forma a minorar os graves prejuízos que já se começaram a fazer sentir em algumas regiões do país.

Disso é testemunho o caso do Alentejo, particularmente atingido na sua produção cerealífera de Outono/Inverno, mais de metade da qual está irremediavelmente perdida, como comprometidas estão as culturas de Primavera, designadamente o arroz e o tomate, para não falar do efectivo pecuário que começa a não ter pastagens e forragens para a sua alimentação. Atingidos poderão ser também os agricultores do centro e norte do País, que normalmente se abastecem de pal-

has no Alentejo para alimentar o seu gado, sujeitos a ver-se igualmente a braços com a sua falta.

Um quadro sem dúvida sombrio a que não escaparão também os produtores de tomate, submetidos já às consequências negativas de uma política errada para o sector e à falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelo ministro da Agricultura na última campanha, e que estão agora à beira de não terem garantidos os contratos para este ano.

Enfrentando grande parte delas dificuldades para satisfazer os compromissos financeiros assumidos designadamente a nível da banca, como lembrou Lino de Carvalho, muitos agricultores têm hoje no seu horizonte o espectro da ruína, facto que torna ainda mais incompreensível e chocante a atitude algo displicente e ligeira do Ministério da Agricultura ao considerar

que a situação actual não justifica desde já medidas prontas e urgentes como as que reclama o Grupo Parlamentar do PCP.

E a verdade é que, face ao problema periódico das secas e de outras situações excepcionais, tais medidas até poderiam de facto ser evitadas, mas se existisse uma correcta gestão e armazenamento dos recursos hídricos.

Abordando esta questão, Lino de Carvalho não deixou de referir neste contexto a circunstância de o Guadiana escoar diariamente no oceano 4000 milhões de metros cúbicos de água, água esta que armazenada numa grande albufeira como o empreendimento do Alqueva permitiria, para além das suas múltiplas valias, «complementar eficazmente um sistema de pequenas e médias barragens» e dar resposta às situações como as que enfrentamos actualmente.

Timor-Leste Os silêncios e ambiguidades do governo

Timor-Leste, mais exactamente a forma como o Governo tem acompanhado a situação naquele território, voltou a estar no centro do debate parlamentar. Tratou-se sobretudo, faz hoje oito dias, por iniciativa das bancadas comunista e socialista, de chamar a atenção para o que poderá ser uma mudança de estratégia do Governo no sentido de aceitar como facto consumado a anexação de Timor-Leste pela Indonésia.

Os indícios a este respeito parecem avolumar-se e permitem descortinar uma «inquietante tendência», como lhe chamou Miguel Urbano Rodrigues, que pode resumir-se no facto de o discurso do Governo estar orientado quase exclusivamente para a denúncia da violação dos direitos humanos, enquanto as referências à autodeterminação vão rareando e a palavra independência, essa, praticamente desaparece dos textos oficiais.

Mas se esta mudança iniciada na posição do Governo pode ser aferida pelo que este diz a respeito de Timor-Leste, cuja situação «continua a ser uma ferida aberta na consciência do povo português», segundo as palavras do deputado do PCP, ela pode igualmente ser testemunhada pelo que não diz, isto é, pelo que têm sido os seus silêncios e ambiguidades em aspectos da maior relevância.

A aceitação como satisfatórias pelo ministro dos Negócios Estrangeiros das explicações dadas por Abel Matutes, Comissário Europeu das relações para o Desenvolvimento, sobre declarações por este proferidas em que transforma Timor-Leste em província da Indonésia, constitui um dos

casos elucidativos da posição dúbia mantida pelo Executivo nesta matéria.

O que se passou recentemente em Genebra na Comissão dos Direitos do Homem - e este foi o segundo de três exemplos citados por Miguel Urbano Rodrigues - representa igualmente uma «derrota humilhante» de Portugal e um recuo para o qual não foram dadas explicações públicas por parte do Executivo, uma vez que se tratou da substituição de um projecto de resolução que condenava com firmeza a Indonésia por uma declaração negociada com este país, sem qualquer valor jurídico, da qual foram excluídas as próprias conclusões da sessão de Genebra.

O absoluto silêncio do Ministério dos Negócios Estrangeiros perante o que o deputado comunista classificou de «grosseiras, falsas e insolentes declarações» do Sr. Kenneth Quinn, novo secretário de Estado Adjunto dos EUA para os assuntos da Ásia Oriental e Pacífico, em que este faz o elogio da Indonésia como potência aliada dos EUA, não pode deixar de ser interpretado também como um facto indiciador que o Governo «se amolda resignadamente ao conluio entre Washington e Jacarta» e de que «não parece empenhado em sustentar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência».

Palavras diferentes, estas de apreço, foram deixadas ainda por Miguel Urbano Rodrigues para os jovens que empreenderam a missão do Lusitânia Expresso e que com o seu «espírito solidário» deram mostras de «uma autenticidade e uma generosidade que contrastam com a ambiguidade do Governo de Cavaco Silva».

Santarém descontente com Orçamento

A manutenção das dificuldades económicas com que se defrontam as cooperativas agrícolas e o adiamento da execução do projecto da beterraba sacarina, constituem dois aspectos do sector agro-industrial que vão continuar a afectar a vida no distrito de Santarém e que estão na ordem do dia das preocupações do deputado comunista Agostinho Lopes, eleito por aquele círculo eleitoral. Esta situa-

ção decorre da exiguidade das verbas para a região inscritas no Orçamento do Estado para o ano em curso e da posição negativa do Grupo Parlamentar do PSD, incluindo dos seus deputados eleitos por aquele distrito, que impediram a aprovação de várias propostas concretas subscritas por deputados do PCP tendentes a suprir algumas das mais graves lacunas existentes. Deste modo, à excepção da pro-

posta do PCP de 40 mil contos para a continuação da obra da Casa Museu de Camões, objecto de aprovação, 15 outras propostas de aditamento de verbas para o lançamento de novos projectos foram recusadas, encontrando-se entre estas obras de enorme importância para o distrito como um observatório do ambiente, o estudo de uma nova ponte sobre o Tejo em Santarém; a resolução do velho estran-

gulamento do viaduto de Benavente, os estudos para uma nova estação ferroviária no Entroncamento ou o reaproveitamento da Ponte Ferroviária D. Amélia pela sua transformação em rodovia. De acordo com a informação prestada por Agostinho Lopes em recente conferência de imprensa convocada justamente para dar conta da posição da bancada comunista sobre esta situação, os deputados co-

munistas procurarão entretanto proceder a um acompanhamento rigoroso da execução das obras e projectos anunciados no PID-DAC para o distrito. Nesse sentido, segundo Agostinho Lopes, não irão aceitar que os habituais e conhecidos subterfúgios neguem ao distrito os poucos investimentos inscritos no OE. Exemplificando, aludiu às dúvidas manifestadas pelo ministro da Saúde sobre se se

deve ampliar ou fazer um novo hospital em Torres Novas, para o qual estão previstas 50 mil contos, para as verbas do Contrato Programa para as Obras na Baía de Minde e Mira de Aire, para o milhão de contos que o ministro do Ambiente diz existir para o Sistema de Alcanena ou ainda para os cerca de 500 mil contos destinados à conservação da rede hidrográfica do Tejo e defesa contra cheias.

«Comunismo e Direitos Humanos» As razões do apoio americano a Suharto



A administração Bush acha que aceitar o domínio indonésio de Timor-Leste «é a única solução».

«A anexação de Timor-Leste ocorreu numa altura de activas sublevações comunistas em grande parte do sudoeste asiático, depois de os Estados Unidos terem deixado o Vietname e ainda com a memória fresca da tentativa dos comunistas de tomada de poder na Indonésia em 1965». Esta uma das afirmações do vice-secretário de Estado norte-americano para os assuntos da Ásia Oriental e Pacífico, feitas há duas semanas, para legitimar a ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia e para justificar numa audiência do Senado a colaboração americana com este

país com o qual, como explicou Renneih Quinn, os Estados Unidos têm mais comércio do que com toda a Europa Oriental.

Os americanos parecem ter sabido aproveitar a secundarização que a diplomacia portuguesa fez da questão da autodeterminação e independência de Timor para restringirem a argumentação ao domínio do respeito pelos Direitos Humanos. Assim, os Estados Unidos dizem que prosseguem a cooperação com o regime de Jacarta por, no seu entender, ser essa a atitude que «melhor serve os objectivos no âmbito dos Direitos Humanos que todos

procuramos», já que para os americanos é real a pretensa «preocupação» do presidente Suharto pela situação vivida em Timor, devendo o ditador ser ajudado a «aplicar reformas». Dizem os americanos estar para já satisfeitos com o pedido de desculpas às famílias das vítimas do massacre de 12 de Novembro e pelas medidas disciplinares sobre os militares de Díli entretanto decretadas.

Outro argumento apresentado por Quinn a colocar em causa o Governo e a diplomacia de Portugal: «A CEE, actualmente sob a presidência portuguesa, declarou em 13 de Fevereiro que se sentia

encorajada pelo relatório preliminar e pelas acções tomadas por Jacarta». A rematar, Quinn ainda diria: «as poucas nações que suspenderam programas de ajuda já levantaram as suspensões ou estão a considerar fazê-lo».

Esta audiência pública tinha na assistência o embaixador português em Washington, Francisco Knopfli, e outros diplomatas portugueses. No entanto, o Governo português só uma semana depois destes acontecimentos apresentaria um protesto oficial (de que desconhecemos o conteúdo) ao Departamento de Estado norte-americano sobre as declarações de

Quinn, apesar deste ter utilizado habituais argumentos do Governo de Suharto, como aqueles que estabelecem uma série de comparações sobre hipotéticos níveis de desenvolvimento de Timor: «Em 1974, após quatro séculos de Governo colonial, Timor-Leste tinha 47 escolas primárias, duas secundárias, um liceu e nenhuma universidade. Agora tem 574 escolas primárias, 99 secundárias, 14 liceus e três universidades», diria o responsável norte-americano, escamoteando o genocídio da população timorense perpetrado ao longo de dezasseis anos de ocupação indonésia bem como outros dados socioeconómicos indispensáveis para ajuizar da realidade desse pretensão desenvolvimento.

Também argumentos geopolíticos justificam a atitude americana. A expansão do fundamentalismo islâmico foi um deles, já que a Indonésia é a maior nação muçulmana onde, segundo Renneih Quinn, é promovida a tolerância religiosa com as minorias budistas, hindus e cristãs. A ajuda política indonésia durante a Guerra do Golfo foi igualmente assinalada.

«Aceitar a absorção de Timor-Leste pela Indonésia é a única opção realista», defenderia Quinn que, em aparente ironia algo cínica, reconheceria que «um processo democrático de autodeterminação teria sido mais consistente com os nossos valores, mas as realidades de 1975 não incluíram tal alternativa».



Manifestação de homenagem aos mortos do Tarrafal

Cerca de duas centenas de democratas, entre os quais muitos antigos presos políticos, estiveram no sábado na romagem anual junto do Mausoléu que guarda os restos mortais de 32 prisioneiros que perderam a vida no Tarrafal. Foi uma homenagem sentida, reveladora de que os democratas portugueses não esqueceram os que tombaram pela causa da Liberdade e da Democracia. A iniciativa - dos sobreviventes do Campo do Tarrafal, da Direcção da URAP e de outros resistentes antifascistas - tinha ainda por objectivo reclamar a revogação do decreto-lei do governo cavaquista que extinguiu a Comissão Instaladora do Museu da República e da Resistência. Foram oradores, por ordem das intervenções, o socialista Edmundo Pedro, o anarquista Aníbal Gonçalves, o camarada Dias Lourenço, Alexandre Castanheira (que leu uma intervenção de Piteira Santos, que não pôde estar presente) e o dr. José Magalhães Godinho que produziu um comovido e instrutivo improvisado. Como não conseguimos obter as outras intervenções escritas publicamos apenas o discurso do camarada Dias Lourenço.

Companheiros,
Amigos e Camaradas

Esta vossa vinda aqui junto do Mausoléu que guarda os restos mortais dos mais de três dezenas de patriotas imolados no Tarrafal tem, nos dias de hoje, um significado particular e actual que importa realçar.

Vimos, antes de tudo, renovar uma homenagem sentida, que se tornou hábito salutar, aos combatentes antifascistas que perderam a vida na prisão mais sinistra do dispositivo concentracionário

montado pela ditadura fascista em Portugal continental, nas antigas Ilhas Adjacentes e nas antigas colónias portuguesas - o campo de extermínio e de morte lenta do Tarrafal.

Nas antigas Ilhas Adjacentes que com a revolução de Abril se tornaram Regiões Autónomas; nas antigas colónias que se tornaram Estados independentes, à excepção do heróico e martirizado povo de Timor, para o qual vai a nossa solidariedade militante, e hoje ainda tirani-

zado por uma outra brutal ditadura terrorista.

Aos mártires do Tarrafal, companheiros de um mesmo combate na diversidade dos seus ideários, alguns de nós seus companheiros de cárceres e, certamente, todos os que aqui nos encontramos, irmanados nos mesmos superiores ideais de Liberdade e Democracia pelos quais eles deram a vida, devemos-lhes esta renovada e sempre sentida homenagem.

E certamente também estarão aqui connosco em pensamento muitos companheiros de luta e de ideais que hoje aqui não puderam deslocar-se.

A nossa homenagem tem ainda um móbil que não pode perder-se na poeira do tempo nem nas mudanças da política: o de manter viva para os vindouros a memória trágica de quase meio século de fascismo em Portugal e da imperecível memória da resistência e da luta patrióticas dos portugueses que estiveram nos alicerces e na argamassa do 25 de Abril; o de lembrar em permanência às gerações do futuro esse período simultaneamente sombrio e épico da nossa vida e da nossa História nacionais.

É um móbil tanto mais exi-

gente quanto nos dias actuais é notória uma espécie de necrofilia sobre tudo o que de mais nobre, expressivo e dinâmico consubstancia o combate democrático, libertador e progressista no mundo dos nossos dias.

Certos iluminados profetas prenunciam mesmo a morte de tudo o que não se encaixa nas suas mirabolantes concepções.

Face ao incessante, contraditório, complexo e por vezes convulsivo movimento transformador da História que vivemos nos dias actuais esses iluminados sabichões decretaram o fim das ideologias, o fim da História, naturalmente também o fim da memória colectiva de acontecimentos de dimensão universal que pretendem apagar.

De facto, manter viva a memória hedionda do terror fascista em Portugal e da firme e heróica luta do povo português contra a tirania fascista; a memória do vínculo que fundamentalmente uniu em anos difíceis e duros do nosso passado recente por cima de divergências secundárias democratas portugueses das mais variadas tendências - alguns repositando neste Mausoléu -

contra o domínio terrorista do fascismo em Portugal, são questões incómodas para certos círculos políticos revivistas do antes 25 de Abril, representativos do pensamento mais retrógrado e das forças mais obscurantistas da sociedade portuguesa contemporânea.

Desculpai esta breve incursão por escaninhos indesejáveis no momento em que prestamos a nossa homenagem aos que jazem neste Mausoléu e também a todos os combatentes da Liberdade em Portugal que já não se encontram vivos entre nós, a todos os antigos prisioneiros e perseguidos políticos da ditadura fascista.

Estava também nos objectivos desta nossa manifestação instar com o governo actual para que desse execução prática à criação do Museu da República e da Resistência, para que fosse revogado o decreto que extinguiu a Comissão Instaladora e fosse reposto o decreto que a criou.

Que não é um objectivo inalcançável, mesmo nas condições actuais, demonstrando o facto de, graças à acção de alguns parlamentares e ao consenso dos membros do Parlamento, se ter conse-

guido fazer incluir no Orçamento do Estado para 1992 a verba de 6000 contos, naturalmente ainda insuficiente, para a beneficiação de uma outra unidade similar - o Núcleo Museológico da Resistência, no Museu da Cidade de Peniche, que tem chegado a registar anualmente uma presença superior a 70 mil visitantes.

Na fortaleza de Peniche onde, como se sabe, estiveram em trânsito para o campo da Morte Lenta do Tarrafal, numa grande parte sem culpa formada, quase todos, senão todos, os patriotas sepultados neste Mausoléu e milhares de outros - já desaparecidos muitos, outros ainda vivos - que a povoaram por longos anos.

Companheiros, Amigos e Camaradas: prestemos, pois, aos que aqui jazem o nosso mais sentido preito de homenagem, afirmemos aqui perante a sua memória que o seu sofrimento e o sacrifício das suas vidas não foram inúteis, que os seus exemplos de luta são um adubo permanente para a renovada seara da Democracia e dos ideais de libertação do seu e nosso povo que até ao último sopro nortearam as suas vidas.



O comboio apitou 15 vezes

■ Henrique Custódio

Sete e meia da manhã, estações da linha de Sintra. O comboio para Lisboa brama por trás da neblina, ainda não se vê mas já se ouve o estalar das ferragens. As multidões alinhadas ao longo dos cais ondulam numa convulsão repentina e tornam espessos os gigantescos funis humanos que aguardam frente às zonas em que é suposto abrir-se uma porta. Alguns retardatários atravessam aos saltos o emaranhado das linhas, pastas e sacos bamboleando na corrida que começou lá do outro lado, na urgência de chegar primeiro para entrar depois. Às vezes são colhidos pelo comboio mas não todos os dias, apenas numa dezena deles por ano. Do meu lado esquerdo irrompe um insólito chapéu de chuva e a sua proprietária, apertando contra o peito uma quantidade de embrulhos, tira-mo da frente do nariz e explica que não quis arrancar-mo. Certamente que só queria abrigar-se duma chuva que não há, mas isso não lhe disse. Aliás, não lhe disse nada. O comboio chegara e as minhas energias concentraram-se a levar-me inteiro até à porta que se abria em frente. Depois foi só deixar-me empurrar para dentro, onde fiquei muito bem arrumadinho.

O fechar das portas é o momento decisivo da viagem e como a linha de Sintra tem 15 estações, há 15 momentos importantes à disposição de cada passageiro que por ali ande. Quanto a nós aproveitámo-los todos, que fomos lá de propósito para isso. E dizemos decisivo, porque é no fechar das portas que se apura quem vai chegar a Lisboa ou quem tem de aguentar mais uma data de tempo, o que, em hora de ponta e numa linha que transporta 250 000 pessoas por dia, constitui, necessariamente, algo de relevante. E uma excelente performance, do ponto de vista emocional. Mas há outros factores a tornar decisivo o fecho das portas na linha de Sintra.

Um dos mais significativos consiste na probabilidade de as portas fecharem, continuando abertas, seja porque a aglomeração de passageiros o impediu, seja porque alguém, do interior, lhe ordenou a abertura através do comando manual à disposição dos passageiros. Nestes casos, quem cai à linha torna-se vítima - normalmente mortal - dum sistema de carruagens antigamente vocacionadas para viagens de longo curso e desde sempre desadequadas para trajectos urbanos de utilização intensa.

Outro elemento a tornar

decisivo o fecho das portas na linha de Sintra é a tentação de muitos, todos os dias e a todas as horas de ponta, de não se conformarem com o facto e delas se dependurarem, para uma viagem alucinante no exterior do comboio. Para os descobrirmos, bastou-nos debruçarmo-nos da janela, embora alguns não estivessem visíveis porque se encontravam instalados... sobre os engates que ligam as carruagens, o que, para os fotografarmos (ver caixa), nos obrigou a aproveitar composições que conosco se cruzaram. Nesses casos quem cai à linha é, pura e simplesmente, vítima da degradação inqualificável em que se encontra este transporte, quer pela desadequação dos equipamentos que utiliza e permi-

tem estes improvisos, quer pela escandalosa insuficiência do serviço que presta e, por isso, inspira desenrascos deste tipo.

Os profissionais das agruras

Mas retomemos a viagem. Um homem com máquina fotográfica a disparar *flashadas* para as caras da multidão não é bizzaria suficiente para espantar os utentes das carruagens de Sintra. Aliás pareceu-nos que se respira ali uma predisposição para o insólito, pelo menos àquela hora, em que um óbvio operariado se mistura com atilados balconistas, funcionários de função pública escarpachada no nó da gravata, estudantes de todos os barulhos, senho-



ras de ponto em branco e mulheres com o cansaço nos olhos. Em certo sentido a máquina fotográfica deu-nos uma espécie de livre-trânsito, passo a passo concedido pela boa vontade de quem, mal se conseguindo mexer, lá nos ia abrindo caminho ora para uma janela que descaradamente abríamos para fotografar o exterior, ora em busca de um ângulo elevado para as chapas de interior - desgraçadamente as que ficaram mais desfocadas...

Profissionais das agruras da linha, os nossos companheiros de viagem identificaram facilmente o amadorismo das nossas movimentações e, sobretudo, a presumível função informativa daqueles preparos em que por

ali andávamos. Como sempre, as mulheres foram as mais expeditas a pôr o caso em pratos limpos: «O senhor é dum jornal, é?» averiguou uma, que acabara de ceder o lugar a outra com um miúdo ao colo, cujo tivemos de distrair enquanto ficámos de pé em frente dele pois metera-se-lhe na cabeça que a máquina fotográfica que nos balançava do pescoço era uma roca com olho de vidro. «Pois então entrou na carruagem errada, esta não tem buracos!», riu-se ela mais os outros à volta, já senhores da nossa ignorância sobre as originalidades da linha de Sintra. Buracos?!... «Buracos, pois! E há carruagens com eles no tecto!». A conversa alargava à nossa volta e assumia, instintivamente, os contornos da declaração. Da denúncia: «Isto é a maior vergonha do País!», exagerava alguém lá atrás, enquanto à nossa frente um circunspeto cavalheiro, desconhecedor dos lances que viveramos para entrar na carruagem, nos esclarecia que «as esperas e as entradas é o pior. O senhor havia de ver: as pessoas formam bicha, vão para a estação muito mais cedo do que é preciso porque nunca sabem em que comboio vão. Ficamos ali à seca, passa um, passa outro, às tantas só de empurrão é que se entra. Isto é uma miséria!». Uma mão bateu-nos no ombro. Virámo-

-nos para encontrar a fixidez de um olhar. «E as mortes que aqui há?», perguntou-nos com ar de quem informa e exige o devido registo. «São às dezenas por ano, os acidentes não têm conta». Uma mulher acudiu com os assaltos, «é uma pouca-vergonha, não há segurança nenhuma, roubam as malas de esticão!», ao lado outra recordou que «à noite ainda é pior, fecham as estações às 10 horas e cada um que se amanche!».

As paragens foram desfazendo a conversa, novas multidões impunham um lento remoinhar nas carruagens, e a chegada à estação do Rossio já foi só pressa e acotovela-mento para o atraso com que todos pareciam ir à vida. Fomos também à nossa, ainda levados pela maré de gente com quem compartilháramos, por um dia, um suplício que é o quotidiano de muitos milhares de pessoas. Associações absurdas com títulos de filmes começaram a vir-nos à cabeça, já no instinto de encontrar uma expressão forte que titulasse tão desgastante realidade. Do «Comboio dos Duros» ao «Último Comboio de Gun-Hill», acabámos por nos ficar por «O Comboio Apitou Três Vezes»: é certo que o comboio de Sintra não apita três, mas quinze vezes, mas em compensação produz heróis que fazem do Gary Cooper um cobói da mamã.

A linha dos Indiana Jones

Para tirarmos estas fotos tivemos que nos debruçar da janela do comboio em movimento - um risco menor, comparado com os diariamente experimentados por estes Indiana Jones de subúrbio. A comparação pode ser excessiva, mas não dispicienda: se o aventureiro de Spielberg finge as mais mirabolantes aventuras para nos distrair a vida, estes heróis da linha de Sintra arriscam a vida fingindo, aparentemente, que se estão a distrair num filme de aventuras.

É evidente que tais riscos diariamente experimentados na linha de Sintra não devem ser assacados ao imaginário hollywoodesco, que lá terá os seus pecados na manipulação das massas, mas nem tanto ao mar nem tanto à terra - ou ao «pouca-terra», já agora. Na maioria dos casos, e entre inevitáveis tentações de exibicionismo, este perigosíssimo exercício de agilidade tem a sua real origem na degradada situação da linha de Sintra, ela, sim, inspiradora de todos os desenrascos e improvisos. E do suposto «risco calculado» à inconsciência do alto risco vai a mais curta distância - que, aqui, não define um segmento de recta mas pode dar, directamente, à morte. Como o atestam os 63 mortos e 264 feridos registados em acidentes na linha de Sintra em 1989, enquanto balanços incompletos sobre o ano passado já apontam para mais de duas dezenas de mortos.

A denúncia dos utentes

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra elaborou um conjunto de propostas a partir de opiniões e sugestões que lhe chegaram de numerosos utentes da Linha de Sintra, tendo também alguns técnicos especializados dado o seu apoio qualificado, a pedido da Comissão.

Este conjunto de propostas foi entregue pela Comissão ao ministro dos Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral, na passada sexta-feira; pelo que de elucidativo elas contêm sobre a situação que vivem e enfrentam os utentes da linha de Sintra, transcrevemos uma breve condensação desse documento.

«A Linha de Sintra, com as suas 344 circulações diárias, cujo ritmo, nas horas de ponta, chega a atingir o intervalo de 4 minutos, deveria ser a linha onde a CP melhores condições oferecesse para o transporte de utentes no caminho de ferro em Portugal». Entretanto «a qualidade do transporte oferecido não tem classificação: horários não cumpridos; composições em estado deplorável de limpeza; composições cujos interiores estão numa lástima: falta de vidros nas janelas, bancos rasgados, piso esburacado, tejadilhos a deixar passar a chuva, painéis do revestimento partidos e escritos, carruagens sem iluminação suficiente, etc., etc. Falta informação.»

«A comodidade do transporte oferecido é praticamente inexistente: em cada 5 passageiros só 1 tem lugar sentado; no espaço onde devia viajar uma pessoa chegam a viajar três; o ruído nas carruagens motoras é muito intenso e as vibrações são cada vez mais elevadas.»

«A segurança no transporte é precária: via em mau estado; idade do material circulante; excesso de peso; cantões com curta distância; regime de trabalho intenso dos maquinistas; deficiente sistema de policiamento: transporte de passageiros nos estribos das composições.» «Má qualidade, falta de comodidade, inse-

gurança e incumprimento de horários são os aspectos fundamentais que, interligados entre si, tornam o transporte ferroviário na Linha de Sintra um autêntico suplício diário para milhares de pessoas, com graves reflexos no comportamento psicológico individual, social e familiar, como o demonstrou o Tribunal de Opinião Pública, realizado em Junho de 1991, pela voz das testemunhas e dos peritos.»

Em seguida, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra caracteriza os vários aspectos que têm contribuído para a degradação deste transporte:

Incumprimento de horário (cuja primeira causa são as avarias).

Falta de limpeza das composições (casas de banho nauseabundas, composições atulhadas de lixo, etc).

Degradação dos interiores (chove no interior das carruagens, numa degradação que tem dupla origem: por um lado resulta da falta de manutenção e conservação, por outro é originada por actos constantes de vandalismo, devido à falta de vigilância).

Informação inexistente (apesar de algumas estações estarem equipadas com aparelhagem sonora e os comboios já possuem um sistema de rádio-solo é frequente assistirmos a situações de paragens nas estações, por períodos de tempo anormal, sem nada ser transmitido aos passageiros).

Incomodidade no transporte (um em cada cinco passageiros da Linha de Sintra, na hora de ponta, tem o privilégio de viajar sentado, os outros quatro viajam em condições que têm tanto de dramático como de caricato).

Insegurança dos utentes (quanto à segurança dos utentes da Linha de Sintra, tem de se ter em conta: a segurança individual contra os actos de violência e marginalidade, a segurança da circulação dos comboios e a segurança na forma como se viaja).

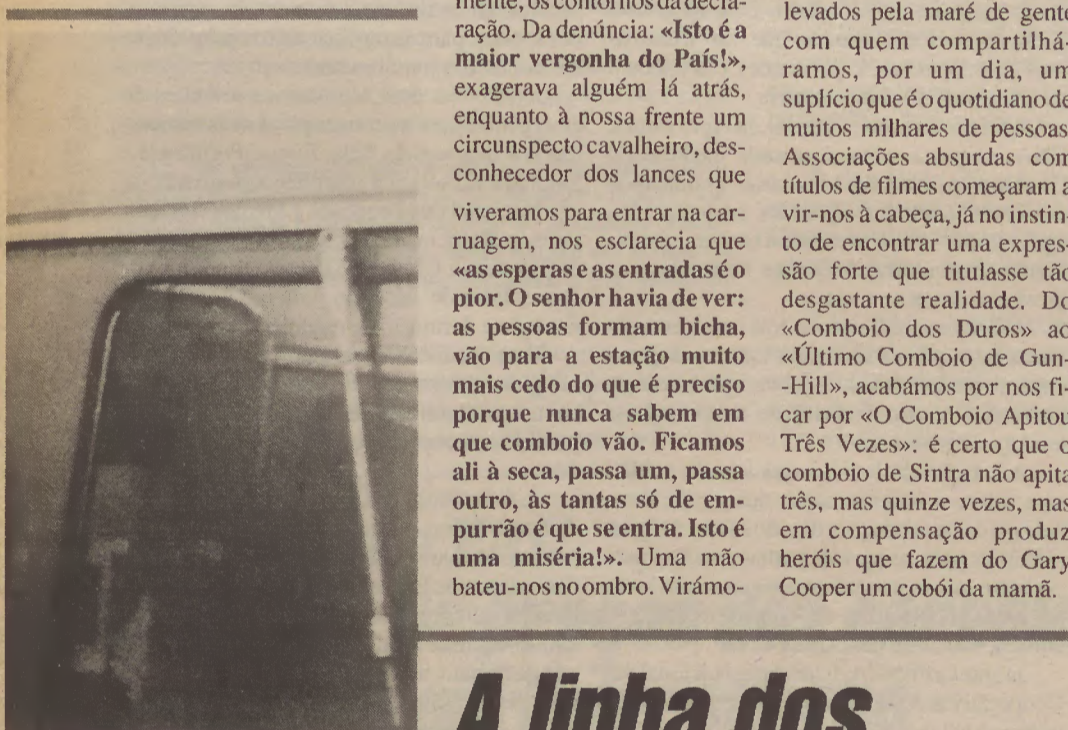
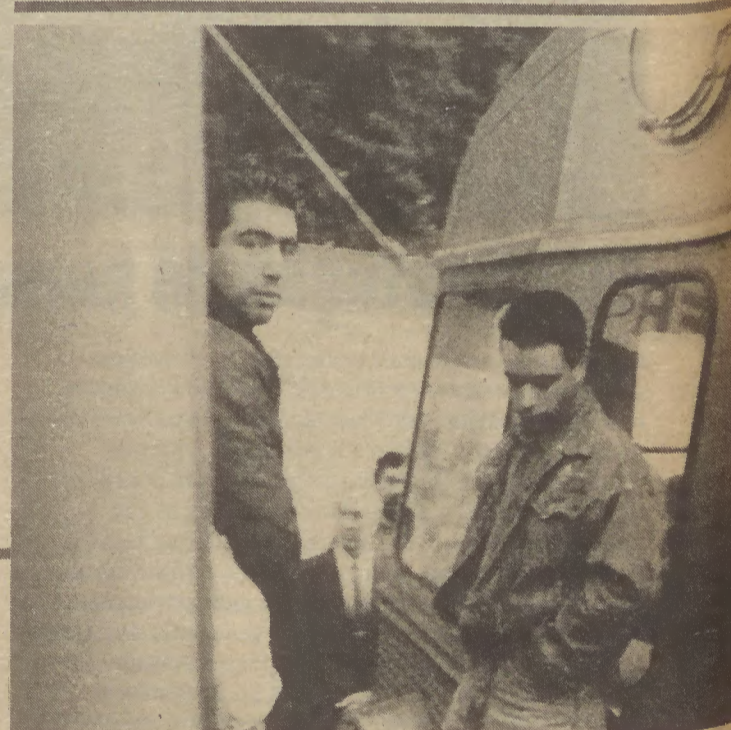
O ministro automático

O ministro dos Transportes e Obras Públicas, Ferreira do Amaral, já disfrutava de uma razoável familiaridade com a linha de Sintra, embora não conste que alguma vez a haja experimentado. A sua primeira - e inevitavelmente rotunda - intervenção data de Maio de 1990, quando do acidente da Cruz da Pedra, que matou duas pessoas e feriu quase 300. Nessa altura, ainda o sangue não tinha secado na linha, já o ministro garantia a instalação, o mais tardar na semana seguinte, de um controlo automático de velocidade. Até hoje.

Na passada sexta-feira o ministro recebeu, entretanto e finalmente, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra a quem, num automatismo que parece integrar já o seu carácter, garantiu a solução para breve dos problemas desta linha na decorrência dos trabalhos de reconversão ali em curso, acrescentando ainda nova promessa e uma

novidade: a promessa é a de que «o Ministério das Obras Públicas considera a normalização da linha de Sintra como a prioridade das prioridades»; a novidade é a de que o Ministério confirma, finalmente e pela primeira vez, o desprezo a que o Governo tem votado este importante transporte suburbano ao admitir que «os utentes estão a ser vítimas da falta de investimento nesta linha que se regista há 50 anos.»

Como as centenas de milhares de utilizadores da linha de Sintra ainda estão à espera do controlo automático de velocidade que vinha na semana seguinte, tal como já ouvem deste Ministério - há 11 anos consecutivos da responsabilidade do PSD - a garantia de que os problemas se vão resolver - a sua Comissão representativa respondeu ao ministro, também algo automaticamente, que preferem esperar para ver...



Mexidas na Educação

Cavaco chama um Santos da casa

O ministro mudou mas propinas e PGA não!

A demissão de segunda-feira passada de Diamantino Durão, que desde a posse do actual Governo presidia aos destinos do Ministério da Educação (ME), e a sua substituição pelo anterior titular da pasta dos Assuntos Parlamentares, Couto dos Santos, não veio alterar até ao momento nenhuma das razões que levaram estudantes e professores a provocarem a queda de toda a equipa ministerial da Avenida 5 de Outubro em Lisboa, local onde nos últimos meses se sucederam manifestações contra a Prova Geral de Acesso (PGA) ao Ensino Superior, contra os aumentos das propinas nas universidades públicas, contra projectos de carreiras profissionais para o corpo docente aos mais variados níveis de ensino.

A pasta da Educação tem «sacrificado» politicamente ao longo dos anos inúmeras personalidades, mas apesar da mudança de ministros há uma evidente coerência nas políticas que os sucessivos governos de direita tentam aplicar, tendo como uma das suas traves-mestras a aplicação de um critério anticonstitucional: esvaziamento e desresponsabilização do Estado como garante do acesso ao ensino de todos os cidadãos - o que para ser efectivamente realizado mexe obrigatoriamente com toda a estrutura da Educação no nosso país.

A verdade é que todos os ministros da Educação dos governos onde o PSD esteve envolvido acabaram, mais tarde ou mais cedo, por esbarrar com ondas de contestação intensas e nada indica

que o ministro Couto dos Santos não venha a sofrer o mesmo movimento de protesto, caso, como o primeiro-ministro que o escolheu já várias vezes disse que pretende, sejam aplicadas as polémicas medidas que Diamantino Durão pôs em marcha nos quatro meses e meio em que chefiou aquela pasta.

Dá as declarações de quem mais contestava: Patrícia Santos, do movimento anti-PGA, diria aos jornalistas sobre esta demissão que «o problema em si não era o ministro mas sim o sistema de ingresso no Ensino Superior».

No próprio dia em que foi demitido, Durão confirmava numa entrevista ao diário «Público» a realização da terceira chamada da PGA no próximo dia 11 de Maio, tendo já sido nomeado o júri que substitui os autores das anteriores duas chamadas que provocaram uma das maiores constatações juvenis dos últimos anos. Adia-da pode estar a revisão do acesso ao Ensino Superior e o fim da PGA que os alunos do secundário reivindicam.

Agora o júri da Prova Geral de Acesso é presidido pelo físico António Manuel Baptista (conhecido da televisão, onde fez programas de divulgação científica) e pela doutorada em Ciências da Educação, Alcina Almeida Lage.

Também confirmada foi a notícia divulgada pelo «Expresso» de sábado passado que anunciava os valores dos aumentos das propinas universitárias: podem ir, já no próximo ano lectivo e conforme o rendimento



familiar, até 60 mil escudos por aluno.

Cavaco Silva em outras ocasiões sustentou durante meses e meses ministros tão ou mais controversos que Diamantino Durão. O movimento de protesto seria agora demasiado intenso ou as matérias em causa demasiado importantes. Mas a mudança de cara e a mudança de um estilo não implicam uma real mudança de política.

A decisão de chamar Couto dos Santos é política. Agora trata-se de um membro do PSD, que já se ocupou de assuntos tão delicados como a TV privada, para tentar aplicar a política que até agora não foi possível concretizar por homens rotulados de «técnicos» como Roberto Carneiro e Diamantino Durão, exteriores ao partido do Governo mas na altura escolhidos por, politicamente, pensar-se que poderiam obter através do prestígio profissional, os consensos que as políticas «de per si» não conseguem.

Seca preocupa CNA e FENCA

A seca que actualmente se vive no nosso país tem motivado tomadas de posição de diversas associações de agricultores e trabalhadores agrícolas, preocupados com as consequências socioeconómicas que vão trazer as inevitáveis perdas de produções e o silêncio governamental sobre a matéria.

A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, exigiu a semana passada medidas do Governo «para acudir à lavoura», assinalando em comunicado os «grandes prejuízos aos agricultores» que a seca está a causar, em particular «nas culturas de cereais, hortícolas e na produção de carne e leite».

A CNA sublinha que outras culturas serão afectadas e que «a situação é tanto mais preocupante porque devido à pouca água existente nos solos, com o decorrer do tempo a crise tenderá a agravar-se».

A criação de linhas especiais de crédito sem juros, a indemnização dos agricultores pela perda de produções devido à falta de água, subsídios para compra de palhas e rações para o gado e um acompanhamento da situação «a par e passo» por parte do Ministério da Agricultura, são as exigências da CNA.

Já antes a FENCA, Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, faria um primeiro balanço dos efeitos negativos da seca

no Alentejo, ressaltando em comunicado «a importância da construção da Barragem do Alqueva que constituiria a solução para os problemas de desenvolvimento da região e, neste caso, para fazer face às irregularidades das condições pluviométricas».

A FENCA está a promover reuniões de emergência com as cooperativas suas associadas nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal e vai solicitar reuniões com a Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores, a Associação Nacional dos Produtores de Cereais, a CNA e a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo para um balanço da situação e definição de medidas a adoptar.

Para já a FENCA reivindica a adopção de um plano de emergência que aponte alternativas aos produtores e o estudo de apoios a fundo perdido às cooperativas e agricultores afectados.

A Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, por seu lado, assinala a perda das culturas de Outono/Inverno e de 50 por cento das culturas de Primavera como um dos efeitos da seca, acrescentando em comunicado outras situações que lesam os agricultores na produção de tomate, na vinha e no vinho, nos cereais e na discussão no Parlamento Europeu da reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

PCP

Um revés para o Governo

1 — A demissão, hoje anunciada, do ministro da Educação, quatro meses após a tomada de posse do Governo, constitui objectivamente um sério revés para o Governo PSD/Cavaco Silva, surgindo como um reflexo do vasto movimento de protesto e de luta dos estudantes e dos professores contra aspectos particularmente negativos da política governamental para o sector.

2 — Entretanto, não é de excluir que a demissão de Diamantino Durão seja aproveitada para desenvolver a manobra que já estava visivelmente em curso no sentido de polarizar exclusivamente as responsabilidades no titular da pasta, absolvendo os principais responsáveis, a saber o próprio Primeiro-Ministro e o Governo.

3 — Neste sentido, importa salientar que, se é verdade que o demitido ministro da Educação revelava uma acentuada impreparação e uma notória inaptidão para o exercício do cargo (o que desvenda algo sobre os critérios e condições da escolha dos ministros pelo chefe do Governo Cavaco Silva), é uma verdade muitíssimo maior que executava uma política que, tendo de há muito o aplauso do Primeiro-Ministro e tendo de há treze anos vindo a ser executada por Ministérios da Educação da responsabilidade do PSD, colide frontalmente com as necessidades nacionais e com as aspirações de estudantes, professores e pais.

16/3/92

O Gabinete de Imprensa do PCP

Algarve em Congresso durante quatro dias

Inicia-se hoje, em Vilamoura, o 7º Congresso do Algarve. Até domingo, o hotel D. Pedro, onde a iniciativa decorre, é o centro de discussão de alguns dos mais importantes problemas do desenvolvimento regional.

As sessões oficiais de abertura e encerramento decorrem em plenário, tal como a leitura das conclusões e os painéis «O Algarve e os Descobrimentos» e «O Algarve e o Futuro». Neste último participa Carlos Brito, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do PCP, que também apresenta uma comunicação sobre o pensamento político de Manuel Teixeira Gomes. Esta comunicação é apresentada numa das 16 sessões de trabalho que terão lugar em duas salas, bem como a de Carlos Luís Figueira (responsável da direcção regio-

nal do Partido e membro da Comissão Executiva Nacional do CC) sobre autarquias, regionalização e desenvolvimento. Nestas sessões são apresentadas mais de oito dezenas de comunicações, abordando questões da história, da cultura e da sociedade, e da economia e desenvolvimento regional.

O Congresso do Algarve é uma iniciativa bienal que o Rocal Clube de Silves vem promovendo desde 1980. Entre os seus objectivos, os organizadores inscrevem o incentivo à «realização e divulgação de estudos, trabalhos e ideias que permitam um melhor conhecimento do Algarve, seus problemas e suas possibilidades de desenvolvimento» e o contributo para «a formação e reforço da consciência e identidade» da região.

Benefícios dos países ricos

Cerca de um terço das verbas dos fundos estruturais canalizadas para as regiões menos desenvolvidas da CEE reverte a favor dos países mais ricos da Comunidade, revelou há dias o vice-presidente da Comissão Europeia, Henning Christophersen.

Uma afirmação que se reveste de particular importância, numa altura em que os ministros das Finanças dos ricos se mostram cada vez mais críticos ao Pacote Delors II, que preconiza um

aumento de 30 por cento do orçamento comunitário para financiar o acordado na Cimeira de Maastricht.

Segundo Christophersen, que baseia as suas afirmações em cálculos da Comissão Europeia, uma parte «muito importante» dos apoios estruturais regressa aos países que mais pagam para o orçamento da CEE, nomeadamente a Alemanha, a França e o Reino Unido. Estima a Comissão que entre 20 a 45 ecus, de cada 100 ecus trans-

feridos para as regiões menos desenvolvidas, regressam a outros Estados membros, em particular aos principais contribuintes dos cofres comunitários, nomeadamente através do aumento das exportações dos mais desenvolvidos para os outros.

«Muitos dos países desenvolvidos esquecem-se dos benefícios que têm com o apoio comunitário às regiões menos desenvolvidas dos Doze», fez notar o Comissário, salientando que as acções estruturais têm um

impacte global muito importante no conjunto da economia comunitária.

O aumento dos fundos estruturais é justamente um dos pontos de discórdia do Pacote Delors II: a Comissão propõe uma dotação global de 100 mil milhões de ecus para o período 1993/1997, a que se deveriam juntar os 10 mil milhões de ecus do orçamento global do novo fundo de coesão destinado apenas a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

PE pede medidas contra desastre ecológico de Santarém

O Parlamento Europeu aprovou na passada quinta-feira, em Estrasburgo, uma resolução em que pede à Comissão Europeia e ao Governo português para que, em colaboração com as autoridades regionais e locais, providenciem medidas urgentes de combate à catástrofe ecológica na rede hidrográfica de Santarém, onde morreram já milhares de peixes.

A decisão surgiu na sequência de uma iniciativa do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre a matéria, que viria depois a ser retomada numa proposta de resolução da Coligação de Esquerda e aprovada pelo plenário.

É o seguinte o texto da resolução:

A. Tendo em conta que de origem diversa, em várias oportunidades, e em múltiplas direcções se tem chamado a atenção para a situação ecológica de uma região de Portugal e pedido medidas de prevenção do seu agravamento, incluso neste Parlamento, através de figuras regimentais que se julgaram ajustadas, como perguntas à Comissão, e até numa visita promovida em Junho do ano passado.

B. Dado ser essa região vítima de sazonais catástrofes ecológicas, como as cheias e os incêndios, aliás entre si ligadas pois são protecções naturais que se anulam, e de permanentes agressões por descargas industriais, esgotos, ausência de tratamento de lixos, destruição de flora e fauna, alguma dela rara e protegida pela Convenção de Berna.

C. Não existindo dúvidas de que a responsabilidade da situação é de origem humana, por vezes de acções inequivocamente criminosas, como no caso de fogo na floresta e de descargas poluentes nas ribeiras e rios, tendo sempre como base ou justificação a busca de benefícios ilegítimos por se basearem em tais atentados.

D. Tendo-se verificado, no dia 1 de Março corrente, um caso extremo, ao nível de catástrofe ecológica, de poluição de uma ribeira (Beselga) e de dois rios afluentes do Tejo (Nabão e Zêzere, este abastecendo Lisboa de água), com enorme destrui-

ção de fauna, por motivo de descarga de efluentes de uma destilaria.

E. Uma vez que tal desastre serviu para revelar que essa descarga nem era excepcional, só que a ausência de chuvas tornara o meio receptor menos capaz de absorver a agressão contínua a que está sujeito.

F. Sendo certo que a multa que se anuncia para a empresa poluidora não pode reparar o desastre verificado, e que o seu efeito dissuasor será mínimo dadas as situações de facto que, incluso, se assumem vítimas da natureza pelo facto de não chover suficientemente para esconder os crimes.

G. Lamentando que, desta forma, se tenha confirmado o que tem dado motivo para alertas, que outras situações de agressão se verificam, que ainda outras situações pontuais de risco se conhecem ou existirão latentes num estado geral de quase rotura.

O Parlamento Europeu

1. Face à gravidade da situação, solicita à Comissão que, em colaboração com o Governo português e as autoridades regionais e locais, se providenciem medidas urgentes de combate e prevenção da situação de risco de catástrofe ecológica na rede hidrográfica da zona norte do distrito de Santarém, Portugal.

2. Considera indispensável um plano global e integrado de prevenção e recuperação de equilíbrio ambiental e pede à Comissão apoio técnico e financeiro para o estudo necessário e urgente e para as medidas que dele resultem.

3. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução à Comissão, ao Governo português, à Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, às Câmaras Municipais de Constância, Tomar, Ourém, Vila Nova da Barquinha e Ferreira do Zêzere.

Reforma da PAC Redução de preços dos cereais rejeitada em Estrasburgo

O Parlamento Europeu rejeitou a redução dos preços dos cereais em cerca de 33 por cento proposta pela Comissão Europeia no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Reunido em sessão plenária a semana passada, o PE decidiu aguardar pelo desenlace das negociações sobre a PAC, tanto a nível do Conselho de Agricultura da CEE como no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre o Comércio e Pautas Aduaneiras), contrariando desta forma as propostas da Comissão, para quem o sector dos cereais é «o sector-chave» da reforma da PAC, pela sua incidência nos restantes.

Apesar de divergências pontuais, o PE já se manifes-

tou favorável aos objectivos da Comissão no âmbito da reforma da PAC, que passam pelo combate aos excedentes, pela tentativa de travar a diminuição dos rendimentos dos agricultores, pela protecção do meio-ambiente e pela promoção de uma agricultura que privilegia a qualidade em detrimento da quantidade.

Recorda-se que o pacote de medidas proposto pela Comissão nesta matéria, implica uma despesa adicional de cerca de 4 mil milhões de ecus (720 milhões de contos), entre 1993 e 1997.

Uma quantia que pode vir a revelar-se insuficiente, já que no decorrer do debate da semana passada, o PE viria a aprovar, ainda que por escassa margem, a maioria das

propostas da Comissão referentes aos sectores do leite, tabaco, bovinos, ovinos e caprinos, propondo alterações. Assim, no respeitante ao sector leiteiro, o Parlamento rejeitou a fixação de preços avançada pela Comissão, mas aceitou o sistema de quotas previsto; quando ao sector bovino, foi acordada a baixa progressiva dos preços, mas não durante um período de tempo tão longo (cinco anos) como previsto pela Comissão. Quanto ao número de vacas elegíveis pelo sistema de prémios previsto «por cabeça», foi proposto o número de 120 cabeças, contra as 84 propostas pela Comissão; no sector ovino o PE aumentou igualmente o número de cabeças elegíveis pelos prémios, si-

tuando-o em 1000 nas zonas desfavorecidas e em 500 nas zonas mais desenvolvidas.

No que respeita ao sector do tabaco, o Parlamento aceitou as 340 mil toneladas propostas pela Comissão como limite máximo à produção nos doze Estados membros.

Como medidas de acompanhamento, relativas à protecção ambiental e social, o PE aceitou as preconizadas pela Comissão, propondo embora taxas de co-financiamento até 100 por cento nas regiões mais desfavorecidas, como é o caso de Portugal. Também quanto à reforma antecipada dos agricultores o Parlamento defende a duplicação dos montantes previstos para atribuição pela Comunidade.

Desemprego aumenta

A taxa de desemprego na Comunidade Europeia aumentou em Janeiro em todos os países membros, revelou há dias o Eurostat (Serviço de Estatística da CEE). Segundo aquele organismo, em final de Janeiro a taxa de desemprego na Comunidade era de 9,5 por cento, o que representa um agravamento de 0,2 pontos percentuais relativamente a Dezembro. Em relação a Janeiro de 1991, quando a taxa média de desemprego na Comunidade era de 8,7 por cento, registou-se um aumento de 0,6 pontos percentuais, o que equivale a um agravamento de cerca de 10 por cento. Neste período, os países que apresentaram maiores aumentos nas respectivas taxas de desemprego foram o Reino Unido (mais 2,6 pontos percentuais) e a Irlanda (mais dois pontos); pelo contrário, os países onde as referidas taxas se mantiveram foram Portugal (4,0 por cento) e a Alemanha (4,8 por cento). De salientar que os dados do Eurostat continuam a não incluir os cinco novos Estados alemães (ex-RDA), onde o desemprego não parou ainda de aumentar desde a unificação, em Outubro de 1990.

Condenação de Portugal

Portugal foi condenado pela primeira vez pelo Tribunal de Justiça da CEE por impedir os agentes transitários de intervirem nas operações de desalfandegamento de mercadorias, informou a agência Lusa.

Segundo a mesma fonte, Portugal fica obrigado a alterar o decreto-lei que impede os agentes transitários de exercer a título profissional a actividade que consiste em apresentar declarações em alfândega, quer utilizando a modalidade de mandato com representação (em nome e por conta de outrem), quer a de mandato sem representação (em seu próprio nome mas por conta de outrem); acresce ainda que cabe ao Estado português arcar com as custas do processo. Os acórdãos do Tribunal de Justiça da CEE não têm recurso.

Autonomia local

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) anunciou a semana passada que vai propor, na Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, a decorrer esta semana em Estrasburgo, a instituição de um sistema de controlo de aplicação da Carta Europeia de Autonomia Local. A decisão decorre do facto de o Governo ter suspenso a Lei de Finanças Locais, sonhando dessa forma aos municípios cerca de 54 milhões de contos; um sistema de controlo, defende a ANMP, permitirá efectuar um «acompanhamento periódico da execução dos princípios da Carta nas legislações nacionais».

PE contra pena de morte

O Parlamento Europeu apelou à abolição da pena de morte nos 132 países onde ainda se encontra em vigor, cinco dos quais pertencem à Comunidade Europeia. A iniciativa partiu da Comissão dos Assuntos Externos e da Segurança do PE e foi aprovada na sessão plenária do Parlamento da passada semana. De acordo com a tomada de posição, o PE reclama que não sejam proferidas nem executadas penas de morte contra menores de 18 anos, mulheres grávidas ou com filhos pequenos, pessoas idosas, doentes ou atrasados mentais.

Os países da CEE onde ainda vigora a pena de morte são o Reino Unido, Itália, Espanha, Grécia e Bélgica.

Insuficiências

O Parlamento Europeu considera «insuficiente» para evitar a fuga de especialistas nucleares da ex-URSS, a criação de um «Centro Internacional Técnico-Científico». Numa resolução aprovada na quarta-feira da semana passada, em Estrasburgo, o PE considera que a iniciativa tripartida (EUA, Alemanha e Rússia) de criar um centro destinado a manter no território da Comunidade de Estados Independentes (CEI) cientistas da ex-URSS, não basta para evitar os riscos de proliferação nuclear, decorrentes da existência do que classifica de «mercenários nucleares».

A resolução recorda que, segundo o vice-presidente da Academia Russa das Ciências, cerca de 40 por cento dos físicos teóricos da ex-URSS já abandonou o território da CEI, e chama a atenção para o tráfico de urânio de baixa radioactividade e de mercúrio vermelho da CEI para o Médio Oriente, Magrebe e África do Sul, através da Suíça e da Itália.

EUA

A longa marcha para as presidenciais

As sondagens à opinião pública nos estados americanos de Michigan e Illinois apontavam para a vitória do governador do Arkansas, Bill Clinton. Entre os republicanos, os inquéritos apontavam para uma vitória esmagadora do presidente George Bush. Estes resultados poderão abrir caminho à nomeação de Clinton como candidato do Partido Democrático e de Bush, do Partido Republicano.

Nesta longa marcha para as presidenciais norte-americanas, fortemente marcada pelo espectáculo político, importa conhecer que posições são defendidas por cada um dos virtuais candidatos.

George Bush não conside-

ra necessária uma intervenção governamental para acelerar a recuperação económica. Propõe uma redução de 15,4% da taxa sobre a mais-valia do capital, uma dedução fiscal de 500 dólares por cada filho, créditos dos impostos para acesso às propriedades.

É contra o aborto, favorável à pena de morte e à venda livre de armas de fogo. Propõe uma reforma do sistema de protecção social que obrigará as pessoas que gozem de boa saúde a encontrar um emprego. Opõe-se a uma segurança social generalizada e propõe créditos dos impostos para garantir um seguro aos mais desfavorecidos.

Bill Clinton pretende

reduzir os impostos às classes médias e aumentar a carga fiscal sobre os rendimentos mais elevados. Propõe um aumento das despesas com infra-estruturas, uma ajuda aos que vão adquirir a sua primeira habitação, o alarga-

mento dos estímulos ao investimento, a supressão das deduções fiscais sobre investimentos no estrangeiro.

Declara-se favorável ao direito ao aborto, partidário da pena de morte. Propõe dois anos de formação para os

desempregados de longa duração, que a seguir teriam obrigatoriamente um emprego. Propõe também que os empregadores assegurem a protecção social dos seus assalariados ou paguem uma taxa para fundos de seguran-

ça pública. Defende os direitos cívicos das minorias.

Segundo uma sondagem de «ABC — Washington Post», um candidato democrata ideal, que propusesse uma real alternativa, teria o voto favorável de 52% dos americanos contra 37% para Bush.

Delegação do PCP recebida por Julio Anguita

Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, recebeu uma delegação do Partido Comunista Português composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central e da Secção Internacional.

A delegação do PCP manteve conversações com a delegação do PCE composta por Paco Frutos, secretário das Relações Internacionais, Manuel Moreneo, responsável pela Informação, e Pepe Paco, membro da Secção Internacional.

As delegações trocaram opiniões sobre a situação nos respectivos países, sobre aspectos da situação internacional e a actividade dos dois partidos. As conversações decorreram num ambiente de amizade e camaradagem.

Foram acordadas medidas com vista a prosseguir a cooperação entre o PCP e o PCE.



25 mil estudantes estiveram há alguns dias nas ruas de Paris, para protestar contra o projecto Jospin. Hoje, por toda a França, nova jornada nacional dos estudantes que protestam contra os planos de redução massiva dos horários de ensino e do número de professores

África em notícias

CONGO

Mais de 80 por cento dos eleitores congolezes votaram «sim» no referendo constitucional realizado domingo.

O projecto da nova Constituição foi elaborado por uma Comissão dirigida pelo professor de Direito da Universidade de Brazzaville, Mazoundzi Wolo, um dos redactores da Constituição namibiana. A Comissão empreendeu, durante mais de um mês, uma campanha de esclarecimento através do país.

A nova Constituição prevê a instauração de um regime semipresidencial, em que o presidente nomeia o primeiro-ministro, saído da maioria parlamentar.

O Parlamento terá duas Câmaras — uma Assembleia Nacional e um Senado. A Assembleia Nacional poderá demitir o governo por moção de censura. Está ainda previsto um Tribunal Superior de Justiça encarregado de julgar as autoridades por «crimes e delitos» no exercício das suas funções.

Este referendo será seguido de eleições para o Senado, em Abril, legislativas em Maio e presidenciais em Junho.

FRELIMO

O Comité Central da Frelimo está reunido em Maputo em sessão ordinária, devendo analisar um relatório da Comissão Política sobre questões internas, nomeadamente o processo de paz.

O presidente do partido, Joaquim Chissano, disse na sessão de abertura esperar que a próxima ronda negocial entre o governo moçambicano e a Renamo, com data prevista para meados de Abril, aborde as questões relativas ao cessar-fogo.

Chissano observou que ninguém se deve deixar levar pelo «desalento e pessimismo», garantindo que a meta de alcançar a paz irá ser atingida.

Na visão do estadista moçambicano, os problemas logísticos que as forças armadas de Moçambique actualmente enfrentam é uma questão que «não pode ser vista isoladamente», adiantando que o governo está a procurar soluções.

O documento da Comissão Política versa o processo de paz,

questões políticas, económicas e sociais, a situação militar no país e a situação política em África.

O órgão superior da Frelimo apreciará ainda o orçamento para 1992 e analisará o trabalho partidário realizado desde o 6.º Congresso realizado em 1991.

ÁFRICA DO SUL

A violência política fez 2582 mortos em 1991 na África do Sul, indica o relatório anual da Comissão dos Direitos Humanos, publicado em Joanesburgo.

O relatório sublinha, contudo, que, desde que um acordo de paz foi assinado em Setembro, o número de mortos diminuiu de mês para mês, caindo da cifra recorde de 274 mortos em Setembro de 1991 para 104 em Janeiro último.

O acordo a que a Comissão faz referência foi assinado pelo Congresso Nacional Africano (ANC), pelo Partido Inkatha e pelo governo sul-africano.

Das 2582 pessoas recenseadas pelo relatório, 50,4 por cento encontraram a morte nas regiões de Joanesburgo e Pretória de 44,3 por cento na província do Natal.

LINHA DA FRENTE

Os dirigentes dos Estados da Linha da Frente, reunidos em cimeira, exortaram o eleitorado branco da África do Sul a votar «sim» às reformas do presidente Frederik de Klerk.

«A escolha que se apresenta aos eleitores brancos é entre aderir a uma nova África do Sul democrática e permanecer na era obscurantista do *apartheid* e do racismo», diz o Comunicado conjunto emitido no termo do encontro de um dia na capital da Zâmbia.

Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe manifestaram a esperança de que «os sul-africanos brancos sejam guiados pelo facto de a paz e a segurança para todos os sul-africanos se encontrar na continuação e eventual conclusão» das negociações para o fim do *apartheid*, encetadas entre os dirigentes negros e brancos, refere o comunicado final.

Os dirigentes dos sete Estados apelaram também à unidade entre os grupos da oposição negra da África do Sul, destacando em especial o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africanista (PAC), representados respectivamente na cimeira, como observadores, pelo vice-presidente, Walter Sisulu, e pelo presidente, Clarence Makwetu.

O chefe de Estado do Zimbabwe, Robert Mugabe, novo presidente do grupo da Linha da Frente em sucessão do ex-presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, disse que se realizará outra cimeira para analisar o desfecho do referendo sul-africano e a seca, que não tem poupado nenhum país da região, incluindo a África do Sul e o Zimbabwe tradicionais exportadores de cereais, e que ameaça a vida de milhares de pessoas.

Vários governos da linha da frente anunciaram planos para importar grandes quantidades de alimentos de emergência a fim de evitarem a fome derivada da seca.

PAICV

O secretário-geral do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, na oposição), Pedro Pires, anunciou a criação de um Centro de Estudos no âmbito do secretariado e a realização em 1993 do próximo congresso partidário.

Pedro Pires falava em conferência de imprensa, convocada para divulgar os resultados da reunião do Conselho Nacional do PAICV, realizada no passado fim-de-semana na Cidade da Praia.

De acordo com Pedro Pires, a discussão havida durante a reunião do Conselho Nacional do PAICV surgiu «enquadrada no esforço no sentido da renovação do partido e da sua adaptação à nova situação política».

Além do centro de estudos, que terá por missão «aprofundar os conhecimentos da direcção do PAICV sobre questões actuais e futuras», o Conselho Nacional decidiu também criar um centro de imprensa e lançar um jornal do partido, adiantou o secretário-geral.

Pedro Pires definiu como as principais preocupações do PAICV neste momento «a criação de um ambiente político nacional favorável ao pluralismo e a dignificação das instituições nacionais», nomeadamente o parlamento, os tribunais, o conselho da comunicação social e o poder local.

Espanha

Greve geral na Cantabria e em Vale de Ayala

O Norte de Espanha voltou a viver grandes lutas de trabalhadores, com duas greves gerais, realizadas a semana passada na Cantabria e no vale de Ayala. Paralisações apoiadas em massa pelas populações, e que reflectem os profundos problemas ligados a uma reconversão industrial que tem pouco em conta equilíbrios regionais e os interesses dos trabalhadores e dos habitantes das diferentes regiões. Os sindicatos sublinham que a política seguida pelo governo de Felipe González está na prática a afastar a Espanha da Europa.

Convocada pelas Comisiones Obreras e a UGT, a greve na Cantabria paralisou totalmente a vida na região. Apenas se mantiveram em funcionamento os serviços mínimos hospitalares e algumas bombas de gasolina.

O protesto culminou com uma grande manifestação — que juntou cerca de 40 000 pessoas — encabeçada pelos secretários-gerais das Comisiones Obreras e da UGT, e que contou também com a participação do representante da IU, o secretário-geral do PC Espanhol, Julio Anguita.

A situação na região é dramática. Calcula-se, por exemplo, que o sector leiteiro,



Sucedem-se, em Espanha, as greves e manifestações contra uma política de desindustrialização que está a levar ao desemprego em massa e à desertificação de algumas regiões

ro, actualmente um dos principais da região, deverá ser particularmente atingido pela política restritiva da Comunidade Europeia, podendo levar ao encerramento de 30% das 200 000 explorações leiteiras.

Em números mais globais, a crise reflecte-se de forma muito clara na evolução do emprego nas grandes empresas industriais: entre 1981 e

1990, 10 797 trabalhadores perderam o seu emprego, número que corresponde a 41,7% do total da população activa da região.

Também no vale de Ayala a greve teve grande expressão, abrangendo 95% das empresas. Todos os presidentes de Câmara da zona apoiaram o movimento grevista. A acção reivindicativa acabou por ser pontuada por alguns

violentos incidentes, de que os sindicatos se demarcaram. Entretanto, já há semanas os sindicatos bascos vinham advertindo que a manutenção dos actuais planos de reconversão na indústria do aço e na siderurgia levariam a uma «radicalização das mobilizações dos trabalhadores». Vários milhares de despedimentos estão previstos por esses planos.

Turquia

NATO favorece crescente militarização

Aviões curdos têm vindo a bombardear sistematicamente, nestes dias, bases da guerrilha curda no norte do Iraque. Também foram bombardeadas bases do Partido Trabalhista Curdo (PKK) na fronteira sul da Turquia. Os curdos estão simultaneamente a ser alvo de ataques do exército iraquiano. Segundo informação da União Patriótica do Curdistão, as forças iraquianas lançaram um ataque de artilharia pesada, blindados e helicópteros,

contra as povoações de Dailou, Rahim Kouta e Kalakout, situadas na região de Shawanex, no Norte de Kirkuk.

Estes factos assumem particular gravidade no quadro da crescente militarização da Turquia, para onde tem vindo a ser deslocado material da NATO.

Transferência de material militar que resulta de uma recente decisão da NATO, em função do novo quadro político da Europa. Nas

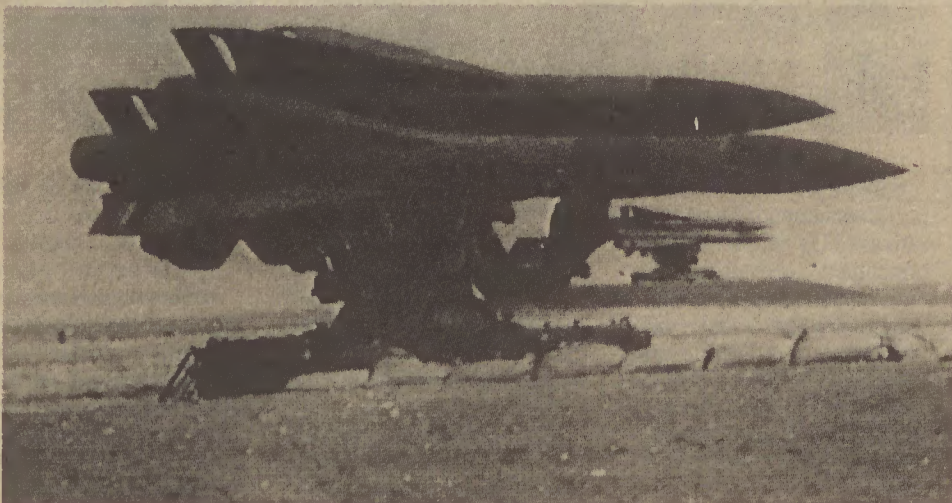
próximas semanas, cerca de 4000 blindados e peças de artilharia americanos e alemães serão deslocados essencialmente para a Turquia e a Grécia, cabendo à Turquia a parte de leão. Ankara vai receber nomeadamente dos americanos mais de 800 carros M-66, 250 transportadores de tropas blindadas e de canhões, e uma centena de carros Leopard e outros 250 blindados fornecidos pela Alemanha.

Acresce que, desde o fim

do ano, cerca de 50 bombardeiros americanos, franceses, britânicos e turcos foram transferidos para a Turquia meridional.

De lembrar que a Turquia está próxima do Azerbaijão, do Turquemenistão, Tadjiquistão e Kasaquistão. Comentando as relações das antigas Repúblicas soviéticas com a Turquia, a imprensa de Ankara escrevia em 13 de Novembro: «Se o processo de reconhecimento das Repúblicas turcas (sic) da União Soviética pela Turquia leva à primeira vista a pensar numa deterioração das relações turco-soviéticas, a realidade é bem diferente». Os mesmos jornais sublinhavam que «a Turquia pode eliminar ou pelo menos diminuir o risco de estabelecimento pelo Irão de regimes teocráticos nas Repúblicas turcas da Ásia» e que «o apoio da Turquia às Repúblicas turcas da Ásia é também um elemento positivo para a instauração de uma economia de mercados».

É todo um jogo de poderes em que a Turquia está directamente envolvida.



A NATO está a contribuir para a militarização da Turquia

Bulgária

O presidente da Bulgária, Jeliv Jeleu, declarou-se contrário ao projecto de lei de «descomunização» elaborado pela União de Forças Democráticas no poder.

Jeleu disse em entrevista à televisão que uma lei «que limita as actividades do ex-Partido Comunista Búlgaro e grupos políticos e sindicais seria considerada repressiva nos países ocidentais».

O chefe de Estado búlgaro deu como exemplo a Checoslováquia onde o presidente Vaclav devolveu a Lei de «descomunização» ao parlamento para ser reexaminada e rectificada, e a Hungria, onde ela foi suspensa».

Pravda

O jornal Pravda, fundado há 80 anos por Lênine e que chegou a ser o diário de maior tiragem do mundo, despediu-se dos seus leitores, suspendendo a sua publicação por falta de fundos.

Os editores do que até Agosto passado foi porta-voz do Partido Comunista da URSS culpam o Governo Russo da crise financeira que os obriga a suspender a publicação, enquanto procuram crédito.

A imprensa russa sofre uma grave crise em consequência da subida do preço do papel e de outros gastos de publicação devido à liberalização da economia.

Na sua última edição, o Pravda assegura: «Não vamos izar a bandeira branca da rendição, regressaremos».

O Jornal recorda que desde a sua criação, em 1912, e até ao triunfo dos bolchevistas, em 1917, foi fechado 13 vezes pelas autoridades e que por decreto do presidente russo, Boris Yeltsin, foi suspenso durante uma semana depois do falhado golpe de Estado na URSS em Agosto do ano passado.

O último número teve somente uma tiragem de 100 mil exemplares e foi distribuído unicamente em Moscovo.

Coreia

As Coreias do Norte e do Sul concordaram em efectuar inspecções conjuntas a locais suspeitos de albergarem instalações nucleares militares, o mais tardar até Junho.

O acordo conseguido prevê a criação de uma nova comissão conjunta de controlo nuclear, que se reunirá a 19 de Março, para trabalhar pormenores e procedimentos tendentes às inspecções bilaterais, disseram em Seul funcionários do Ministério para a Unificação.

Os dois Estados concordaram que as primeiras inspecções ocorrerão dentro dos próximos 80 dias, até 1 de Junho.

França

O Partido Socialista, no poder há mais de dez anos, tinha no início de Março apenas 17,5 por cento das intenções de voto para as eleições regionais de 22 de Março em França, revela uma sondagem encomendada pela revista Paris-Match.

A Frente Nacional, de extrema-direita, continua a subir, estando nos 15,5 por cento e podendo chegar ao resultado dos socialistas ou mesmo ultrapassá-lo.

Uma sondagem semelhante realizada em Fevereiro dava aos socialistas mais 2,5 pontos e à FN menos dois.

As listas da União da oposição de direita (UDF/Liberais/RPR/Neogaullistas) estão também em recuo, com 34,5 por cento de intenções de voto, menos 1,5 por cento que há um mês.

Os comunistas estão agora com 9,5 por cento, mais um ponto que anteriormente. Os ecologistas, no seu conjunto tem 14 por cento das intenções de voto, mas os verdes estão divididos em dois agrupamentos com 8 por cento cada um, mais um ponto que antes.

Mulheres

O número de mulheres deputadas continua a ser muito reduzido a nível mundial, com uma representação média de 11 por cento, revelou a União Interparlamentar (UIP).

A conclusão foi tirada na sequência de um inquérito efectuado junto de 96 parlamentos nacionais.

Muito embora as mulheres tenham o direito ao voto e sejam elegíveis em todos os países, exceptuando o Bahrain e o Kuwait, elas continuam, quase em toda a parte, a ser largamente excluídas do poder político, acrescenta o documento.

Nenhuma mulher foi alguma vez eleita em oito países, nomeadamente Líbano e Marrocos, enquanto na Austrália e em Singapura, foram precisos, respectivamente, 42 e 36 anos.

Apenas seis parlamentos nacionais contam com uma participação de mulheres superior a 30 por cento, sendo a proporção mais elevada na Filândia (38,5), seguida pela Suécia (38,1), Guiana (36,9), Noruega (35,8), Cuba (33,9) e Dinamarca (33).

Habitatar ou ficar de fora?

Sendo a habitação um dos problemas sociais mais graves que atravessam a sociedade portuguesa, natural seria que tal situação preocupasse o Estado, mesmo com Cavaco Silva, à frente dele, chefiando um governo cuja filosofia «liberal» tende a livrar o Estado de todas as suas responsabilidades sociais. Claro que não é assim. Apesar de vir a agravar a situação no plano habitacional e de, no quadro institucional português, caber ao Estado importante responsabilidade na sua resolução, o Governo não faz caso do imperativo constitucional. Verifica-se mesmo, desde 1981, «uma total liberalização do sector da habitação, com a Administração Central a pretender alienar as suas responsabilidades, entregando todo o sector ao «jogo» da iniciativa privada, e pretendendo que sejam as autarquias a pagar o preço da resolução do problema da habitação destinada às famílias de menores recursos», tal como refere o documento de trabalho do Seminário que o PCP realizou no Verão passado sobre a questão.

Segundo os dados disponíveis hoje, embora se reconheça que não existem levantamentos rigorosos nem devidamente actualizados, a carência habitacional no País situa-se entre o meio milhão e os 800 mil fogos. Dar conta deste facto é o mesmo que dizer — a menos que uma outra e nova política nacional venha a ser desenvolvida para o sector — que se trata de um problema para sempre adiado. Com efeito, a crer nas estatísticas oficiais, mais de metade da população portuguesa afluente rendimentos mensais inferiores aos 45 mil escudos. Não dá para que um trabalhador se lance a comprar uma casa, que é a modalidade mais frequente de acesso à habitação, conforme se demonstra na série de trabalhos que hoje apresentamos. Por outro lado, ao ritmo dos últimos anos, a construção ou recuperação de fogos vem também mostrar que esta se faz a um ritmo muito reduzido tendo em conta as necessidades. Em 1987 foram construídos ou recuperados 41 857 fogos; em 1988, esse número foi de 49 072; em 1989 atingiu apenas 61 617 fogos.

Tudo na privada!

Um dos resultados da política de «liberalização» do sector, em que a intervenção directa do Estado é mínima, manifesta-se no facto de a promoção habitacional em Portugal ser quase exclusivamente privada. Com efeito, os promotores privados — perseguindo portanto o lucro nas suas actividades num sector que deveria ser eminentemente social — produziram nada menos que 89,2 por cento do total de fogos em 1987, enquanto que, no mesmo ano, as cooperativas participaram com a promoção de 6,9 por cento. O Estado apenas se «reservou» uma percentagem de 3 por cento. Nos anos seguintes, as percentagens de promoção privada aumentaram para 92,2 por cento em 1988, registando-se um ligeiro recuo em 1989, para 87 por cento.

Uma tal política leva a que nem mesmo o previsto no chamado Plano de Desenvolvimento da Habitação venha a ser cumprido. Este Plano, lançado em 1988, registou, no que toca à produção de habitação a custos

controlados, um investimento que representa apenas um pouco mais de metade — 56 por cento — do que inicialmente fora previsto.

Por motivos óbvios, os custos da habitação construída em Portugal são, assim, muito elevados. O que deixa de fora um largo sector da população, empurrada para as zonas de barracas e de outros modos de habitação precária, ou vivendo em «ilhas» e em condições de sublocação que amontoam famílias inteiras no espaço reduzido de um quarto. Os sectores com baixa capacidade económica — como já vimos, representam parte substancial das famílias portuguesas — têm poucos meios de acesso a uma casa, se as autarquias, com um esforço que ultrapassa não apenas as suas competências mas as suas próprias capacidades cada vez mais enfraquecidas pelo poder central, não empreendessem, nos casos exemplares em que a CDU preside às Câmaras ou aos pelouros da habitação, medidas tendentes a resolver os casos mais gritantes.

É que, com uma legislação sobre arrendamento urbano desadequada às realidades, só resta o recurso ao crédito para aceder à habitação. Os números falam por si: registaram-se 43 002 pedidos de financiamento em 1988. Porém, aumentando as carências habitacionais, estes números têm vindo a descer — 37 272 em 1989 e 32 403 em 1990. O crédito é manifestamente inacessível para muita gente — «serva apenas a famílias de média solvência e capazes de assegurar os elevados pagamentos mensais: o número de contratos assinados em 1990 verificou-se ser cerca de metade dos assinados em 1987»...

Garantir às autarquias efectiva capacidade institucional de intervir na política de solos, simplificando inclusive os processos de expropriação e dando, a este nível, competências expropriatórias às autarquias.

Medidas, precisa-se!

No Verão passado, no Seminário dedicado ao Acesso à Habitação, promovido pelo PCP, os comunistas, analisando em profundidade a grave e complexa situação da habitação em Portugal, apontaram uma série de medidas «indispensáveis para uma política alternativa» no sector.

Tratava-se então, a poucos meses das eleições legislativas, «de um vasto e radical conjunto de medidas

que actuem em simultâneo nas várias componentes do processo», a serem tomadas «por um futuro governo».

O futuro governo, mostra o presente, é o mesmo de antes. Com a mesma política, que agrava a situação anteriormente abordada. Por isso mesmo são ainda actuais e continuam necessárias as medidas que aqui recordamos, apontadas pelo PCP como «linhas essenciais de uma política alternativa»:

- Definição de um Plano Nacional de Habitação (PNH) que, dando aos problemas da habitação a importância nacional de que eles efectivamente se revestem, seja assumido como peça essencial da política nacional de habitação a adoptar.

- Adopção de uma legislação de solos e de um quadro legal ligado à prática urbanística adequados ao Plano Nacional de Habitação, possibilitando que o estado seja o verdadeiro motor e orientador, em termos do interesse público, do crescimento urbano, e possibilitando a coexistência dos interesses públicos e privados, garantido aos primeiros a criação de reservas fundiárias a fogos para estratos de menores recursos, e possibilitando aos segundos a justa «renda» pela participação na criação de solo urbano.

- Garantir às autarquias efectiva capacidade institucional de intervir na política de solos, simplificando inclusive os processos de expropriação e dando, a este nível, competências expropriatórias às autarquias.

- Concretização pelo Estado e pela administração central, em cooperação com outros níveis de administração, instituições públicas, privadas e cooperativas, de um vasto programa de construção de habitação destinada aos estratos de menores recursos (arrendamento social e compra apoiada).

- Considerar a descentralização de competências na promoção de habitação para os municípios e regiões ad-

ministrativas (ou Associações de Municípios, até à sua criação), desde que acompanhadas da atribuição de adequados meios financeiros e da assunção da responsabilidade essencial da administração central neste domínio.

- Criação de medidas institucionais e de financiamento

que actuem em simultâneo nas várias componentes do processo», a serem tomadas «por um futuro governo».

- Criação de medidas institucionais e de financiamento

seja o preço a pagar pela reabilitação.

- Substituição do RE-CRIA por outros instrumentos de financiamento, efectivamente dotados de meios, e abertos quer ao parque ar-

- Promover a criação de parque habitacional para arrendamento em fogos de custo controlado.

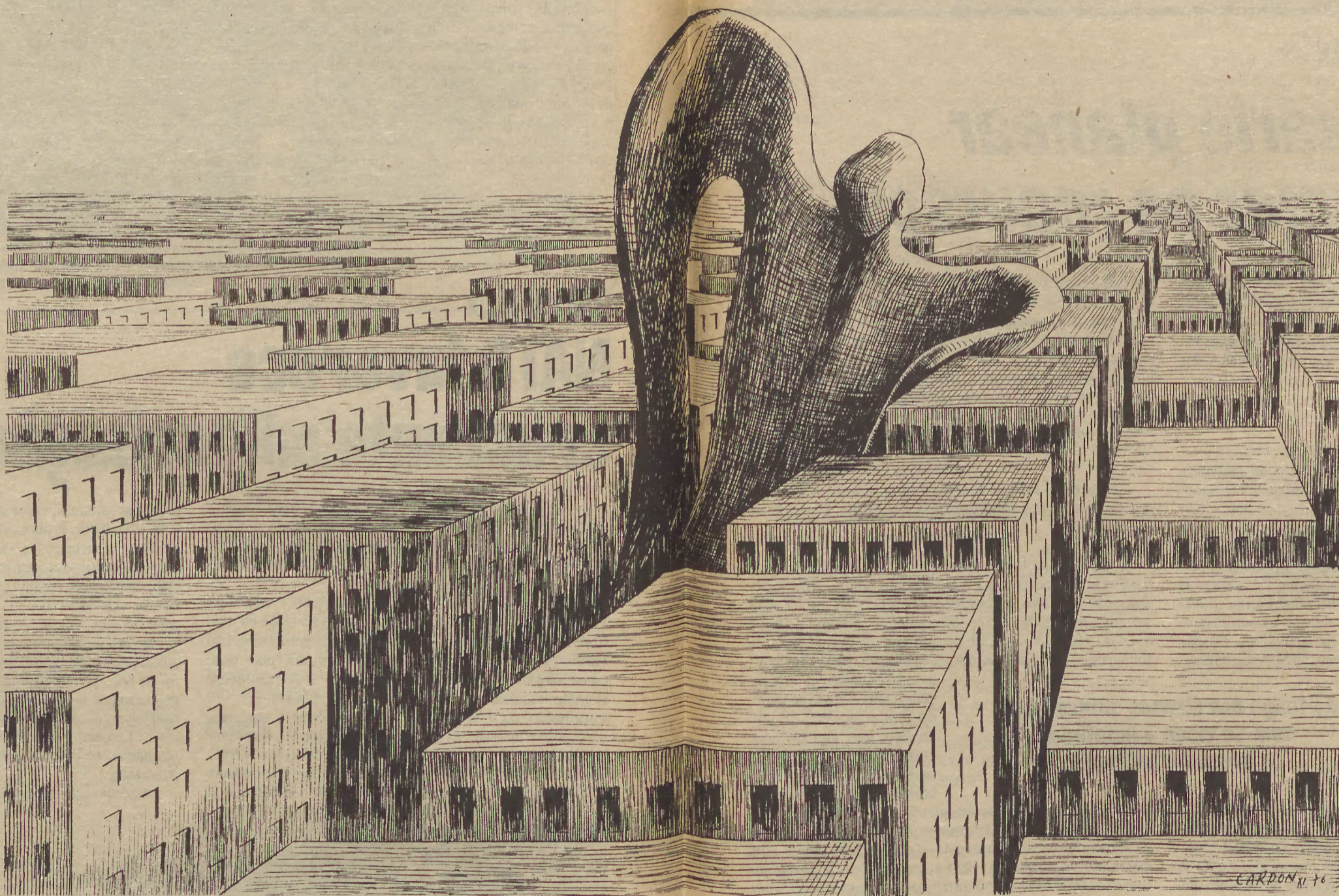
- Promover a institucionalização de um subsídio através do qual a administração central compense o diferen-

mente largo. Apoio à formação profissional no sector.

- Aplicação de recursos financeiros da CEE ao sector da construção de edifícios e habitações.

- Reformulação do crédito bonificado à aquisição de

plamente incentivadora à promoção de habitação com controlo de custos, eventualmente diferente da actual, procurando incentivar os promotores e construtores a construir habitações com preços mais acessíveis aos portugueses.



- Instituir novos sistemas de financiamento às cooperativas e às empresas que pretendam construir fogos a custo controlado, e o apoio à autoconstrução. Tomar menos pesado o crédito na aquisição dos fogos produzidos pelas cooperativas, impedindo a especulação em segundas transmissões.

- Redimensionar e rees-

to que possibilitem e motivem a recuperação de áreas degradadas, sejam elas centros e núcleos históricos ou sejam resultantes de loteamentos ilegais, e a conservação e reabilitação do parque habitacional degradado.

- Participação das populações nas operações de reabilitação garantindo que a expulsão dos habitantes não

rendado quer ao de habitação própria.

- Promover o desenvolvimento do mercado de arrendamento e redefinir todo o esquema actual de subsídios, alargando a sua concessão a estratos sociais e a valores de renda que hoje se encontram afastados dos mesmos.

cial entre renda técnica e renda social, nos programas para arrendamento social promovidos por autarquias, cooperativas e outras instituições.

- Apoio do Estado à renovação, redimensionamento e reapetrechamento das empresas de construção, assegurando frentes de trabalho por um período suficiente-

habitação, com o aumento significativo do volume de crédito disponível a juros baixos, com o objectivo de alargar o acesso à habitação a um número maior de pessoas e que os subsídios inerentes às bonificações (dinheiros públicos) tenham uma maior eficácia na sua aplicação.

- Política de subsídios an-

Importância relativa dos Agentes Promotores de Habitação (Continente e Ilhas)

Anos	Sector (a) Público	Sector Coop.	Sector Privado		
			Org. Privados (b)	Particulares	Total
1980	14,8	1,3	21,4	62,5	83,9
1981	14,2	2,4	27,8	55,6	83,4
1982	15,1	1,5	25,2	58,2	83,4
1983	14,4	2,0	28,0	55,6	83,6
1984	17,6	3,0	25,8	53,6	79,4
1985	6,0	4,5	30,8	58,7	89,5
1986	3,8	3,8	31,6	60,8	92,4
1987	3,6	6,8	35,7	53,9	89,6
1988	2,6	5,1	40,4	51,9	92,3
1989	6,9	5,9	41,3	45,9	87,2

Fonte: INE

(a) Estado, Autarquias Locais e Empresas Públicas

(b) Organismos Privados e Instituições Particulares sem fim lucrativo

Note-se o decréscimo da participação do Estado na promoção da habitação ao longo dos anos enquanto cresce no sector privado.

Mercados de Destino da Produção Habitacional (Continente e Ilhas)

Anos	%	
	Arrendamento	Venda
1980	3,2	96,8
1981	3,9	96,1
1982	5,9	94,1
1983	4,7	95,3
1984	3,8	96,2
1985	2,9	97,1
1986	1,8	98,2
1987	1,9	98,1
1988	1,7	98,3
1989	1,7	98,3

Fonte: MOPTC com base em dados do INE

Como se pode verificar, a produção de habitação para arrendamento é diminuta e tem vindo a decrescer, em contraste com a que se destina a venda

Evolução dos preços médios de venda das habitações na Região de Lisboa

Anos	Preço Médio/fogo (milhares de contos)	Varição Anual (%)	Taxas de inflação (%)
1981	2,3	+43,8	20,0
1982	2,9	+26,1	22,4
1983	3,2	+10,3	25,5
1984	3,7	+15,6	29,3
1985	3,8	+2,7	19,3
1986	4,6	+21,1	11,7
1987	5,7	+23,9	9,4
1988	7,0	+22,8	9,6
1989	8,6	+22,9	12,6

O aumento anual do preço médio do fogo habitacional é muito superior ao da inflação e, assim, ainda mais desproporcionado em relação ao crescimento dos salários

Número de anos de salário necessários para adquirir uma habitação

Anos	Rendimento anual bruto da família média (contos)	Preço médio habitações (contos)	Nº de anos de salário necessários p/ adquirir 1 hab.
1984	560	3700	6,6
1985	700	3800	5,4
1986	840	4600	5,5
1987	980	5700	5,8
1988	1120	7000	6,3
1989	1260	8600	6,8

Sem comentários...

Como em muitas outras áreas, também no que toca à habitação o Estado — neste caso, o Governo, o poder central — tem vindo a demitir-se das suas responsabilidades. E empurra-as para as autarquias, ao mesmo tempo que lhes não fornece (pelo contrário, retira-lhes) os meios que possam contribuir para a resolução do problema. E as autarquias, as Câmaras Municipais, são sempre vistas e achadas na questão, pois como se sabe, as casas não são construídas no ar. Começam no chão, e quer sejam promovidas por privados, quer por cooperativas, quer ainda por iniciativa das próprias autarquias, estas têm sempre uma palavra a dizer, uma decisão a tomar. A promoção privada, porém, não está virada para a resolução do problema social que é a habitação. Visa o lucro. São as autarquias, sem meios, que têm de resolver os graves problemas que se lhes deparam. E são muitos. E estes acentuam-se, como não podia deixar de ser tendo em conta a concentração demográfica em torno das grandes áreas metropolitanas, nos concelhos suburbanos. Por isso mesmo escolhemos Sintra para termos uma ideia do que vai por aí. E falámos em primeiro lugar com o camarada Lino Paulo, vereador CDU com o Pelouro da Habitação nessa Câmara de maioria PSD.

As casas começam no chão

Lino Paulo começa por nos assinalar que a actual legislação privilegia a iniciativa privada na política de habitação.

O que, lembra, não é uma novidade, mas vem acentuando políticas anteriores, nomeadamente da responsabilidade do chamado bloco central, que contou com a participação do PS no Governo. Com Cavaco Silva a tendência nada mais fez do que agravar-se. Às autarquias, praticamente, é deixado o papel ingrato de «sancionar» as iniciativas privadas, sem por outro lado disporem de meios de realizarem uma verdadeira política de habitação. E sofrendo as pressões dos proprietários de solos rurais

para que passem a ser considerados urbanos.

Política de habitação? Não há...

As autarquias podem — e têm de — definir os seus planos directores e, nestes, planos gerais de urbanização e planos de pormenor. Nenhuma, entretanto, sobretudo em redor de Lisboa e do Porto, conseguiu estar à frente da política de solos. E chega-se à situação de, na falta de uma grande orientação central, de um plano central, os planos autárquicos não estarem ainda concluídos. Com efeito, explica Lino Paulo, onde

não existe um plano central e grandes opções e políticas sectoriais definidas — habitação, saúde, ensino — torna-se depois difícil às autarquias definirem os seus.

Mas qual a política de habitação para o País? É o vereador quem coloca a pergunta e quem responde: Não há!...

É um terreno em que tudo falta. O levantamento de meios — públicos, privados, cooperativos — nem sequer existe. Um Plano Nacional de Habitação poderia orientar cada sector, determinado um prazo de cumprimento. Poderia intervir a nível concelhio, em áreas determinadas de terrenos — a custos controlados, para a iniciativa privada, para zonas a preços livres.

Entretanto, as autarquias estão na prática impossibilitadas de proceder a expropriações. Como construir, se não dispuserem de solos, como é o caso de muitas câmaras em cujos concel-

hos mais grave é o problema da habitação? Por vezes é mais barato comprar terreno no mercado do que fazê-lo através de expropriação.

Na ausência de uma política nacional em que o Estado intervenha, as autarquias são obrigadas — lá onde existe vontade política para isso — a dar a volta aos problemas e a avançar com soluções para obviar às situações mais gritantes. Estas, nos arredores das grandes cidades, como é o caso do concelho de Sintra, aparecem muitas vezes sob a forma de proliferação de bairros da lata, em geral habitados por trabalhadores que vieram de outros pontos do País em busca de emprego e sem os meios económicos que lhes permitam o acesso a uma habitação condigna.

A definição de áreas críticas, nas quais a administração têm o direito de preferência, seria uma das formas de avançar na reso-

ENTREVISTA Amaral Gomes ao «Avante!»

O camarada Amaral Gomes, prestigiado técnico de habitação que presentemente dirige uma cooperativa de técnicos e durante muitos anos esteve ligado ao Fundo de Fomento de Habitação, dispôs-se a falar ao «Avante!» sobre a complexa problemática da habitação no nosso país, numa entrevista em que foram abordadas as mais variadas questões — desde a promoção à construção e ao mercado. Do arrendamento à compra, passando pelo financiamento e pelo crédito, pelas bonificações e pela legislação que há. Sobretudo por aquela que não há...

«Avante!» — Foi recentemente anunciado que os portugueses que pagam o crédito à habitação podem deduzir esse montante no IRS. Creio que esta será a única medida de apoio à habitação, por parte do Governo, apesar das promessas eleitorais que sempre faz. Esta medida resolve alguma coisa?

Amaral Gomes — Ora bem, as questões da habitação são questões complexas, abarcam vários subsectores e várias ópticas da nossa observação. Podemos dizer que o processo de promoção da habitação — e a palavra promoção significa que há um conjunto de acções que, uma vez desenvolvidas, fazem que a habitação em si se concretize, como bem imóvel, quer individual, quer como fracção de um edifício — além de abranger várias tarefas, é em Portugal um processo plurianual.

— Que quer isso dizer?

— Quer dizer que quem toma a iniciativa de promover a habitação, ao tomá-la, e até que o bem-casa esteja construído, há uma demora de três a quatro anos. E, portanto, quem toma a iniciativa inicial tem determinadas regras de jogo à partida, de ordem material, humana e financeira. Ora, quando o produto final-casa aparece feito, muitas vezes o cenário é completamente diferente. Está tudo mudado. E pode deturpar as intenções iniciais e prejudicar quer o promotor seja público, quer privado, quer cooperativo. Neste país tem-se vindo a cometer este erro: não se tem perspectivado que, quando se iniciam processos destes, é preciso que o promotor tenha o mínimo de garantias de que não há alteração das regras do jogo. É fácil. Porque, num processo de promoção de habitação, no momento em que a obra é licenciada, as regras que incidem sobre essa promoção não deveriam ser alteradas senão sobre novas obras que se iniciem, com o levantamento de novas licenças. Quer o Partido, quer técnicos e outras pessoas que se têm debruçado sobre isto preconizam muitas vezes que determinado sistema de financiamento como o que por exemplo está em vigor, poderia manter-se em vigor até à conclusão das obras, mas que qualquer novo sistema de financiamento aplicar-se-ia às obras novas, àquelas cuja licença fosse levantada a partir da data em que fosse estabelecido um novo regime de financiamen-

É necessário planejar e programar os recursos

to. Era a forma de não prejudicar ninguém, de não alterar a regra do jogo a meio do processo. Só que a forma de funcionamento deste país, ao longo dos anos, não leva a prever que sejam tomadas medidas de base. E as medidas de base passam pelo solo, porque as casas não se constroem no ar, constroem-se assentes no terreno.

— Voltemos à questão fiscal.

— Sim. Uma das vertentes por que se pode analisar a questão da habitação — e elas não são estanques, são muito interligadas — é a vertente fiscal. Mas esta, só por si, não resolve os problemas da habitação, assim como a vertente do financiamento, só por si, a não resolve. Mas quer uma quer outra têm sido utilizadas pelos últimos governos como medidas predilectas de intervenção no sector. Porque são as que produzem efeitos mais rápidos. São aquelas que, numa análise que se faça da acção de um governo, se pode dizer se foram atingidos ou não determinados objectivos. Só que essas medidas de ordem fiscal e financiamento atingem o produto final-casa já na fase final, já quando está construída, ou quase construída. Embora possam proporcionar para os promotores um cenário para o futuro, tem-se verificado que esse cenário é alterado periodicamente. E portanto essas acções, essas medidas, só vão incidir quando o objecto já está construído. E só nesse caso é que produz determinados efeitos.

De qualquer modo são medidas incompletas e que, se têm vindo por um lado a produzir efeitos na medida em que permitem o acesso mais fácil à habitação para determinado número de famílias, vão por outro lado hipotecar as famílias que mais tarde tenham necessidade ou desejem adquirir habitação. Ao longo dos últimos quinze anos, tem-se vindo a hipotecar o acesso à habitação ao conjunto de famílias que, num momento posterior, no ano seguinte, dois, três, quatro anos depois, desejem e tenham necessidade de acesso a uma habitação.

É um facto que as questões de ordem fiscal e o desconto no IRS representam uma pequena componente. Podemos dizer que, antes do IRS, no Imposto Complementar, os descontos na matéria colectável eram superiores. Eram mais sensíveis no Imposto Complementar os benefícios de ordem fiscal do que são no IRS. Embora, segundo comunicações

públicas recentes, a nível do acordo assinado no Conselho de Concertação Social, haja algumas achegas relativamente a esses aspectos e que os possam melhorar a nível de deconto na matéria colectável. Mas penso que não terão uma importância «por aí além». São um pequeno complemento, mas não são, de qualquer modo, quer a nível de financiamento, quer a nível fiscal, as grandes medidas de base para resolver o problema da habitação neste país. São um constante adiar — e às vezes um constante viciar de todo este processo.

— Entretanto, segundo sabemos, o número de pedidos de crédito para habitação tem baixado. Porquê, na tua opinião?

— Porque, ao longo dos últimos anos, e desde 1976, o crédito à habitação tem estado assente numa «almofada» chamada subsídios ou bonificações à taxa de juro. E esta «almofada» é dada pelo Estado, pelo Governo no poder, e que tem altos e baixos, de acordo com as regras técnicas subjacentes à concessão desses subsídios. Estes, normalmente chamados «bonificações», têm variado ao longo do tempo; a taxa de juro também tem variado mas, curiosamente, hoje em dia temos taxas de juro mais baixas do que tínhamos, por

exemplo, em 1982, o que não quer dizer que o acesso à habitação seja hoje mais fácil do que em 82. Nessa altura iniciou-se um processo grave neste país — em 1982, 83, 84 —, com a aplicação da regras do FMI à economia portuguesa, que abrangiu também o sector da habitação no aspecto do financiamento. Foram anos graves, fizeram-se poucos contratos, venderam-se poucas habitações.

De qualquer modo, actualmente encontramos-nos numa situação em que o Estado já não aguenta mais a concessão de volumes de dinheiro para bonificações de subsídios que, desde 1976, já ultrapassou os 300 milhões de contos na concessão de bonificações à aquisição de habitação. E 300 milhões de contos é muito dinheiro, significou o acesso à habitação de muitas famílias, mas a pergunta é: podia ou não haver um maior número de famílias com acesso à habitação se se tivessem aplicado esses recursos públicos doutra maneira?

A pergunta é esta: qual o efeito prático da aplicação destes 300 milhões de contos? É ou não possível dizer que

EM FOCO

lução do problema. O proprietário do terreno, diz Lino Paulo, nem perderia com isso, na maior parte das vezes. Por outro lado, os planos directores deveriam definir taxas de construção a custos controlados e a Câ-

mara poder determinar uma percentagem do terreno em que o urbanizador só poderia aí construir a custos controlados. É o que se tem feito em Sintra, onde a autarquia dispõe de terrenos, uns cuja origem remonta às expro-

priações de 1974/75, outros através de negociação com os urbanizadores. «Devemos ser o concelho com mais construções cooperativas e mais área destinada à construção a custos controlados», sublinha Lino Pau-

lo, que está à frente do Pelouro da Habitação.

Sacudir o capote

Muitos terrenos — áreas enormes, no dizer do vereador — foram em tempos ex-

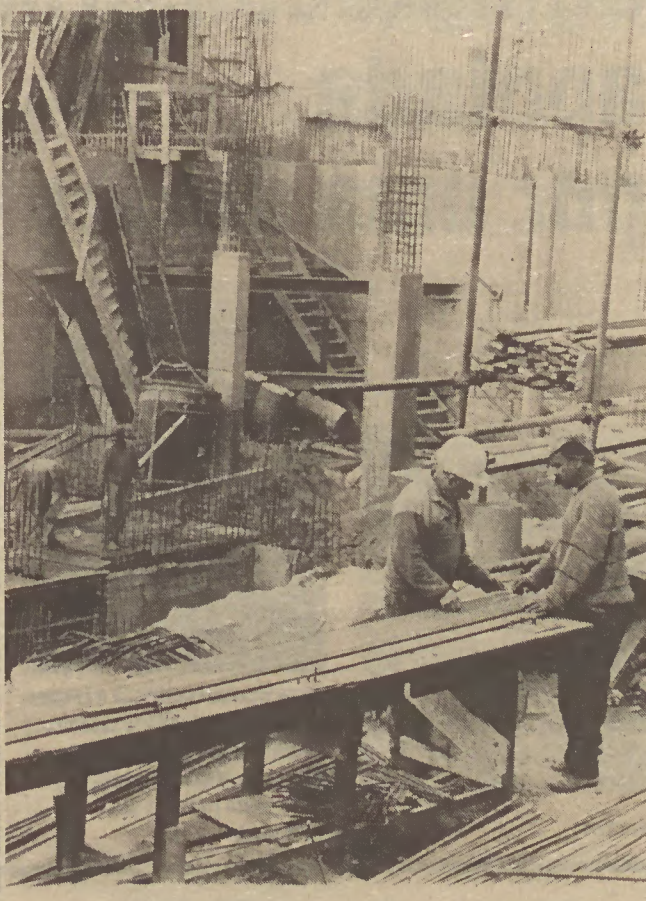
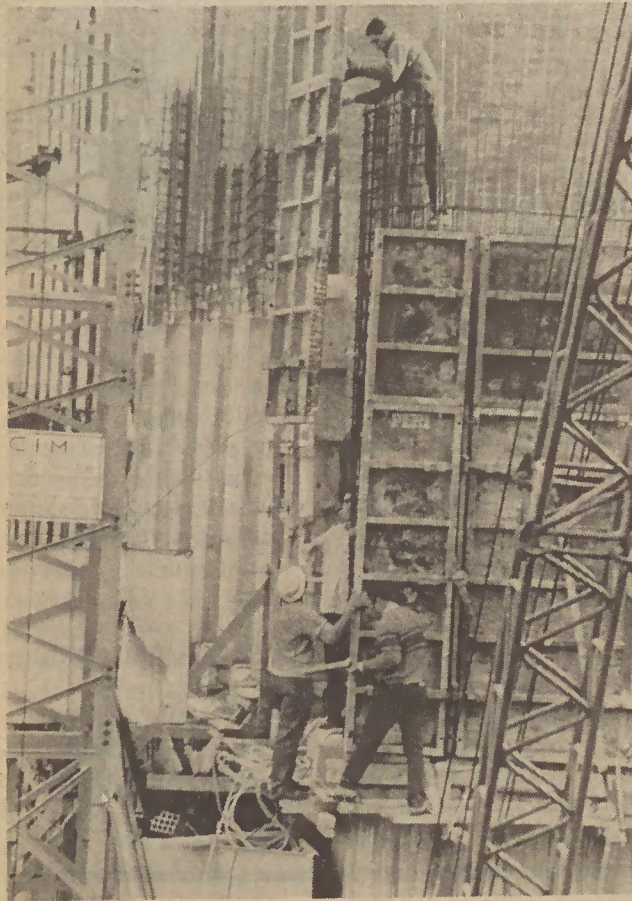
propriados, nomeadamente pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), nas áreas de Lisboa, Setúbal, Aveiro e Porto. Património do Estado, estes terrenos são entretanto alienados pelos governos cavaquistas, que resolveram não dever o Estado possuí-los. Esta alienação — às autarquias, às cooperativas, e a privados — são a preços não especulativos, é certo. Mas trata-se de mais uma manobra governamental visando sacudir a água do capote, aparecendo o Governo como se não tivesse qualquer responsabilidade nos problemas da habitação. Se uma Câmara quer comprar terreno para construir, tem de o comprar ao Estado...

O vereador CDU dá alguns exemplos de como, nomeadamente em Sintra, se tem avançado na resolução de problemas: existindo um bairro de construção clandestino implantado em terreno rústico, negociava-se com o proprietário do terreno adjacente, propondo-lhe abrir-se ali uma área de expansão. Quem comprar o terreno obriga-se a recuperar o bairro clandestino, a

proceder às infra-estruturas e a ceder alguns lotes para a autarquia.

Quanto às cooperativas empenhadas na construção, são por vezes elas próprias origem de problemas para as câmaras. Obrigadas a comprar terrenos a privados que lhes vendem terrenos não urbanizáveis, incluindo faixas com as quais pretendem depois especular, essas iniciativas colocam não raramente as Câmaras numa situação em que aparentemente têm de contrariar um esforço construtivo.

É o próprio Governo que embarca nestes «negócios», como no tempo de Elias da Costa como secretário de Estado da Habitação, que nesse lugar abria linhas de crédito à habitação e hoje, colocado no Tesouro, fecha os cordões à bolsa. A ligação do Governo à especulação não é de agora, lembra Lino Paulo. Um dos grandes urbanizadores do concelho de Sintra é nada mais nada menos que o antigo ministro da Administração Interna que mandou espancar uma manifestação de polícias....



podíamos duplicar o número de famílias, no seu acesso à habitação, se tivéssemos aplicado esse dinheiro de outra forma? A questão é esta, mas geralmente não é analisada nestes termos.

— Já agora que a questão é essa...

— Isto tem a ver com o processo de promoção propriamente dito, que começa no solo, depois vai ao projecto, à construção, e depois à atribuição da casa, qualquer que seja o seu regime, tendo em conta também os aspectos fiscais e de financiamento.

Qual seria a outra forma de aplicarmos estes dinheiros públicos nos vários momentos do processo? Onde se devia ter incidido a atenção? E essa incidência, que era comandada pelos aspectos financeiros, devia começar aquando da elaboração do projecto e aquando da fase de construção.

O sistema de financiamento tinha por base, inicialmente, um conjunto de parâmetros ligados à habitação. E desde que a habitação encaixasse nesses parâmetros — que têm a ver com áreas e custos — tinha subsídio, tinha bonificação.

Se inicialmente esses parâmetros eram definidos de uma forma relativamente rigorosa, hoje em dia são de uma forma menos rigorosa, que permite que os efeitos negativos ainda se apliquem. Quer dizer: saía uma portaria, e a população, as famílias, ao lerem as condições de crédito estabelecidas por ela verificavam que o seu rendimento tinha possibilidades de contrair empréstimo para comprar uma casa. E manifestavam essa intenção como procura no mercado de compra de habitação. E essa portaria tinha uma duração prática efectiva de três meses. Como a oferta é limitada, o vendedor, ao ver a manifestação da procura no mercado, aumentava o preço. E, ao aumentar o preço, fazia com que as habitações que até ali se enquadravam na portaria «fugissem» para cima. E três meses depois já não havia habitações que se enquadrassem na portaria.

E então surgiam novas pressões no Terreiro do Paço para sair outra portaria. E saía uma nova portaria, aumentando o valor dos parâmetros. E durante mais três meses havia habitações que se enquadravam na nova portaria mas que subiam acima dela. E fomos, desde 1976, de portaria em portaria, até esgotarmos a capacidade do sistema.

E porquê? Porque, se havia um limite de custo e de área, nunca se incentivou o promotor a diminuir custos e a racionalizar processos, de modo a que a habitação lhe ficasse mais barata. Os mecanismos de financiamento, as bonificações, aplicavam-se fundamentalmente à habitação promovida em mercado livre, proporcionando que o promotor privado tivesse sempre venda do seu produto. Nunca se incentivou o promotor privado a diminuir o custo da habitação, o que curiosamente lhe poderia dar mais lucro. Mas isso nunca se fez, nunca ninguém se sentiu interessado ou condicionado (os recursos do País são limitados e esse condicionamento é ainda mais exigível que há anos atrás).

De portaria em portaria foi-se aumentando o preço da habitação no mercado. Podemos dizer que o Estado, através das bonificações, foi um grande incentivador do aumento do preço da habitação no mercado.

Então, como é que podíamos fazer?

Teríamos que ir para um sistema que, por exemplo, em Espanha foi muito utilizado. E, quando às vezes se fala em «gonçalvismo», em 1975, se olhássemos para o país vizinho, podíamos observar que as restrições ou condicionantes eram muito maiores em Espanha que em Portugal, sem ter havido processos idênticos, e levaram a que os promotores se «encaixassem» dentro de um conjunto de parâmetros, se melhorassem e racionalizassem os processos de actuação para que a habitação fosse mais barata.

Acontece que aqui não, e a solução passaria por se ter aplicado esse sistema a um conjunto de habitações de custos controlados, como hoje se fala muito. Poderia não ser o sistema actual, mas teria de ser um verdadeiro sistema de custos controlados.

As bonificações não deviam ser aplicadas com base num preço de mercado, mas sim com um processo que fosse controlado à partida. Isso não aconteceu. Neste momento,

Desde 1976, fomos de portaria em portaria até esgotarmos a capacidade do sistema

existe uma série de medidas ligadas à habitação de custos controlados, só que representam na prática uma percentagem mínima, relativamente ao que é o mercado normal de promoção de habitação.

Mas falávamos há bocado em «promotor». Do promotor clássico, que existe em Portugal desde 1912 (e digo 1912 porque representa uma época em que o sistema de promoção para venda em mercado começou, pelo menos, na cidade de Lisboa). E foi esse processo que começou de determinada maneira, com altos e baixos que, a partir da década de 50, começou a perder qualidades e a juntar o promotor e o construtor na mesma entidade — o pequeno promotor-construtor. Este reúne em si um conjunto de vícios, que se prolongam até hoje, que não tem permitido a racionalização de processos, a diminuição do custo de produção, a investigação a nível do projecto, a investigação a nível da construção. Porque, se sempre se venderam as habitações em mercado, nunca houve incentivo para esse promotor-construtor aumentar a qualidade da sua forma de actuação. E, portanto, hoje em dia, as formas de funcionamento estão viciadas, o relacionamento entre os vários agentes que intervêm no processo de construção estão altamente viciados, desde a qualificação da mão-de-obra na construção civil, desde o relacionamento entre o promotor que funciona como empreiteiro e os subempreiteiros, quer na qualidade dos materiais a empregar, quer na qualidade dos projectos que são feitos — normalmente trabalha-se apenas com o projecto

que é licenciado na Câmara, o resto funciona quase tudo na cabeça das pessoas, documentação que relacione as pessoas em termos contratuais na prática não existe, a responsabilidade é muito indefinida — tudo isso se vai repercutir no bem final construído e no consumidor, no utilizador dessa habitação.

É culturalmente assumido neste país que as habitações têm de ter defeitos. A excepção é quando elas não têm defeito nenhum. Hoje em dia, todos nós que vivemos em habitação já assumimos à partida que a habitação tenha defeitos.

Voltando atrás: foi este tipo de promoção que, ao longo dos anos, não levou à possibilidade, em termos qualitativos, de alterar esse processo, para que hoje se pudesse dizer que havia uma maior produtividade na construção de habitação, que a habitação tinha sido embaratecida — e aqui distingo empobrecida —, de tal modo que os recursos financeiros necessários para promover habitação são hoje muito caros. A habitação sai cara no mercado, há índices, a nível europeu, que nos indicam que são precisos 6 a 7 anos de rendimento familiar (se fôssemos dedicar todo o rendimento familiar de uma família média para a compra de uma casa seriam precisos 6 a 7 anos de rendimento, enquanto que na Europa são precisos 3 anos de rendimento). Logo aí se define quanto em Portugal é cara a habitação, relativamente àquilo que as famílias portuguesas ganham.

— Dizem alguns promotores que é mais fácil vender um apartamento de luxo que um apartamento barato...

— Não é verdade. O Brága de Macedo falou no outro dia na descoberta das percentagens, mas não é verdade. O que acontece é que através dos órgãos da comunicação social se deu grande ênfase a um determinado tipo de promoções que nos últimos dois anos apareceram no mercado. E o português não estava habituado ao marketing, a uma determinada agressividade a nível das vendas dos bens imobiliários de habitação. E conjuntamente — e nos grandes centros urbanos, neste caso o Porto, Lisboa e eventualmente Coimbra — certos promotores levaram a efeito a promoção de bens imobiliários para habitação com uma determinada qualidade, não muito superior ao que era antigamente mas publicitada de outra maneira, e a conjugação da aplicação de algumas poupanças que estavam na Bolsa, noutros sectores, ou até branqueamento de dinheiro, levaram a que os preços de venda dessa habitação conseguissem ter saída no mercado.

Verificou-se que era mais fácil vender habitação com uma grande campanha de publicidade, aumentando também os preços. Mas que extracto de mercado? A percentagem de pessoas que vão comprar essas casas é diminuto, é muito, muito pequeno. O que se deu foi um grande ênfase. Mas se, na realidade, se vendiam as casas caras, hoje, Fevereiro de 1992, passa por serem aquelas habitações que mais baixaram o seu preço no mercado. Porque não estão a ser vendidas, quer no Porto quer em Lisboa. Onde se vem a verificar que os preços subiram de mais. Tiveram alguns compradores, mas não tiveram hipótese de sustentar este nível no mercado. Então tiveram que baixar.



Juventude - uma força social em movimento

Portugal tem assistido a uma movimentação estudantil que há muitos anos não se verificava.

As motivações imediatas foram a PGA, o sistema de acesso ao ensino superior e os projectos de aumento brutal das propinas, mas subjacente a estes problemas está a insatisfação e o descontentamento com o sistema de ensino e um grande desejo de participação e afirmação.

1 - Uma grande afirmação de unidade, criatividade e força

Estas movimentações juvenis seja qual for a evolução futura traduziram-se já numa dupla derrota do Governo e da política de direita.

As lutas dos estudantes abalaram profundamente o Governo, conduziram à demissão do ministro da Educação, 4 meses após a tomada de posse e a concessões que não tinha previsto. O Governo deixou de ter condições para defender a PGA, avançou com a 3ª chamada que não sendo solução é uma cedência real e uma alteração às regras previstas para este ano e todo o sistema de acesso ao ensino superior estabelecido pelo PSD, com assinatura de Cavaco Silva foi posto em cheque. O funcionamento e papel do ensino superior foram questionados e a aplicação do projecto do aumento brutal das propinas sem oposição foi frustrada.

Mas estas acções, tal como a importante vaga de iniciativas de solidariedade com o povo de Timor-Leste, constituem a derrota duma estratégia habilidosamente prosseguida pelo PSD ao longo dos anos no sentido da atenuação de tensões e descontentamentos e da neutralização e envolvimento do movimento juvenil atrelando-o à política do Governo. Derrotando esta estratégia, desmentindo os vaticínios daqueles que consideravam a juventude como uma camada amorfa, desprovida de vontade e capacidade de intervenção, estas acções mostraram em toda a sua plenitude a força, a criatividade, a alegria e dinamismo do movimento juvenil. Os jovens sentiram a sua força, viram que agindo podem intervir na definição do seu presente e futuro.

A juventude confirmou-se como uma força social com um importante papel na luta popular comprovando as análises do PCP e a apreciação e intervenção da JCP. O movimento juvenil afirma-se assim com as suas características próprias, como uma força com que é preciso contar na sociedade portuguesa e que profundamente ligado aos interesses dos jovens, se insere objectivamente na grande corrente da luta popular de resistência à política de direita.

2 - Pelo reforço da unidade, num movimento aberto, participado e democrático

Contestando um sistema rejeitado desde o início e despoletado pelo nível de escândalo e absurdo da 1ª chamada, este movimento desenvolveu-se por todo o país com estudantes unidos contra a PGA.

A unidade, criatividade e dinamismo em torno de objectivos sentidos pelos estudantes deram a este movimento uma enorme força que cedo alguns quiseram limitar.

Considerando o reforço da unidade a chave para o êxito dos estudantes nos seus objectivos, há três aspectos que consideramos adequado destacar e alertar:

- O papel da JSD. Em todo este processo a JSD, assumiu-se como um instrumento da política do Governo, para tentar abafar e atrelar o movimento juvenil à política do Governo ou caso isso se tornasse impossível (como aconteceu) para o tentar dividir. Teceu críticas ao júri, apenas para desculpar o Governo e o 1º Ministro responsáveis por este sistema de acesso; defende a 3ª chamada como solução para este ano; procura que a PGA continue no futuro com outro nome e vem ainda a pretexto da real degradação do sistema de ensino em consequência da política do Governo reivindicar a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, que tem sido um travão a aspectos mais negativos dessa política e cujo respeito teria impedido o absurdo da PGA.

Tais posições criaram uma clivagem que pôs dum lado o Governo e a JSD e do outro lado muitos estudantes apoiantes do PSD/JSD que se juntaram aos muitos milhares que efectivamente exigiram o fim da PGA.

- O papel de alguns, muito poucos que procuraram instrumentalizar o movimento ao serviço de estratégias de afirmação pessoal ou de grupo, disfarçando-se de «não alinhados» e utilizando justos sentimentos de unidade de sectores efectivamente independentes para os seus objecti-

vos. De facto têm tido uma prática antidemocrática, procurando sobrepor a sua opinião à opinião dos outros, fazendo reuniões às escondidas, tentando monopolizar contactos com a comunicação social, estimulando marginalizações e exclusões, fazendo passar como decisão a opinião própria, numa linha que não tem contribuído para o reforço da unidade em torno dos objectivos que a todos se colocam independentemente das opções políticas e ideológicas de cada um.

- O tratamento dado na comunicação social à JCP e à actividade dos estudantes comunistas que oscila entre o silenciamento para levar à conclusão da inexistência ou da falta de intervenção (três debates na RTP entre representantes da JSD e JS, excluindo a JCP que até tem projecto apresentado na A.R. sobre o acesso) e as referências a uma organização com tal força que onde chega instrumentaliza tudo o que toca (notícias sobre reunião de Coimbra e eco dado à conferência de imprensa promovida pelos ditos «não alinhados» com omissão da nota da JCP sobre a matéria).

São duas atitudes que têm o mesmo propósito de esconder e falsear a realidade:

. A JCP foi a organização política da juventude que sempre contestou este sistema de acesso e que ao mesmo tempo contribuiu para a apresentação, através do Grupo

tes combatendo a partidização, as discriminações e exclusões.

As acusações descabidas e insultuosas aos estudantes comunistas pretendem no fundo artificialmente criar barreiras à profunda e natural ligação entre os interesses dos estudantes e as posições, objectivos e propostas da JCP. Ligação que não resulta de qualquer instrumentalização, mas do facto da JCP ter sabido ser intérprete dos problemas e aspirações juvenis. Ligação que se tem traduzido num número significativo de adesões à JCP.

3 - Uma luta que continua

Não foram ainda dadas respostas claras às reivindicações estudantis. Não foram garantidas para este ano soluções que existem e que não passam pela 3ª chamada e não foi assegurado que para o futuro não esteja a ser preparada a manutenção da PGA com outro nome.

O sistema de «numerus clausus» continua a deixar ficar de fora do ensino superior público, dezenas de milhares de estudantes que têm condições para o frequentar.

A política do Governo não resolve e agrava mesmo o funcionamento do sistema de ensino: compromete a gestão democrática; implementa um discutível sistema de avalia-



Parlamentar do PCP, dum projecto coerente para um mais justo sistema de acesso ao ensino superior.

. A JCP antes da primeira chamada e da movimentação que se lhe seguiu, lançou uma campanha nacional contra a PGA e por um novo sistema de acesso.

. Os jovens comunistas tiveram com muitos outros activistas associativos um papel decisivo para impedir que na negociação com o Ministério se desvirtuassem os objectivos do movimento estudantil.

. Considerando a acção estudantil como uma grandiosa afirmação de activismo de muitos milhares de jovens, não podemos deixar de registar que entre eles têm estado muitos jovens comunistas na dinamização das acções, na ligação aos estudantes, no reforço da unidade e na defesa dum movimento aberto a todos os estudantes e seus representan-



ção; deixa acentuar a degradação de instalações, a insegurança, a carência de equipamentos desportivos e de pessoal auxiliar e aprova alterações à organização do próximo ano lectivo - horários, períodos de aulas e número mínimo de alunos por sala que irão levar, entre outras graves consequências, ao encerramento de grande número de escolas, à deslocação de elevado número de alunos e à redução de muitos milhares de professores.

No ensino superior paralelamente à tentativa de aumento brutal das propinas e da liquidação do apoio social com o projecto que preconiza a privatização das cantinas e residências universitárias e visa fazer pagar aos estudantes os seus custos reais, o Governo mantém a linha do estrangulamento do ensino superior público e está a levar à prática a real desvalorização das licenciaturas, nomeadamente com a diminuição da duração dos cursos.

São problemas que colocam na ordem do dia uma política de ensino democrática e alternativa e que justificam e exigem o reforço da unidade e acção estudantil. As cedências do Governo mostram que vale a pena lutar. O Dia do Estudante, 24 de Março, data cheia de tradições, surge, assim como um dia de luta dos estudantes por estes objectivos.

Os jovens comunistas continuarão a actuar com milhares de activistas associativos em todo o País para o reforço da unidade e da acção juvenil.

A JCP e o PCP continuarão a intervir a todos os níveis para defesa dos interesses dos jovens e dum sistema de ensino que corresponda às suas aspirações e às necessidades de desenvolvimento do País.

JOAQUIM TAVARES
Membro do Secretariado da DN da JCP
e suplente do CC do PCP

John Major faz a sua oferta: 660\$00 semanais por cada voto

O primeiro-ministro britânico, John Major, teve, finalmente, de reconhecer a inevitabilidade: convocou as eleições gerais para o dia 9 de Abril próximo. Não o fez, contudo, sem ter colocado o povo britânico, previamente, diante duma grosseira manobra política — a da apresentação do orçamento na véspera do anúncio decisivo. E a essência do desesperado orçamento constituirá um dos temas constantes do grande debate eleitoral: a questão dos impostos.

Na terça-feira, 10 de Março, a Câmara dos Comuns achava-se à cunha. Norman Lamont, o chanceler do Tesouro (ministro da Economia e Finanças), ia apresentar as propostas orçamentais para as receitas do governo visto que as respectivas despesas já haviam sido tratadas noutra ocasião. Amontoando-se nas bancadas da velha e histórica Câmara lá estavam as grandes figuras dos trágicos últimos doze anos: Margaret Thatcher, tristonha, temerosa do julgamento final; Nigel Lawson, o chanceler do «boom» de 1987-88 que lançou a Grã-Bretanha na recessão (John Major era primeiro secretário da Tesouraria); Sir Geoffrey Howe, chanceler nos primeiros governos Thatcher, um dos mais distintos advogados deste país e o homem que, recusando-se a ser tratado por Margaret Thatcher como um aluno da escola primária, despoletou o «ataque» que resultou na deposição da «dama de ferro».

Nas bancadas opostas, o «leader» da Oposição, Neil Kinnock, que há quase nove anos dirige o Partido Trabalhista. Junto a si, John Smith, advogado escocês e homem da classe média das «highlands», o «front-bench» e ministro-sombra para os assuntos da economia; Margaret Beckett, especialista de questões financeiras e fiscais, figura respeitável e competente no movimento trabalhista; Roy Hattersley, «vice-leader» do partido; Gerald Kaufman, o «sombra» do Foreign Office, entre outros. Os deputados dos pequenos partidos enchiam o resto das bancadas — os liberais, os do SNP (Partido Nacionalista Escocês), os da Irlanda do Norte. E era quente, da máxima expectativa, a atmosfera da casa a que costumam chamar a mãe dos Parlamentos, no palácio de Westminster. O «speaker», Bernard Weatherill, que dirigiu os trabalhos dos Comuns pela última vez, anunciava o período de perguntas ao primeiro-ministro (15 minutos) e gritava: «Order! Order!». Eram 03.15 da tarde, precisamente, quando Norman Lamont num puro inglês «Oxbridge» começou a ler o Orçamento.

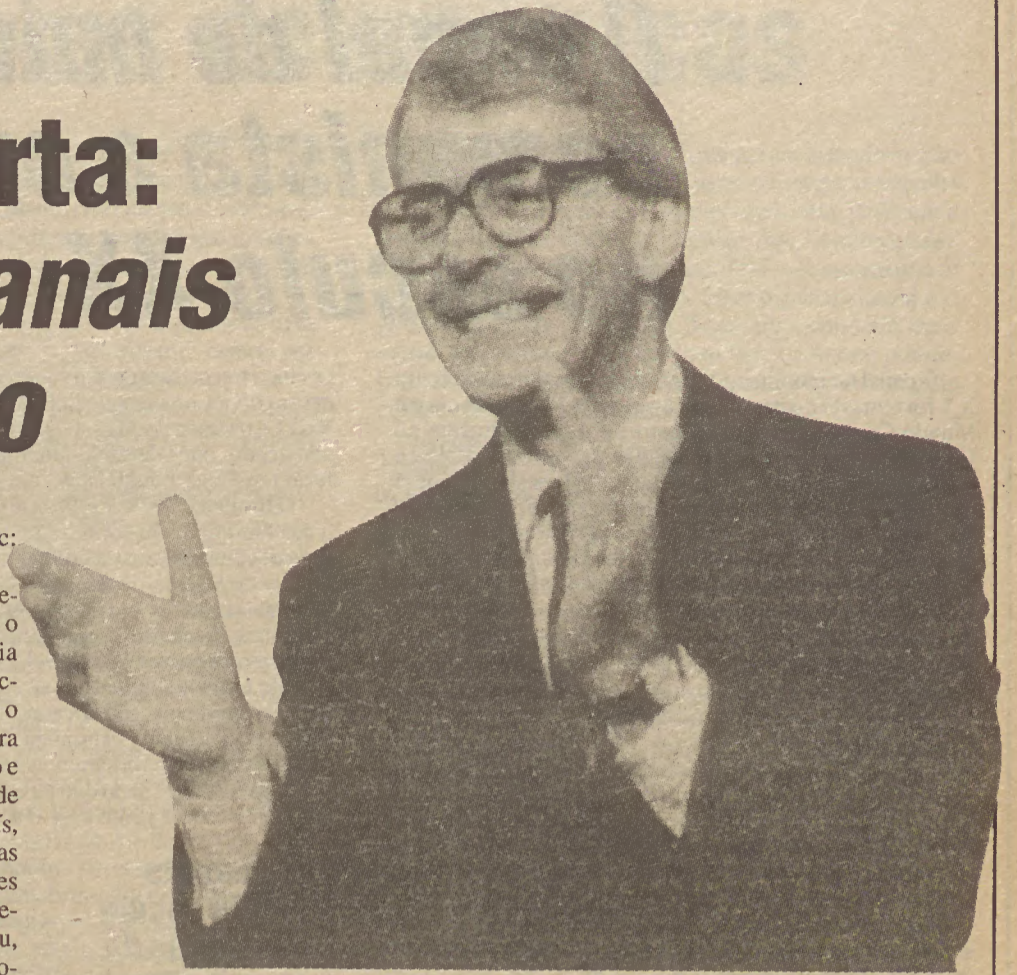
Especulava-se, de há muito, em toda a Grã-Bretanha, com o que poderiam vir a ser estas propostas orçamentais: uma distribuição mais ou menos generalizada de benefícios fiscais com a finalidade única, mas oportunista, imoral, vergonhosa, de comprar os votos do povo destas ilhas. E foi isso o que, no momento exacto, se verificou. Chegado às derradeiras páginas do seu discurso, aliás cuidadosamente preparado, o chanceler do tesouro, abriu-se, finalmente: primeiro, revelando que o «deficit» das contas do governo subiria para 38 biliões de libras; segundo, declarando que os impostos directos descontados nos ordenados das pessoas seriam diminuídos em cerca de 5% sobre as primeiras £2000 dos vencimentos anuais de cada cidadão

britânico — £2-64 (Esc: 660\$00) por semana.

Forte desta segunda declaração do seu chanceler, o primeiro-ministro, no dia seguinte, foi a correr a Buckingham Palace solicitar o assentimento de Isabel II para a dissolução do Parlamento e correspondente realização de eleições gerais. E este país, tranquilo como sempre mas afundado nas preocupações resultantes do «slump» (depressão económica), entrou, então, na discussão dos problemas do seu futuro mais ou menos imediato.

Mas, Mr. Major começou por desiludir a City. Os grandes meios financeiros gostam, evidentemente, de ver o governo pedir dinheiro emprestado para financiar os «deficits» — isso dá-lhes bons juros e o cliente é bom — mas, 38 biliões em tempo de tão diabólica recessão, francamente, acharam de mais. A realidade é que o «deficit» da Tesouraria, feitos os inevitáveis ajustamentos que o tempo exigirá, chegará, rapidamente, aos 50 biliões, ou mais. Como consequência, a libra começou a perder terreno nos mercados de câmbios e as acções, no «Stock Exchange», caíram logo cerca de 80 pontos. A City está profundamente pessimista. John Major, portanto, inicia a sua campanha eleitoral numa situação absolutamente desconfortável.

Os trabalhistas, entretanto, colocaram o eleitorado perante as suas responsabilidades: aceitarão os britânicos as míseras £2-64 (660\$00) semanais como um bónus governamental contra o qual os conservadores lhes exigem os votos? Ou preferirão tratar essa tentativa descarada de suborno com o desprezo que merece? Apoiarão os trabalhistas e o seu programa, muito mais sério, de investimentos nas infra-estruturas, de recuperação da economia, de relançamento dos serviços públicos? O povo destas ilhas não está de olhos fechados. Sabe que os serviços de saúde, imprescindíveis para a grande maioria, se acham num monumental descalabro enquanto a medicina e os hospitais privados prosperam. Sabe da desorientação que lavra em quase todos os sectores da educação. Conhece as consequências cruciais das privatizações gigantes e selvagens dos telefones, do gás, das águas e da electricidade. Sofre na própria carne o desemprego em massa. Agoniza diante da monumental catástrofe do mercado da habitação e do reassentamento contínuo das casas das pessoas. Choca-se com o gradual, quase monótono fecho das indústrias, as dezenas de milhar de falências, os constantes escândalos financeiros, o aumento dramático da criminalidade e da delinquência. O povo britânico conhece a situação do país, a sua própria situação, afinal. Deixar-se-á seduzir pela corrupta e nojenta proposta dos conservadores? Hipotecará a sua dignidade?



Esta será a 14ª vez que o eleitorado britânico vai às urnas para eleger um novo Parlamento desde o fim da guerra. E os trabalhistas apresentam-se melhor colocados para a vitória do que em quaisquer outras eleições desde 1974. As sondagens da opinião continuam a dar-lhes vantagem. A impressão geral em todo o país é de que a hora chegou para mudar de governo. Mas, para chegar à maioria absoluta, o «Labour Party» necessita duma viragem de pelo menos 8% dos votos, a seu favor. Precisam duma «revolução» nas urnas, qualquer coisa que não conseguiram desde o grande voto no socialismo em 1945. Na prática, Neil Kinnock terá de capturar nada menos de 97 lugares aos conservadores sem perda de nenhum dos que, actualmente, controla.

Eis o que pode chamar-se uma gigantesca mas não impossível tarefa. Ao partido no governo, entretanto, para que desapareça a sua actual maioria absoluta, basta que perca 51 lugares — o que nos parece evidente que acontecerá. Um prognóstico? É natural que os nossos leitores do «Avante!», conscientes do facto de que estas eleições poderão contribuir para o começo da transformação da ordem actual das coisas na Europa e no mundo, formulem a essencial pergunta: o que irá, então, acontecer?

A nossa confiança (com algumas reservas) na razoabilidade e no carácter essencialmente justo do POVO britânico diz-nos que o Mr. Major, os conservadores, tudo o que define a trágica passagem pelo poder, da «dama de ferro», sofrerão uma esmagadora derrota. O povo deste país erguer-se-á, a 9 de Abril, para fazer registar a sua inevitável vingança utilizando a única arma de que dispõe, neste momento — o boletim de voto. Mas, se assim não acontecer, se os vendedores ambulantes de acções e de apólices de seguros conseguirem vender também aos eleitores as £2-64 de desconto semanal nos impostos, outras oportunidades surgirão, rapidamente. O sistema encontra-se asfiziado pela mais intratável recessão económica de sempre. Isso, em nossa opinião, é decisivo e fundamentalíssimo. A questão dos votos é transitória.

■ **Manoel de Lencastre**

À VENDA

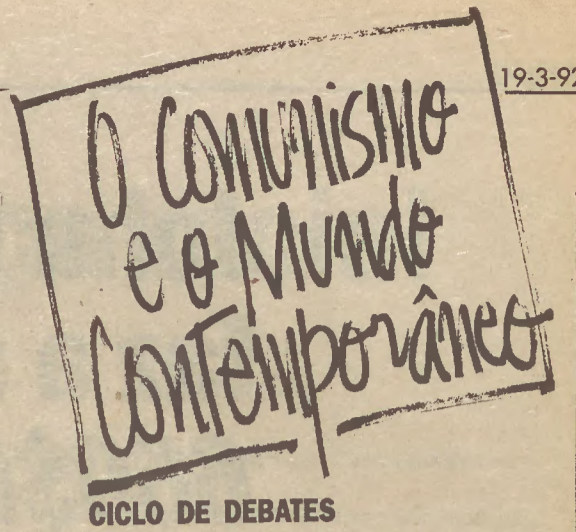
O Militante

Sobre a
**UNIÃO
SOVIÉTICA**

Mesa-redonda com
ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES • LURDES GONÇALVES



O papel do movimento comunista e operário no século XX



O papel do movimento operário e comunista no século XX foi tema do quarto debate do ciclo «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo», a decorrer quinzenalmente no CTVitória, em Lisboa. Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e Director do nosso jornal, presidiu à mesa dos trabalhos, estando acompanhado pelo professor João Arsénio Nunes e o sindicalista Américo Nunes, tendo todos introduzido o tema com intervenções que condensamos adiante. A sessão foi largamente participada, com o salão repleto de gente atenta e interventiva.

Carlos Brito, após definir este século como uma época de extraordinários avanços e convulsões «que mudaram várias vezes a configuração do mapa da Europa e do mundo», enquadró o tema, afirmando: «Torna-se evidente que os comunistas, o movimento comunista e o movimento operário estiveram profundamente mergulhados nas mais decisivas convulsões do século e estão indissolivelmente ligados, como obreiros especiais, às suas conquistas, prodígios e acontecimentos - os mais gloriosos e dolorosos também».

As grandes derrotas do socialismo no Leste, a derrocada e o desmantelamento da União Soviética e as dificuldades que os Partidos Comunistas e todo o movimento operário experimentam, na sequência destes acontecimentos, constituem, entretanto, a crua realidade de hoje, «não estando os nossos adversários com meias medidas: para eles não só o comunismo morreu, como o esforço, a acção heróica e gloriosa de tantas gerações de comunistas, operários e trabalhadores, foi em vão».

Invocando o que foi dito na Resolução Política do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP (a que também aludiu mais adiante, a propósito da ilustração dos erros que levaram à derrocada dos países socialistas), Carlos Brito alinhou em sete pontos as inegáveis vitórias alcançadas neste século pelos trabalhadores, com determinante papel dos comunistas e que, nos tempos que correm, convém não esquecer: 1º, o derrube do poder da burguesia em numerosos países, com os comunistas e os trabalhadores a lançarem-se na construção duma sociedade sem exploradores nem explorados; 2º, nos países capitalistas, os comunistas desempenharam um papel determinante no desenvolvimento do movimento operário e da sua influência na sociedade; 3º, o derrube do sistema mundial do colonialismo e a conquista da independência por povos explorados e oprimidos há séculos; 4º, os recuos e concessões a que o capitalismo foi obrigado na sua política interna e externa pela força das ideias, das realizações e da presença na vida internacional do mundo socialista; 5º, durante uma parte considerável do século nenhum grande problema das relações internacionais pôde ser resolvido sem tomar em consideração os critérios da União Soviética, do mundo socialista e do movimento comunista internacional e isso deixou marcas que permanecem na ordem internacional vigente; 6º, alguns importantes pactos internacionais, Cartas de Direitos, Constituições (como a portuguesa), a consagrarem juridicamente, como património do século XX, direitos sociais e económicos que são conquistas do socialismo e grandes objectivos da luta dos comunistas; 7º, as ideias do marxismo-leninismo e a experiência histórica dos comunistas impregnaram, de forma indelével, a ciência, a arte, a literatura, a filosofia e toda a actividade intelectual muito para além das áreas de influência do movimento comunista e operário.

Do entusiasmo ao abandono

«Mas o maior feito do movimento comunista e operário neste século - enfatizou - é inegavelmente a Revolução de Outubro e as outras revoluções socialistas em parte considerável do planeta e abarcando cerca de um terço da Humanidade. A passagem do capitalismo ao socialismo deixou de ser uma questão teórica para se tornar um processo concreto à escala mundial, e é este processo que domina toda a história do século XX».

Um processo que sofreu o desastre clamoroso que se conhece, cuja análise constitui uma das tarefas do próximo XIV Congresso do Partido, que avaliará concomitantemente a justeza das apreciações feitas no XIII Congresso (Extraordinário) e se elas corresponderam ao desenvolvimento dos acontecimentos que se verificou. Nesta altura, Carlos Brito citou

os cinco traços configurativos do «modelo perverso que se desenvolveu no campo socialista», segundo a análise do XIII Congresso do PCP, e que conduziram ao descabro verificado, considerando ainda que o que fracassou não foram os ideais comunistas, mas este modelo perverso.

O dirigente do PCP referiu ainda o estalinismo, que fez a sua entrada na história muito provavelmente em 1924, logo a seguir à morte de Lênine, com as chamadas «conferências de Staline», e atingiu o seu apogeu com o culto da personalidade e a vaga repressiva de 1949. E afirmou: «Foi um quarto de século em que foram, seguramente, produzidas as piores perversões a nível do Estado, da economia, do Partido e da ideologia e que se incorporaram depois no tal modelo perverso», significando a repressão de toda a oposição na sociedade, centralização do poder e hábitos de obediência que se tornaram fatais.

Após ter recordado que a Perestroika entusiasmou inicialmente toda a gente com o seu afirmado propósito da correcção de erros e desvios, da ultrapassagem da estagnação, do regresso ao leninismo, para, alguns anos volvidos, se verificar o abandono de todo esse projecto e a instalação da catástrofe e do caos, o orador realçou que, apesar dos tempos difíceis que hoje se vivem, abre-se um vasto campo de intervenção aos comunistas, cuja acção, já Marx o dizia, parte sempre das permissas da actualidade. «Vamos ter possibilidade de nos fazer ouvir e seguir melhor do que até aqui», sublinhou.

Do lugar-comum às tendências perigosas

João Arsénio Nunes, definindo que «a luta e o objectivo de acabar com a exploração do homem pelo homem é o que distingue os partidos comunistas dos partidos sociais-democratas», considerou que a expressão «marxismo-leninismo» não diz «nem mais nem menos do que o que lá está: o pensamento de Marx, Lênine e outros», entendendo ser fundamental retomar em concreto o estudo dos clássicos, onde incluiu Marx, Lênine, Gramsci e, eventualmente, Mao Tsé Tung. Mais adiante afirmou: «É lugar-comum dizer-se agora que a previsão de Marx não se realizou»; dito assim, é verdade, atendendo à conclusão do Manifesto Comunista sobre a polarização da sociedade entre um proletariado cada vez mais vasto e pobre e uma burguesia cada

«A luta e o objectivo de acabar com a exploração do homem pelo homem é o que distingue os partidos comunistas dos partidos sociais-democratas»

vez mais restrita e rica. Daí que uma das tarefas dos marxistas-leninistas hoje, em Portugal, seja descortinar como é que estas tendências apontadas por Marx se concretizam actualmente e incidem no nosso país, que é particular, «com uma revolução recente, um passado de atraso, revolta e opressão política, que não é de periferia e que, no seu subdesenvolvimento, tendencialmente até se ericaminha para o capitalismo desenvolvido».

Américo Nunes centrou mais a sua intervenção no movimento sindical, que em Portugal é de classe, o que não é dispiciendo: com isso significa que se insere na luta mais geral que procura o fim da exploração do homem pelo homem, pelo que assume as consignas de democrático, porque admite e promove a participação de todos os trabalhadores, e unitário, porque defende a participação de todos, em clara independência do patronato, dos partidos, dos credos, religiões ou raças.

Após historiar brevemente o percurso sindical no nosso país, o orador advertiu para actuais e perigosas tendências que estão a aflorar até no movimento sindical unitário: «aceitação da conciliação de classe, tendência neocorporativista, com as direcções a negociar e depois a "porem o carimbo", tendência para que o sindicalismo tenha um "espaço político", determinismo fatalista a aceitar, por

«Há uma figura que caracteriza, hoje, o centrismo político-ideológico: a figura de Gorbatchov»

exemplo, que as novas tecnologias impõem despedimentos, a descida da inflação como um "objectivo nacional" sem questionar à custa de quem e a favor de quem», etc.

Do oportunismo centrista

Feita a introdução do tema, o debate foi aberto à assistência, donde saíram numerosas intervenções apesar do adiantado da hora.

Sendo impossível dar nota de todas, faremos referência - naturalmente aleatória - a algumas, recordando o que Carlos Brito a dado passo da discussão afirmou: que estes debates estão inseridos na primeira fase de preparação do Congresso, pelo que, naturalmente, não se apuram conclusões, estando entretanto o Partido particularmente atento às pistas que se vão abrindo. Seguir-se-á depois uma nova fase, a da elaboração das Teses, onde virá então «o preto no branco».

Enquanto Fernando Gonçalves apontava para a necessidade de periodicizar a discussão sobre o Movimento Comunista Internacional e Rui Branco acentuava o carácter internacionalista do movimento comunista que, hoje, urge acentuar, Silas Cerqueira avaliava a questão do «centrismo», apontando Gorbatchov como a figura que, na actualidade, o protagonizou. Eis a sùmula da sua apreciação.

«Quando foi da bancarrota da II Internacional - disse - havia três correntes: a internacionalista, defendida por Lênine, que originou o movimento comunista e era contra a guerra imperialista; a social-democrata de direita, que era a favor da guerra imperialista; e a centrista, de Kautsky. Lênine considerava a centrista a corrente mais perigosa, porque enganava mais as massas. A caracterização do centrismo hoje, quer no movimento operário, quer no movimento comunista, quer no movimento sindical, tem essa característica. Inclusive os centristas não enganam só as massas, enganam-se a si próprios».

E como se define o centrismo? «Na sua essência económica e social consiste em, com base nas aquisições da revolução científico-tecnológica, pôr o movimento operário ao serviço do que seria um desenvolvimento democrático do capitalismo. Penso que é esta a questão», sublinhou, acrescentando: «Há, quanto a mim, uma figura que caracteriza, hoje, o centrismo político-ideológico, que é a figura de Gorbatchov».



Convergências ecuménicas

As recentes semanas forneceram um curioso feixe de notícias sobre actividades no mundo religioso. E ainda que os temas abordados fossem diferentes usaremos, com toda a liberdade, o direito de os aproximar.

Dois acontecimentos principais atraíram as atenções: o Encontro Ecuménico de Viseu (uma pedrada no «charco» português?); e o Colóquio sobre Capitalismo e Ética, efectuado em Roma, patenteando a existência de certos embaraços pontifícios face ao comportamento de um liberalismo aparentemente triunfante. Qualquer destes assuntos reclama um longo comentário.

Igreja plural ou pluralidade das igrejas?

O bispo de Viseu — que também desempenha as importantes funções de presidente da Comissão Episcopal para a Defesa da Fé — reuniu-se com os representantes e observadores de um grupo (COPIC) de igrejas reformadas com implantação nacional. A iniciativa mereceu largo consenso favorável, por parte da maioria das formações de crentes e não-crentes portugueses. Pesou nesta atitude o facto de já existir na opinião pública o entendimento que o Ecumenismo poderá vir a exercer papel de relevo nos esforços por uma paz efectiva, pelo desenvolvimento e pela justiça social. Ainda que uma aproximação entre as igrejas se consumasse apenas no nosso país, inspirada nos princípios da justiça, mesmo assim ela poderia vir a revelar-se decisiva para o reforço das bases da comunidade que propõem um crescimento socialmente equilibrado, com garantia da liberdade das instituições. A reunião realizou-se, como previsto, mas foi de curta duração, tendo o debate ocupado, apenas, três ou quatro horas, segundo a imprensa, findas as quais as declarações dos participantes não revelavam particular optimismo.

É ainda cedo para se extraírem conclusões sobre os resultados da reunião, até porque novo encontro do mesmo tipo foi marcado para dentro de alguns meses. Porém, se considerarmos o que tem sido, no passado, o ecumenismo em Portugal, será lícito admitir como hipótese que estamos em presença de mais um tímido passo em frente da hierarquia católica, dado embora sem grande convicção nem empenhamento total da igreja. Sobre-tudo, é altamente duvidoso que tenha sido satisfeito, por qualquer dos lados em presença, o pressuposto básico que avaliza o carácter vantajoso deste tipo de encontros: a extinção do pavor, sentido em cada campo, de que a aproximação arraste a sua igreja para o plano inclinado das cedências doutrinárias excessivas. Este tipo de posição, fechada e defensiva, ain-

da se pode compreender em igrejas minoritárias. Mas o facto é que também a igreja católica portuguesa o alimenta ainda que, como se sabe, constitua no país uma instituição a tal ponto poderosa e hegemónica que nenhuma outra confissão, qualquer que seja a situação que se atravessa, poderá vir a ameaçar o secular ascendente católico romano.

É noutro plano, portanto, que importa procurar uma explicação para esta atitude: no escorregadio campo em que se desenvolvem os esforços ecuménicos.

Em todo o mundo, a linha de fractura do movimento religioso é extremamente sinuosa e complexa. Não separa, exclusivamente, sistemas de sinais opostos, mas passa igualmente por dentro de cada um deles e delimita áreas que nem sempre se harmonizam entre si: teológicas, ideológicas, sociológicas, litúrgicas, éticas, culturais, económicas, financeiras, políticas, etc.

As religiões actuais encontram o equilíbrio entre as suas componentes através da aplicação de uma doutrina que apenas diz respeito aos seus fiéis: há uma ética católica, uma antropologia católica, uma doutrina social católica; há uma ética luterana, uma atitude científica luterana, uma intervenção social luterana, etc. O mesmo se poderá dizer em relação aos «irmãos separados» das outras denominações, aos judeus, aos ortodoxos, ao restante mundo religioso. O Ecumenismo propõe a unidade, a longo prazo. Uma unidade, no todo, que respeite a diversidade nas partes componentes. Trabalho hercúleo que, a ser tentado, decorrerá em terrenos completamente desconhecidos.

Por isso, para os bispos católicos, maioritariamente conservadores, o ecumenismo contém riscos de dimensões mal esclarecidas. O movimento ecuménico apenas vive a sua fase descritiva, vai-se explicando a si próprio, experimenta grandes dificuldades de síntese e de comunicação. Não oferece garantias.

No fundo, o que se choca, entre as diferentes correntes católicas, são as ideias contraditórias acerca da natureza orgânica de uma Igreja futura.

Igreja plural, como pretendem os conservadores, tolerante para com as outras, mas inflexível quanto à imposição dos seus próprios dogmas, hegemónica e expansionista, predestinada a reabsorver, com o tempo, as comunidades «separadas»?

Ou Pluralidades de Igrejas, numa perspectiva ecuménica mais avançada, com base no respeito pela diversidade, afirmação no plano pastoral mas abandono do carácter competitivo na área religiosa?

Chocantes contradições

No mundo católico português, estas inseguranças doutrinárias traduzem-se em contradições sociais verdadeiramente chocantes.

Enquanto que o bispo de Viseu parece estender a mão aos herdeiros de Lutero, o restante episcopado trabalha activamente para alargar o enorme fosso que já separa a igreja católica das restantes congregações. As informações recentes convergem neste sentido. Têm sido numerosos os acordos e protocolos firmados entre o poder central e o governo da igreja portuguesa. Todos eles, cobrindo áreas sociais diferentes, têm entre si um factor comum: privilegiam a instituição católica e excluem do âmbito de cada diploma as restantes igrejas.

Isenção do IVA, apenas para os padres católicos; autorização para as Misericórdias católicas exercerem actividades lucrativas; concessão do estatuto de assistentes religiosos ao Voluntariado Católico para o trabalho nas prisões, em regime de exclusividade; concessão de subsídios e alvarás, preferencialmente a publicações e rádios locais ligadas à igreja; transferência de dezenas de milhões de contos da Segurança Social para instituições católicas do sector; subalternização financeira dos estabelecimentos estatais do Ensino, da Saúde, da Formação Profissional, etc., como contrapartida do crescente afluxo das verbas oficiais canalizadas para as organizações privadas da igreja; concessão de um canal da TV a uma empresa de «inspiração cristã», sem prévia salvaguarda dos direitos que assistem a todas as denominações religiosas e que a Constituição, por igual, reconhece.

Assim, não poderá deixar de compreender-se que uma parte substancial das denominações protestantes portuguesas — basicamente representadas na «Aliança Evangélica» — tenham preferido ignorar a «Reunião de Viseu». Recordam-se, certamente, que a figura canónica de «defesa da Fé» que o bispo diocesano representa foi criada pelo tão tristemente célebre Concílio de Trento...

Ter dois pés para andar mas... só usar um deles!

O espaço disponível encurta e importa, ainda, falarmos no colóquio Capitalismo e Ética realizado no Vaticano. Estiveram presentes e entrevistaram cerca de 40 individualidades, todas elas rigorosamente seleccionadas pela Santa Sé: o banqueiro Mário Conde, cabeça-de-proa dos grupos financeiros da Opus Dei; a milionária suíça Simone Veil; o ex-grande patrão da Segurança dos EUA, no tempo da guerra do Vietnam, Zbigniew Brezinski, um dos grandes condutores da reunificação alemã, o liberal Otto Lamsdorff, e destacados conselheiros pessoais de Gorbachov, como Alexander Yakovlev. Embora pouco tenha chegado a Portugal acerca das tomadas de posição assumidas durante os debates, diz-se que Brezinski terá afirmado: «O capitalismo, sem o contrapeso do outro elemento do binómio, tende a assumir formas disformes e perigosas para a democracia e para a paz baseada na justiça e no pluralismo».

Também no mesmo sentido se pronunciaram Yakovlev e Simone Veil («O capitalismo é um modelo incompleto e limitado que não consegue resolver os problemas sociais de que o comunismo se fazia voz»), Otto Lamsdorff («O capitalismo precisa de um contraditor, de um censor permanente»), e o jesuíta Y. Calvez («O capitalismo não é um modelo para respostas globais às massas, é elitista, corporativista e tende a criar grupos de poder fechados e contrários ao pluralismo social»).

Ninguém duvida — esclareça-se — que a igreja católica tenha dois pés para andar. Porém, a sua actual direcção parece apostada em caminhar, apenas, com o pé direito. O outro, apenas serve a imagem de marca do catolicismo.

Ainda esta semana, há poucos dias, a respeitável revista «Time» revelou que, em 7 de Junho de 1982, sob pretexto de corrigirem os acordos de Ialta, João Paulo II e Ronald Reagan, então presidente dos EUA, estabeleceram nova «Santa Aliança» destinada a destruir os regimes socialistas europeus.

Assim, quando pouco mais tarde João Paulo II proclamou, em Santiago de Compostela, o arranque de uma campanha para a «nova recristianização» da Europa, nada mais estava a fazer do que cumprir as cláusulas de um protocolo que promete vir a ser causa de uma das maiores catástrofes da história europeia.

Uma das características do nosso tempo é a de que os erros que se cometem ou são corrigidos de imediato ou — o que muitas vezes acontece — se pagam bem caro.

Neste sentido, bom seria que a hierarquia católica meditasse nas palavras pronunciadas por Alexander Yakovlev, o amigo de Gorbachov, na fase final deste colóquio.

«O capitalismo» — reconheceu com grande e irrecuperável atraso aquele conselheiro — «acaba por ser factor gerador de guerras e conflitos entre os povos e entre classes sociais».

■ Jorge André



Texto

Anabela Fino

Fotos

Januário Trigo

CUBA

... e apesar de tudo resiste!

Nos últimos trinta anos, o mundo caiu-nos em cima duas vezes... e resistimos!



As palavras são de Sergio Corrieri Henández, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e presidente do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP), que em recente visita a Lisboa aceitou a falar ao nosso jornal. Uma entrevista onde se fala de resistência, democracia, pena de morte, direito de um povo em escolher o seu próprio destino. Um contributo para a compreensão dessa realidade tão controversa chamada Cuba.

Dadas as profundas alterações que se registaram no mundo, e tendo em conta as suas incidências em Cuba, qual o papel das Associações de Amizade com o vosso país?

Estamos a assistir em todo o mundo, em particular a partir de 1991, a um crescimento importante do movimento de solidariedade com Cuba, quase comparável ao registado nos anos 60, quando triunfou a Revolução e começaram as hostilidades com os Estados Unidos.

Este movimento não é apenas a nível europeu; tem uma enorme força na América Latina e também em países asiáticos como a Austrália e as Filipinas. Creio que é um movimento proporcional à ofensiva de que Cuba está a ser alvo por parte dos EUA e de outros países que alinham com a sua política. Ou seja, em muitos países, os nossos amigos consideram que a prioridade da solidariedade é a defesa do direito dos cubanos à sua autodeterminação. Este movimento tem características novas, pois o espectro ideológico do apoio a Cuba alargou-se muito.

Apesar disso, Cuba não conseguiu o apoio necessário para ser readmitida na Organização dos Estados Americanos (OEA)...

É verdade, Cuba não foi convidada a pertencer à OEA. Mas deram-se passos importantes para a integração de Cuba na América Latina: neste momento, por exemplo, creio que temos relações diplomáticas com todos os países latino-americanos, com excepção da República de Santo Domingo. E mesmo em relação a esta, não há relações oficiais mas há relações culturais e estão a começar a desenvolver-se relações de carácter económico. Isto é, não estamos numa situação de isolamento como sucedia há alguns anos atrás.

Viver de graça

De qualquer forma, a situação actual de Cuba deve ser bastante difícil, designadamente do ponto de vista económico...

Sim, é. Do ponto de vista político, Cuba é, neste momento, o país mais independente do mundo. Mas do ponto de vista económico é bem diferente.

O desaparecimento do campo socialista e a desintegração da União Soviética reflectiu-se e reflecte-se de forma muito negativa na nossa situação económica. Estamos há quase três anos nestas circunstâncias - e dizia-se que Cuba não podia sobreviver.

O que significa que desde 1989 que estamos a *viver de graça*, como dizemos na brincadeira, pois nesse ano devíamos ter desaparecido segundo todas as previsões. Ora estamos em 1992, isso não aconteceu, e penso que o tempo corre a nosso favor. Apesar da situação ser difícil, estamos convencidos de que temos alternativas próprias para seguir em frente.

Concretamente, o que feito para torrear as consequências do desaparecimento da URSS e o bloqueio económico dos EUA?

Podemos dizer que o mundo nos caiu em cima duas vezes. Nos anos 60, quando triunfou a Revolução, a nossa economia estava totalmente dependente dos EUA, desde a tecnologia à alimentação. Com as leis revolucionárias que afectaram os interesses norte-americanos em Cuba, tudo foi suspenso de um dia para o outro. Ou seja, Cuba ficou *no ar*. Além disso, os EUA conseguiram, com as suas pressões, que a OEA expulsasse Cuba. Apenas o México manteve relações connosco. O que significa que até o nosso comércio com a América Latina ficou interrompido. Começou então um período muito difícil para Cuba; foram anos muito duros para encontrar outras perspectivas de desenvolvimento. Pouco a pouco fomos encontrando alternativas, no campo socialista e em particular na URSS, que sem dúvida nos prestou um grande apoio. Ao longo destes anos, mais de vinte, é claro que Cuba não deixou de aproveitar as possibilidades de que dispôs. Hoje temos uma estrutura industrial importante, um capital científico de primeira ordem, fábricas, maior eficiência no cultivo e nas exportações tradicionais (como a cana-de-açúcar, o tabaco, o rum, etc.), e muitos produtos novos com que antes não contávamos.

Com o desaparecimento deste mundo temos que voltar a adaptar-nos a uma nova realidade no domínio económico.

Nova realidade

Diz-se que Cuba não muda. Não é verdade. Cuba não muda no respeitante aos seus princípios ideológicos, aos seus propósitos de independência e à sua determinação em construir o socialismo. Mas os mecanismos económicos, a economia cubana, mudaram, estão a mudar e têm de continuar a mudar.

Como?

Actualmente, Cuba tem uma política económica muito flexível, aberta ao investimento estrangeiro, à criação de empresas mistas, à cooperação na produção, nas áreas em que tal é vantajoso para nós. Não nos ocorre fazê-lo com a cana-

de-açúcar, por exemplo, já que nesse domínio temos a tecnologia, a experiência, a tradição, o mercado, pelo que neste domínio não precisamos de ajuda. No turismo sim, pois temos as condições naturais, mas não possuímos nem a tecnologia nem o capital para desenvolver o turismo, nem o mercado.

E isso é a parte que cabe aos sócios que fazem convénios com Cuba.

Acontece o mesmo com o petróleo. Toda a gente está convencida de que em Cuba há petróleo...

E há?

Tudo indica que sim. Cuba tem já um contrato com uma empresa francesa para a prospecção de petróleo.

Há também muitas fábricas em Cuba, algumas com tecnologia da Europa de Leste e outras com tecnologia ocidental (japonesa, italiana, finlandesa...), que se debatem agora com falta de matérias-primas; por essa razão estamos a produzir em cooperação com empresas estrangeiras, cujo papel é fornecer a matéria-prima e colocar os produtos no mercado.

Face a esta situação podemos dizer que não é verdade que Cuba esteja *surda* à necessidade de uma nova adequação a esta realidade. O que acontece é que as forças que nos são hostis não desejam uma Cuba com reformas, mas uma *outra* Cuba, que renuncie ao socialismo, que abdique das suas conquistas e alinhe com a política norte-americana. Isso é que não mudou.

Mudou tudo no mundo menos a política dos EUA face a Cuba. No meio da distensão, do suposto fim da guerra fria, a guerra contra Cuba é cada vez mais quente.

Há quatro anos, os EUA colocavam três condições para normalizar as suas relações com Cuba: a primeira, era a retirada das tropas cubanas de África; a segunda, o fim do apoio cubano aos movimentos revolucionários latino-americanos; e a terceira, o rompimento dos seus vínculos com a URSS.

A História encarregou-se de fazer desaparecer este cenário.

Superpotência com pés de barro

Qual é agora o pretexto para o isolamento de Cuba?

Agora são os direitos humanos, pretensamente desrespeitados no nosso país.

Creio que vivemos numa época de temor face à potência militar e política dos EUA, que se mantêm como a única superpotência mundial. A guerra do Golfo foi um mostruário dos seus instrumentos bélicos; e a demonstração não foi para o Iraque, mas sim para todo o mundo. Este poderio, para vergonha de outros países, continua a desempenhar o seu papel.

Sublinho que se trata de um papel militar e político, pois não restam dúvidas de que no domínio económico os EUA estão a debater-se com enormes dificuldades, para as quais não acredito que tenham soluções fáceis. Os EUA têm uma cultura de esbanjamento, gastam muito mais do que aquilo que produzem, e estão acostumados a isso.

No entanto, tem sido esse aparato de esbanjamento

económico que tem alimentado a capacidade de atracção dos EUA. O chamado *american way of life*...

Claro, mas grande parte disso foi desviado para a indústria bélica. Agora chegou a altura de perguntar: para que serve toda essa estratégia da *guerra das estrelas*, do escudo de mísseis interestapacial (em que os russos já se ofereceram para colaborar), se não há inimigo a combater? Cuba não tem mísseis. Se os norte-americanos e os russos estão a trabalhar em conjunto, contra quem são dirigidos os mísseis?

Grande parte da riqueza industrial dos EUA está montada sobre a indústria dos armamentos, a qual deixa de ter sentido num mundo de "paz". Por isso estou convencido de que os EUA vão viver um período muito difícil do ponto de vista económico.

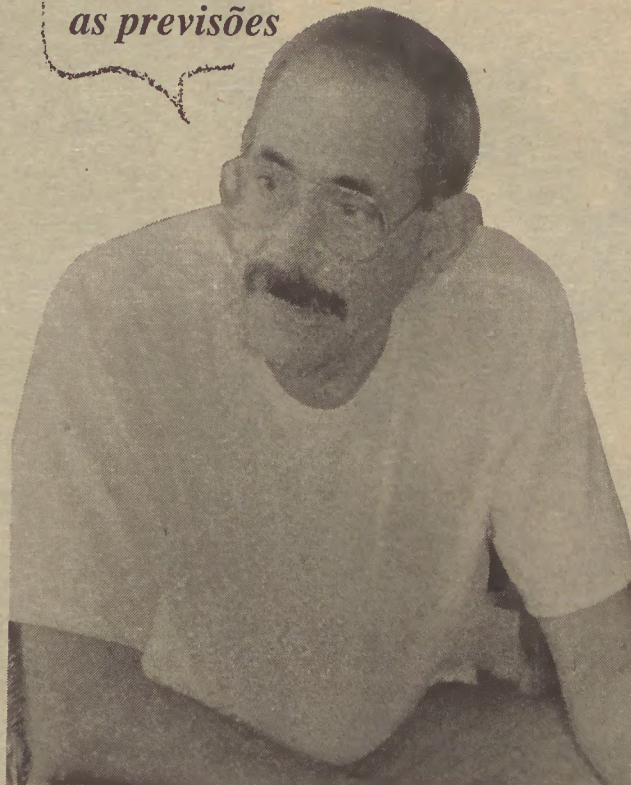
Apesar disso, e dado que em Cuba se estão a viver tempos de recessão, não haverá o perigo da tal atracção do sonho americano ser agora maior do que há vinte anos?

Não creio. Cuba vive uma grave crise...

Há fome em Cuba?

Fome? Não. Em Cuba há carências, poucas possibilidades de escolha, pouca va-

Desde 1989 que estamos a viver de graça, como dizemos na brincadeira, pois nesse ano devíamos ter desaparecido segundo todas as previsões



EM FOCO

riedade, mas conseguiu-se, com grande esforço, garantir por igual a toda a população uma quota alimentar suficiente.

Mas há restrições ao consumo?

Sim, e há sobretudo restrições na oferta; não só na alimentação, como também no vestuário, nos electrodomésticos, nos transportes... Cuba vive, em certa medida, não propriamente numa economia de guerra, mas numa economia de restrição face ao nível em que vivia há quatro ou cinco anos.

Importa no entanto dizer que repartimos com justiça o que temos; não houve liberalização de preços, como fizeram outros países.

Sem cortina de cana

Como reagem as pessoas a esta situação?

Falar em nome de todo o povo é difícil. Falar de unanimidade também é difícil. Creio no entanto que a grande maioria do povo cubano apoia a Revolução, pelas mais variadas razões.

Em primeiro lugar, qual era a alternativa? O que é que nos oferecem em troca? Não nos oferecem a Suíça, nem a Áustria, nem a Holanda ou a Suécia; a nossa alternativa é Porto Rico, Haiti, República Dominicana, Guatemala... Esse é o nosso mundo, que não pode ser transplantado. E esse mundo conhecemos nós muito, muito bem, porque convivemos com ele e fomos como eles. Esta uma realidade que a grande maioria do povo co-nhece. Como sabe que, apesar da situação actual ser difícil, existem possibilidades de a superar. Se renunciarmos a isso é que não teremos quaisquer possibilidades.

E os jovens, os que não viveram esses tempos antes da Revolução, como reagem?

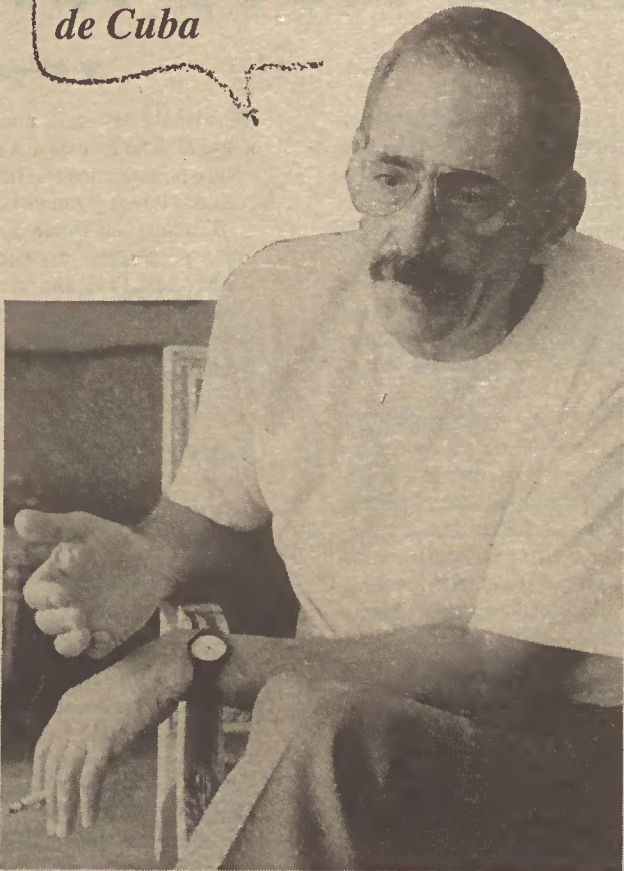
No âmbito da América Latina, o jovem cubano é bastante informado. Nunca praticámos uma política de isolamento do mundo nem nunca pusemos uma cortina de cana à volta de Cuba. No nosso país sabe-se o que se passa no mundo ocidental, conhecem-se os novos modelos de automóveis, da moda... ainda que as pessoas não o tenham ao seu alcance. O rato Mickey, o pato Donald, o Super-Homem não são nenhuma revelação para os cubanos, como aconteceu noutros países.

Quero dizer com isto que, apesar da situação não ser nada agradável para os jovens - como qualquer jovem gostaria de ter as coisas normais que a juventude aprecia -, apesar de sofrerem com o actual estado de coisas, estou convicto de que a maior riqueza de Cuba é a sua juventude.

Não digo que não haja uma camada da população, afectada pelas dificuldades, com dúvidas, com incertezas, com temores quanto ao futuro e quanto às nossas possibilidades.

Mudou tudo no mundo menos a política dos EUA face a Cuba. No meio da distensão, do suposto fim da guerra fria, a guerra contra Cuba é cada vez mais quente

Nunca praticámos uma política de isolamento do mundo nem nunca pusemos uma cortina de cana à volta de Cuba



Nos tempos difíceis isso acontece sempre; há pessoas que se engrandecem, que se agigantam, e há pessoas que duvidam, que temem. Apesar de tudo o que a Revolução fez em trinta anos, também em Cuba há dívidas sociais por cumprir, por ter sido impossível cumpri-las.

Pena de morte polémica complexa

Como é que um país como Cuba, que se preocupa tanto com o bem-estar da população, mantém a pena de morte na sua legislação?

É uma polémica complexa. Respeito as pessoas que estão contra a pena de morte por questões filosóficas, religiosas... É uma posição respeitável e o ideal seria um mundo em que a pena de morte não existisse. Em Cuba não hostilizamos os amigos que, de forma sincera, pensam que não devia existir pena de morte no nosso país. Este é um aspecto. Outro - e esse sim, provocamos a maior indignação - é o

da manipulação da questão da pena de morte em Cuba, com fins políticos.

As revoluções nunca são acontecimentos pacíficos; as revoluções são acontecimentos violentos. Considero que das verdadeiras revoluções ocorridas no mundo, a menos sangrenta foi a revolução cubana. Nunca abusámos da pena de morte. E lembro que em 1961 Cuba foi invadida, por Giron; fizemos mais de dois mil prisioneiros e não fuzilámos nenhum.

No caso presente deste grupo de terroristas que entrou em Cuba, havia que analisar bem a situação, pois estamos conscientes das nossas responsabilidades, quer para com o nosso povo quer para com o mundo. Isto é, uma tomada de decisão agora, em Cuba, está na mira da imprensa mundial.

Os terroristas que entraram em Cuba foram presos quase de imediato; foram-lhes apreendidas pistolas, metralhadoras, mais de quarenta bombas explosivas, bombas incendiárias... Entrevistados na televisão, declararam com a maior naturalidade que a sua missão em Cuba era semear o pânico. Questionados sobre o significado disso, esclareceram que se tratava de pôr bombas em lugares públicos (hotéis, praias, teatros...), de tal forma que Cuba não parecesse um lugar seguro e todos os nossos esforços para captar investimentos, por exemplo no turismo, fossem por água abaixo.

Interrogados se tinham consciência da possibilidade de matar jovens, crianças, velhos, cubanos, estrangeiros, responderam que sim, essa era a sua missão. Isso e o fazer crer tratar-se de grupos internos, cubanos, para dar a impressão de um país violento.

Perante estes factos, há que meditar profundamente. Cuba sofreu muito; o povo cubano pagou um preço muito elevado por actos de terrorismo como este. Não há muito tempo que nos assassinaram pescadores, próximo de Miami; alvejaram as nossas costas, matando gente inocente; bombardearam-nos fábricas, também a partir do mar; foram muitos os mortos que Cuba teve para contar.

Neste caso recente, a população queria que os três terroristas fossem condenados à morte. Não foi isso que aconteceu: foi poupada a vida a dois deles. Ao terceiro não se perdoou porque havia apenas seis meses que saíra de Cuba e conhecia perfeitamente a realidade do país; porque com esta acção terrorista pretendia acumular méritos para num futuro, caso Cuba caísse, ter uma folha de serviços; e também porque era um homem plenamente consciente da barbaridade que ia cometer.

É lamentável fuzilar alguém. Mas pensamos que talvez esta morte possa evitar outras mortes. Porque, com a propaganda que os EUA fazem em Miami, se estas três pessoas fossem apenas condenadas à prisão, outras poderiam seguir-lhes o exemplo. De certa forma, este lamentável castigo que fomos forçados a tomar é para nós uma maneira de evitar que ocorram factos terríveis, não só para Cuba mas também para os visitantes de Cuba.

Tratou-se de um decisão difícil mas, do nosso ponto de vista, justa.

Hipocrisia e direitos humanos

O que quer dizer quando fala de manipulação?

Quero dizer que muitos dos que falaram deste caso não falam de que nos EUA se executaram, entre 1980 e 1992, 157 pessoas; enforcadas, electrocutadas, com gás. Não falam de que nos EUA se condenam à morte menores de idade, mulheres, atrasados mentais. Disso não se fala.

Como não se diz que em muitos países da América Latina, onde se vive uma situação económica terrível, as manifestações de protesto contra a subida dos preços dos

bens de primeira necessidade são reprimidas à bala, matando cem, duzentas, trezentas pessoas... Parece que isso faz parte da democracia. Aí não se questionam os direitos humanos!

Há países da América Latina onde morrem duas crianças por dia, na rua, assassinadas por grupos de extermínio. E não se questiona nem a democracia nem os direitos humanos nesses países.

Mas quando em Cuba se fuzila, de acordo com as nossas leis, um dos terroristas que vinha semear a morte, a destruição, caramba!, parece que é o mais grave que ocorreu no mundo em matéria de direitos humanos. Não posso deixar de sublinhar que há em tudo isto uma grande hipocrisia política, uma grande manipulação.

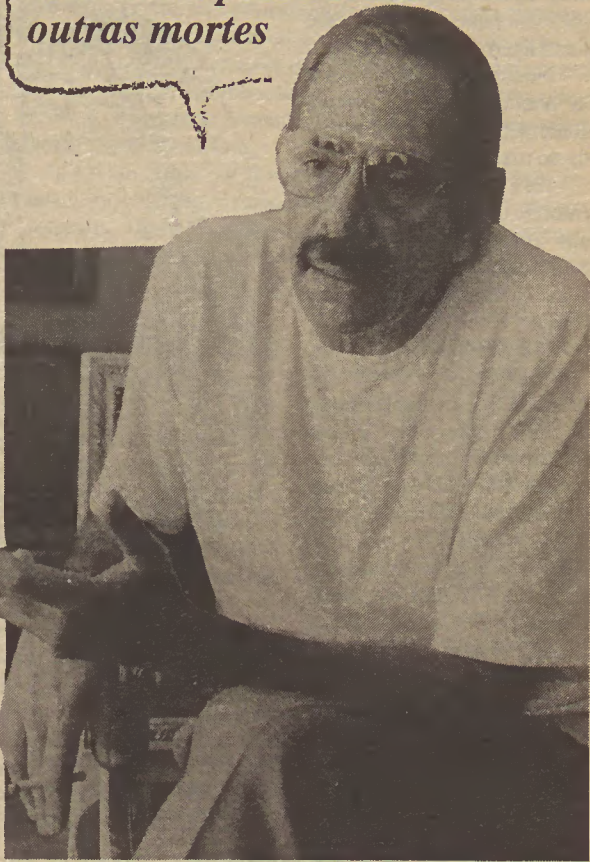
Pátria, Independência e Socialismo

A questão dos direitos humanos em Cuba aparece associada, na imprensa ocidental, à falta de liberdade política. Há presos políticos em Cuba?

Não creio que haja em Cuba uma só pessoa presa por pensar de forma diferente da do governo...

Mas a oposição exprime-se pela acção. Certo. Vejamos por exemplo o caso mais falado ultima-

É lamentável fuzilar alguém. Mas pensamos que talvez esta morte possa evitar outras mortes



mente, o da escritora Maria Helena Cruz Varela. Há muitos anos que ela não está de acordo com o socialismo em Cuba. Afirmou-o muitas vezes, primeiro em reuniões, em assembleias, em debates, inclusive nalgumas em que estive presente; e não lhe aconteceu nada. Depois, formou um pequeno grupo de oito ou nove pessoas e lançou uma carta que circulou pelas agências estrangeiras, por algumas instituições cubanas; era uma carta que expressava o seu desacordo com a política governamental e sugeria uma série de medidas; tão-pouco lhe aconteceu nada. Mais tarde, juntou-se a outros grupos e formou uma plataforma comum. Não foi nenhum segredo; e a Maria Helena Cruz Varela continuou a não acontecer nada.

O problema começou quando se violaram as leis de Cuba. Maria Helena e o seu grupo lançaram uma proclamação em que se apela ao derrube do governo por qualquer meio, inclusive pela violência e por actos de sabotagem. Quer dizer, há de certa forma uma relação estreita entre o que pretendiam fazer os terroristas de que falámos e o que ela propunha. Esta proclamação foi divulgada pela imprensa e enviada directamente pelo correio a pessoas consideradas simpatizantes das suas ideias. Isso está proibido pelas leis de Cuba, como pelas leis de Espanha e pelas próprias leis de Portugal, segundo creio. Ou seja, com Maria Helena cumpriu-se apenas a lei: durante muitos anos defendeu publicamente as suas ideias e nunca lhe aconteceu nada. Mas uma incitação à violência, contra a segurança do Estado, enquanto houver Estado, nenhum Estado o pode admitir.

A vida política cubana sempre se polarizou apenas de duas formas: os que estavam pela independência e os que aceitavam ser uma colónia dos EUA. Ou seja, não se desenvolveram outros programas alternativos a esta contradição fundamental. Depois do triunfo da Revolução o dilema continuou a ser o mesmo.

A situação não se alterou. A realidade não o permitiu. Se as circunstâncias mudassem, se os EUA fossem o que não são, se Cuba se desenvolvesse pelos seus próprios meios, então era possível que surgissem alternativas autênticas dentro do país, nacionalistas.

Estamos apenas a 90 milhas destes EUA. Por isso é que dizemos que para nós **Pátria, Independência e Socialismo** é a mesma coisa.

Notas de uma visita a Nova Iorque e Washington ou Meditação sobre Nova Iorque

■ Miguel Urbano Rodrigues

Não é habitual alguém ir pela primeira vez aos EUA depois de conhecer parte do mundo. Vivi essa experiência em Fevereiro.

A condição de membro da Comissão Política da Assembleia da União da Europa Ocidental e da Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste proporcionou-me a oportunidade de permanecer alguns dias num país cujo governo, por diferentes motivos, me havia, antes do 25 de Abril, recusado o visto.

Foram nove dias de choque, descobrimento e reflexão.

Quando se tem alguma familiaridade com a história política e social de um país, o ajustamento da realidade imaginada ao concreto, ou seja ao espectáculo da vida, é talvez mais difícil do que em situações nas quais pouco se sabe sobre a terra onde chegamos.

No caso dos EUA a surpresa acompanhou-me permanentemente. Quase tudo diferia do imaginado.

Para melhor e para pior, embora o inesperado me tenha aparecido muitas vezes como parte do acessório aparente e não da essência das coisas.

Nova Iorque fascina e dói. O primeiro choque foi talvez a ausência da esperada sensação de distanciamento. A grande metrópole não assusta o forasteiro. Manhattan é tão geométrica que ninguém ali se perde. Algumas horas após a chegada tinha a sensação absurda de conhecer há muito as grandes avenidas, o Central Park, a Broadway, o West Side. Nova Iorque gera sentimentos contraditórios de intimidade e rejeição.

Caminhei pelas suas ruas e praças quando pude, de manhã, à tarde e à noite, num fim-de-semana tenso, ao longo do qual cada hora, quase cada minuto, impregnava a memória de marcas profundas.

«Esta cidade, afinal, é a capital do Terceiro Mundo» — ouvi de um jornalista do «The New York Times», que me iniciou na tentativa de compreender um pouco do que descobria e sentia em Nova Iorque.

A definição fez-me pensar na Roma dos Césares, o centro do Império que era também mostruário dos povos por ele oprimidos.

Na última década, a população de origem europeia passou a ser minoritária. Hoje os negros, os latino-americanos e os asiáticos são mais numerosos do que os brancos. No final do século, o espanhol será, segundo as previsões, a primeira língua na gigantesca cidade.

O cosmopolitismo nova-iorquino não se assemelha ao de Paris. A imagem terceiro mundista de Nova Iorque impressiona pela contradição das parcelas. Os negros, ricos e pobres, são (a grande maioria) americanos de raiz. Aquela é a terra deles e de gerações de antepassados. Os outros, principalmente os orientais e latinos americanos, emergem como enxerto, mesmo quando cidadãos. Pertencem à cidade, ali vivem, ali provavelmente, vão morrer. Mas os sociólogos e historiadores dos EUA são os primeiros a assinalar que somente uma pequena parcela dessas comunidades se sente norte-americana.

O denominador comum do Terceiro Mundo nova-iorquino é, em termos estatísticos, a consciência de que uma alta barreira cultural separa os que nele se movimentam do universo dos *wasp* (brancos, anglo-saxões, protestantes), a elite que simboliza a América mítica dos fundadores da nação e também a época de ouro do capitalismo.

Naturalmente, as fronteiras naquela sociedade são móveis. Nada é estático entre o mundo senhorial, pequeno e fechado, que acredita na sua vocação para governar a humanidade, e o vasto mundo da base da pirâmide, maioritariamente negro, oriental e latino-americano. Neste falta homogeneidade em cada segmento, mas o conjunto quase força o visitante vindo da Europa a pensar numa sociedade de párias, independentemente do razoável padrão de vida de muitos.

O fascínio de Nova Iorque

A dois quarteirões do Rockefeller Center (hoje japonês), nas transversais da Quinta Avenida, vi pela manhã, quando o

sol subia pela densa floresta de arranha-céus, os primeiros *home less* (os sem casa, milhares de marginais de novo tipo que constituem hoje um grupo social em crescimento na paisagem urbana das grandes cidades) a desfazerem as camas de papelão, mantas e jornais em que haviam dormido aqui e ali, sob abrigos precários.

Lembrei-me de São Paulo, de Bogotá, de Lima. Voltei a vê-los, muitos, dormitando no luxuoso átrio do World Trade Center, o mais alto edifício do planeta. Era domingo, colunas de turistas passavam ao lado sem os ver, e os guardas não os molestavam.

Ao entrar pela primeira vez no Metro — serviço público, mantido pela Municipalidade — lembrei-me das descrições que dele fez Henry Alleg⁽¹⁾. É talvez o mais imundo e degradado metropolitano do mundo. Algumas linhas foram reformadas, mas a maioria transporta-nos para o começo do século. As pesadas estruturas metálicas, os rebites toscos, os troncos de madeira no acesso aos cais — tudo aquilo faz pensar num museu de arqueologia industrial. A modernidade, muito peculiar, está nas pessoas, nas pichagens das paredes, nos pavões que enfeitam as carruagens, nos mendigos que esmolam pelos corredores.

Subir ao último andar — o 107º — do World Trade Center e contemplar Nova Iorque das quatro fachadas envidraçadas daquele templo do capitalismo avançado foi para mim uma introdução à descida às ruas e também um tempo de vaivém pela história da cidade e da América Colonial.

Nova Iorque, repito, é bela. Vista de cima é belíssima. Tudo, das alturas do World Trade Center, parece pequeno, até o Empire State Building, antigo e hoje desqualificado *ex-libris* da cidade. Dali se domina intimamente parte da velha Manhattan e, com menor familiaridade, o mapa do conjunto da mais falada área urbana da Terra. Consoante o ponto cardeal, vemos o verde opaco das águas do Hudson, a Estátua da Liberdade, Brooklyn, New Jersey, Long Island, o East River, as grandes pontes, a ilha onde os imigrantes cumpriam a Quarentena, o Atlântico...

A cidade holandesa antes de ser inglesa. Faço um esforço para imaginar o que seria ali a vida e a transição quando há três séculos e meio, o futuro da Europa mercantilista se decidia no Caribe e em Pernambuco em guerras cujo desfecho ficou a assinalar o fim do «grande desígio holandês», a decadência do império espanhol, a ascensão da Inglaterra a grande potência mundial, o «milagre» da restauração portuguesa, o início da aventura americana da França.

A Wall Street

Em baixo do mais desafiador edifício do planeta (são dois, porque existe, ao lado, o gémeo) aparece como coisa minúscula, a primeira igreja construída pelos ingleses em Nova Iorque: a Trinity Church, a que os emigrantes portugueses chamam a Santíssima Trindade.

Desço para a ver por dentro. É um *pastiche*. Do templo de 1698 não resta uma pedra. O actual é uma enorme igreja neogótica, erguida em 1846. Definida como «glória da nossa cidade» por um *mayor* de Nova Iorque, é um exemplar típico daquilo a que os americanos chamam o «Gothic Revival».

Naquela manhã, à hora do serviço religioso anglicano, estava cheia de fiéis. Eram raros os negros na ampla nave. Um pastor, no púlpito, fazia o sermão dominical numa atmosfera de silêncio, escutado por um público aparentemente devoto.

A Trinity Church está implantada precisamente em frente da boca da Wall Street. Fora, no adro, havia muita gente. A cidade começava a sair à rua.

Registei que no primeiro edifício da Wall Street se instalou o Banco Português do Atlântico. Mas a mais célebre artéria do mundo do dinheiro não se ajusta ao que se espera encontrar. É apenas uma rua escura, estreita, feia, curta. O peso está no símbolo.

A Bolsa de Nova Iorque, lugar mitológico do capitalismo, o Stock Exchange, chama a atenção pelo contraste entre a fachada moderna e as colunas greco-romanas da entrada, encimadas pelo tradicional frontão neoclássico.

Os grandes bancos da América tradicional estão representados ao longo daqueles metros de rua. Mas a magia dos nomes acabou. Alguns faliram; outros atravessam momentos

difíceis. Há dez anos, eram ainda baluartes da alta finança mundial; hoje na lista dos maiores bancos do planeta, o Citicorp, o primeiro dos americanos, ocupa um discreto 12º lugar, atrás dos novos gigantes japoneses e alemães.

Detenho-me frente ao Federal Hall, onde Washington tomou posse como primeiro presidente dos Estados Unidos da América, em 1789, ano de viragem na história da humanidade. Do outro lado do Atlântico, em França, ia amanhecer uma Revolução que mudaria o rumo da vida na Terra. Foi há duzentos anos...

No velho porto

Caminho pela Water Street, a Rua da Água, entro pela South Street Sea Port, um desses lugares raríssimos, onde a beleza e a poesia, omnipresentes, fazem esquecer o que há de feio na selva nova-iorquina. É o velho porto, conjunto harmonioso de mar, armazéns, navios, restaurantes, esplanadas e lojas que conserva a atmosfera da América dos veleiros românticos e dos pioneiros que desembarcavam com armaduras tecidas com os fios da utopia.

Depois afundo-me nas ruelas de China Town, o bairro que todos conhecemos do cinema. É uma fronteira. Sáfmos de alguma maneira dos Estados Unidos, percebemos que aquela gente não faz seu o discurso dos políticos americanos, seja ele democrático ou republicano. China Town é um corpo estranho em Nova Iorque, mas nem por isso deixa de ser uma caricatura do oriente, distante da China real. Os moradores, chineses da grande diáspora, nunca serão plenamente americanos, mas não se comportam e pensam como os seus antepassados...

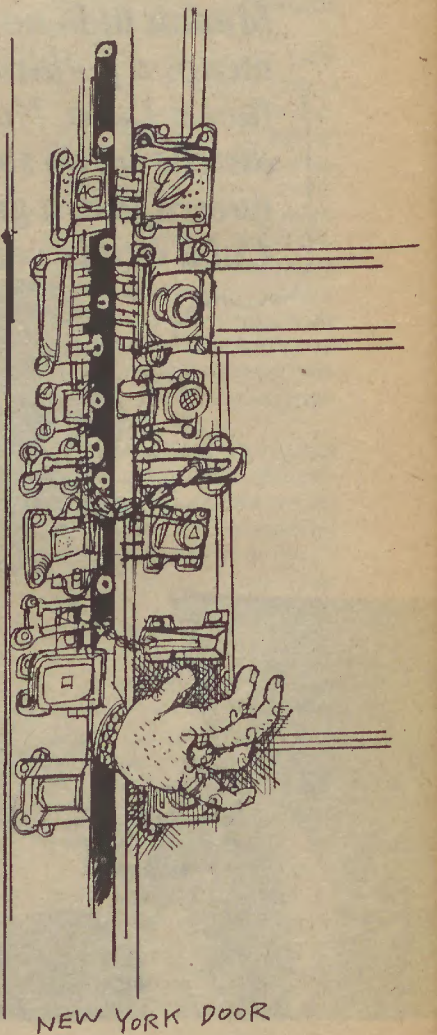
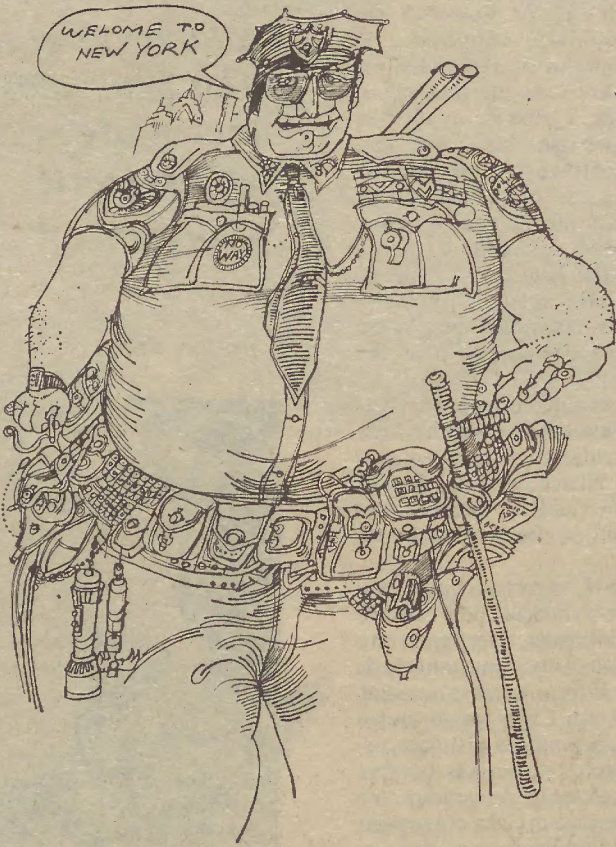
Longe, na Park Avenue e na Central Park West, a América mítica, incapaz de se despedir do sonho, acorda com lentidão naquela manhã quente e ensolarada de domingo. Imaginado do interior das mansões sumptuárias, o mundo apresenta-se como lugar de encantamento. Os edifícios dos grandes hotéis de luxo inserem-se nas artérias senhoriais como coisa trivial. Não se vê um papel, um plástico nos passeios. Ali o asseio é parte do quotidiano. Há ordem nas ruas, polícias atentos, segurança para os moradores.

Umhas centenas de metros adiante, o panorama muda. Montanhas de sacos de plástico nos contentores e fora deles. O lixo somente é recolhido duas ou três vezes por semana, conforme a área. A municipalidade de Nova Iorque está falida há muito; não dispõe de verba nem para melhorar os serviços de limpeza. Hoje são piores do que no início do século, com tendência para piorarem.

Uma *intelligentsia* brilhante e humanista

Uma breve incursão pelo West Side, à noite, permite-me senão entrever pelo menos imaginar outra Nova Iorque: a cidade que se julga imunizada contra as pessoas do *establishment* e procura viver a sua vida como se estivesse noutra galáxia. Nas avenidas que percorri, nos cafés onde entrei, à porta dos teatros e das galerias de arte vê-se uma gente diferente. Greenwich Village está, dizem-me, em decadência. Mas o seu espírito, modificado, disseminou-se pela cidade. Pelo West Side, por Chelsea, pelo Soho. O sector da *intelligentsia*, desinteressado (na aparência) do *status* social, e camadas, diversificadas, em processo de ruptura com a tradição, empenhadas em conferir algum sentido à existência fora da rotina do quotidiano estão a mudar a fisionomia e o ritmo de vida nesses bairros nova-iorquinos.

A intelectualidade de Nova Iorque é brilhante, muito bem educada e tem o sentido do universal. Mas para um comunista europeu o diálogo com aquela *intelligentsia* é sempre difícil quando se trans-



põe a ponte que liga (ou separa) temas como o teatro, a pintura, a música e a literatura ao mundo da política concreta na perspectiva do desenvolvimento da história e da marcha das ideias. A abertura humanista não basta para derrubar muralhas de incompreensão.

Fiz a experiência em dois encontros muito diferentes, com uma universitária *brasilianista* e com uma jovem jornalista que regressava do Chile entusiasmada com aquele país. As afinidades findaram quando se falou de Cuba. A mais moça fitou-me com espanto, quase assustada, quando lhe disse que para tornar o diálogo minimamente útil teríamos de principiar a discutir o conceito de democracia a partir de Aristóteles e acrescentei que na minha multividência, Cuba se apresenta no final do século XX como a fortaleza americana da democracia, uma terra onde os homens se batem com coerência e coragem pelo direito de serem livres...

Washington

Washington surgiu-me, sob muitos aspectos, como antítese de Nova Iorque. Logo me dei conta, porém, de que a capital dos EUA desaconselha também juízos globais. A cidade da Administração, branca e aristocrática, com os seus edifícios monumentais de estilo neoclássico, emoldurados por enormes praças e belíssimos espaços ajardinados, é, ela própria, um corpo estranho, quase uma inflorescência, na área urbana que a cerca. No Distrito Federal vivem apenas 600 000 pessoas enquanto nos núcleos satélites que a rodeiam residem mais de dois milhões. Com a peculiaridade de os negros constituírem três quartos dos moradores do DF.

No plenário do Senado assisti a um debate sobre Educação. Pouco ouvi do que foi dito. Estava mais interessado pelo edifício. Tudo na Câmara Alta lembra a América antiga. Mas quando formulei algumas perguntas sobre a história do Capitólio, as respostas tardaram, reflectindo mal-estar. O tema fere o orgulho norte-americano. Durante a guerra contra o Reino Unido, em 1812-14, três décadas após a Independência, os ingleses desembarcaram em Washington e queimaram a Casa Branca e o Capitólio. A cidade foi praticamente arrasada e os edifícios que simbolizavam o poder da jovem república tiveram de ser reconstruídos. Os historiadores americanos mais respeitados reconhecem que essa foi a única guerra, até à do Vietnam, que os EUA perderam.

A destruição de Washington deixou uma memória sombria no imaginário do povo americano. Durante muitas décadas, quase até final do século XIX, a Inglaterra foi olhada pelos EUA como o inimigo principal, tantas foram as humilhações que o império britânico infligiu à República norte-americana.

Os contrastes da capital

Em Georgetown, a atmosfera convida à meditação sobre a história. O bairro núcleo da antiga cidade colonial tornou-se o centro da vida boémia e da Universidade do mesmo nome. Tudo ali é belo, hígido, elegante, a principiar por alguns edifícios de pedra do século XVIII. Não há em Georgetown *homeless* nem mendigos. Armazéns oitocentistas foram transformados em sofisticados centros comerciais onde estabelecimentos de grande luxo atraem uma clientela cosmopolita e muitos jovens.

Ao lado da Embaixada de Portugal descubro outra face da América tranquila, de gente sem má consciência. O bairro tem uma atmosfera georgiana, com reminiscências sulistas. As fachadas austeras das imponentes mansões de tijolo escuro ou de pedra irradiam uma imagem de paz eterna. Falsa. A dois ou três quarteirões a insegurança é total durante a noite. Não se pode sair sem risco de vida.

Washington DF apresenta hoje o maior índice de criminalidade do país. No ano passado o número de assassinatos excedeu 800; a percentagem de assaltos e crimes de sangue é muito superior à do Rio ou à de Bogotá, tidas como mostruários típicos da violência.

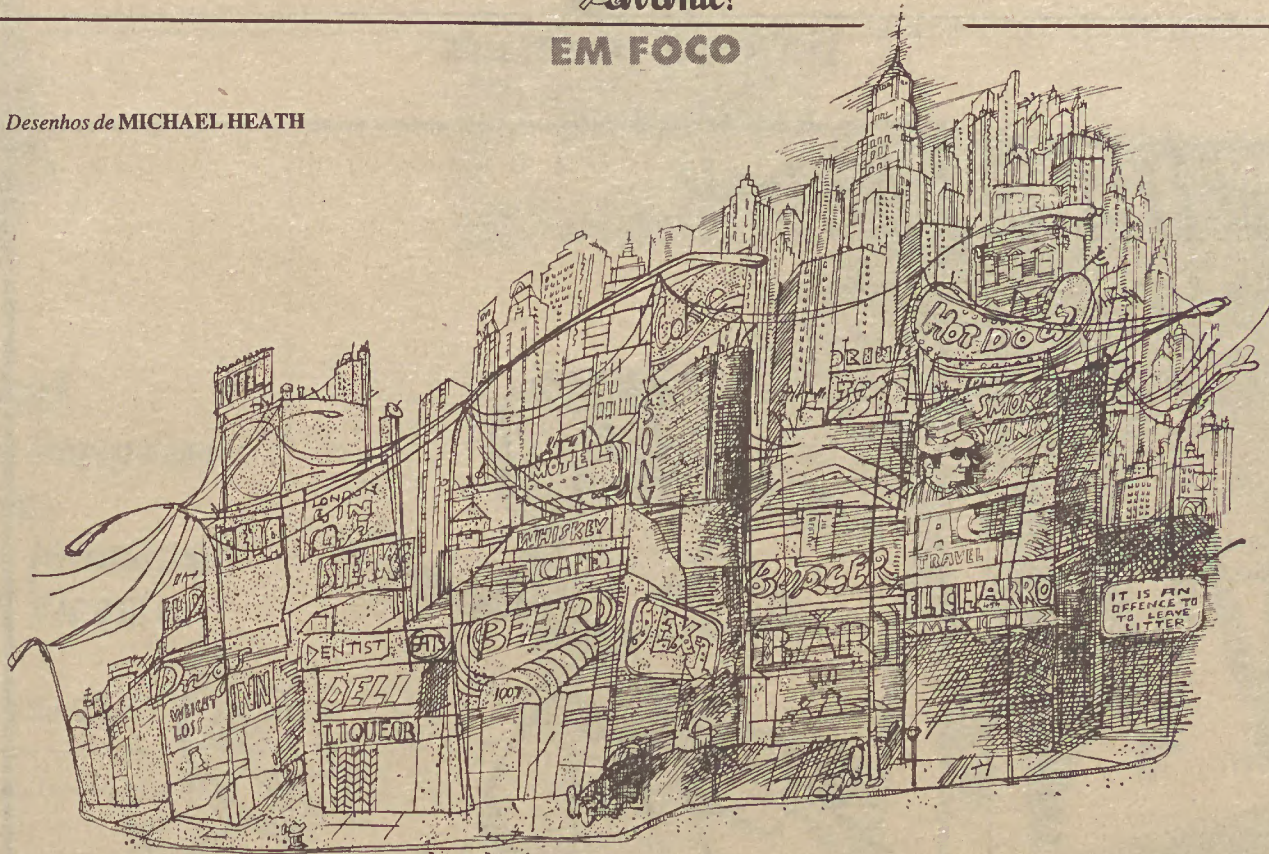
O metro, contudo, é belo e pulcro, adequado à imagem puritana que a capital cultivou por muito tempo.

Os museus abrem ao visitante a porta para um universo intemporal. Passei apenas duas horas na National Gallery, mas foi o suficiente para me ficar da visita lembrança inapagável. A pinacoteca dos grandes clássicos é comparável à do Prado, do Louvre ou do Hermitage. As salas dos impressionistas franceses são encantatórias. A organização museológica cativa pela perfeição.

A National Gallery espelha a confiança de gerações que tinham uma fé ilimitada no futuro do país. Na sua época douada os EUA compraram pelo mundo fora o que de melhor encontraram à venda, carregando para casa uma parcela importante de obras de arte geniais.

Hoje, uma sociedade insegura e angustiada, com medo do

Desenhos de MICHAEL HEATH



futuro, o passado de confiança choca-se com o presente numa contiguidade dolorosa.

O presidente Bush insiste em agitar ainda os mitos do Destino Manifesto. Mas são cada vez menos os que levam a sério o seu discurso grandiloquente. O futuro próximo assusta a maioria da nação.

O pessimismo de «Time»

Quase simultaneamente duas influentes revistas — ambas baluartes do *establishment* no mundo da comunicação social, a «Time» e a «US News & World Report» (?) —, publicaram

O estilo da Delta

A Delta Air Lines, ao adquirir o património da Pan American Airways, substituiu esta (falida) nos seus voos para a Europa. Inexperiente, introduziu no relacionamento com os passageiros algumas inovações. Para mim foi uma experiência inédita.

Um balcão avançado deteve-me o passo quando me aproximava do *check inn*. Um funcionário quis submeter-me a interrogatório. Informou que teria de responder a algumas perguntas de rotina, para efeitos de segurança.

Leu atentamente vistos e carimbos no passaporte, fitou-me e inquiriu: «O que é que o senhor foi fazer ao Sultanato de Oman?»

Expliquei ao rapaz que a curiosidade da Delta era inconveniente pelo que a pergunta não teria resposta. Insistiu. Polidamente, sugeri que chamasse o seu chefe. Apareceu então uma senhora que se apresentou. Também portuguesa. Disse que me havia identifi-

cado pelo rosto, e que tentasse compreender: as perguntas eram mesmo de rotina. O moço funcionário animou-se e retomou a conversa: «Terá igualmente de dizer se nos últimos dias, desde a sua chegada da Ásia, manteve contactos com algum cidadão do Sultanato de Oman...»

A chefe foi chamada novamente. Qualifiquei então o interrogatório de insolente, policesco e ofensivo da soberania portuguesa.

A senhora sorriu, fez uma alusão à minha condição de parlamentar e deixou-me passar, enquanto o moço funcionário bradava que a maioria dos passageiros tinha em grande apreço «o questionário de segurança» da Delta.

Alguém, perto, disse que a Pan American e a TWA não procediam a interrogatórios preliminares. Logo a senhora desabafou: «Mas a Delta é o rosto da América.» Não acreditei.

artigos de capa com visões catastrofistas da sociedade norte-americana e perspectivas sombrias no tocante ao desenvolvimento da história. «The fraying of America» é o título da «Time» numa antevisão de rupturas ciclópicas. O país aparece desgastado. O texto, demolidor, quase fecha as portas à esperança. Derruba os mitos que foram a arma moral de dez gerações, apresenta os políticos como uma «classe» sem talento, saber nem dignidade, reduz a grande estratégia da política exterior a exercícios perversos de burocratas incapazes de entender a história profunda dos povos, denuncia o racismo real, faz a análise cruel da recessão económica e nega inclusive a existência de uma nação concreta resultante do *melting pot* como criação do génio americano. Para a «Time», os EUA começam a descobrir que longe de serem uma nação continuam a ser uma justaposição de povos, comunidades e culturas que não se fundiram. Cada qual permaneceria no fundamental voltada para dentro, aberta no acessório, fechada em si mesma quanto ao essencial.

Hughes e Mailer

Robert Hughes, que assina o texto da «Time», sugere que a própria sobrevivência dos EUA exige a preservação do sentido do colectivo e do respeito mútuo. Se isso não acontecer será inevitável o desgaste da frágil consciência nacional que caracteriza um país de imigrantes. Na sua opinião, o estilhaçamento da sociedade a que se assiste «deve-se em parte à supremacia de demagogos que proclamam existir uma só via para a virtude norte-americana: paleoconservadores como Jess Helms e Pat Robertson que pensam haver uma só ética para os EUA; neoconservadores que protestam contra um espantinho chamado multiculturalismo — como se esta cultura tivesse sido alguma vez outra coisa que não *multi* — e promotores de

uma revisão política que desejam ver a injustiça guindada automaticamente a norma de santidade».

Não menos pessimista é o diagnóstico que o escritor Norman Mailer — ídolo da geração contestadora dos anos 60 —, numa entrevista ao semanário alemão «Der Spiegel». Diz não imaginar como possa a nação manter-se unida se a actual recessão desembocar numa depressão prolongada. «A inimizade inegável entre a gente branca e negra acentuar-se-ia — prevê-se — e teríamos levantamentos nos ghettos. Posso imaginar uma situação em que instalem campos de concentração e os direitos dos cidadãos sejam restringidos».

Mailer, que se autodefine como um «esquerdista conservador», acha que o modelo de capitalismo existente nos EUA precisa de se enterrar. A desagregação da URSS aparece-lhe como um desastre para os EUA que «perderam um velho e querido amigo», pois o choque com a União Soviética foi um factor decisivo para «manter unido de certa maneira o país. Agora... encontramos-nos reduzidos aos nossos próprios recursos e os conflitos terão de ser mais críticos. Agora, será preciso resolver os problemas que tem este capitalismo, que se encontra tão longe de Adam Smith como o comunismo soviético estava de Karl Marx.»

Não é por acaso que o espectáculo de George Bush, desmaiado, no chão de um salão de banquetes de Tóquio, se transformou no símbolo da nova desordem mundial posterior à Guerra do Golfo e também no símbolo da angústia da nação norte-americana.

A decadência do sistema de educação e o desmoronamento da Previdência seriam sintomas expostos da gravidade da crise que atinge a sociedade norte-americana — uma crise cuja existência todos reconhecem, não obstante serem diferentes e contraditórias as perspectivas do seu desenvolvimento previsível.

Surpreendi alguns americanos ao expressar reservas sobre a visão catastrófica da «Time». Os povos não devem ser confundidos com os sistemas políticos e económicos. A minha aversão pelo imperialismo norte-americano e a convicção de que o sistema de poder e o conceito de vida em que ele assenta estão a encaminhar a humanidade para um desastre de proporções

quase inimagináveis não são incompatíveis com uma grande admiração pelas capacidades do povo dos Estados Unidos encarado na sua totalidade contraditória. O humanismo americano, apesar de tudo, resiste, não foi destruído pela marcha trituradora da desumanização capitalista. Sobrevive. E com ele a esperança de que o Novo Mundo possa renovar-se para bem da Humanidade.

*
* *

Dois dias no Canadá, antes do regresso a Lisboa, foram para mim um tempo de reflexão útil para assimilar os efeitos do choque americano.

O grande país do Norte (que eu já conhecia) é uma terra de transição entre os EUA e a Europa.

Caminhando pelas ruas de Ottawa sob um nevão intenso sentia-me temporalmente muito longe de Nova Iorque e Washington. As raízes da Inglaterra vitoriana e a força tenaz da tradição francesa apareciam-me fundidas em estranha simbiose nos edifícios neogóticos do Parlamento canadiano implantados como *forum* exótico no centro da Ottawa moderna.

A neve caía, densa, fria, suave, sobre aquela cidade com dois séculos de história. As agulhas negras e os torreões verdes da Câmara dos Comuns, contemplados através da cortina de neve, distanciavam-me mais dos Estados Unidos. Tão perto e tão longe a fascinante, bela e trágica Nova Iorque.

(1) — in «SOS América», Editorial Caminho, Lisboa 1988; e «Requiem pour l'Oncle Sam», Ed. Messidor, Paris, 1991.

(2) — in US News, 2.3.92, e «Time», 3.2.92.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A guerra das pontes

Um deles quer a ponte aqui
o outro quer a ponte lá
um diz que a ponte quiri-quiri
outro que a ponte cacaracá...
Ponte acolá
ou ponte aqui?
Diz um: a ponte para ali.
Diz o outro: a ponte cá.
Se um diz que a ponte é *a*
e o outro diz que a ponte é *i*,
pra mim a ponte só é
a pontapé a pontapé...

A multa

Por ser teimoso e indiscreto
foi censurado o Barreto
onde a cavaquice avulta.
E como se não bastasse,
foi cruel o desenlace:
apanha lá esta multa...

Ó tamanha ingratidão!
Ó malferido entalão!
Ó a taxa dos caprichos!
Ó desgraças! Ó vingança!
Ó tripa! Ó gases! Ó pança!
Ó Caixa! Ó caixote! Ó lixo!

Barreto já foi do cimo.
Davam-lhe então todo o mimo.
Em jogo, segredos vários.
Grandes massas... Grandes bossas...
Grandes vícios... Grandes choças
e grandes, grandes agrários...

Logo acabado o serviço
o prémio que teve disso
veio na hora aziaga.
Com artes de percevejo
mata-se o pão no Alentejo
e depois, é esta a paga...

Com a demissão logo insiste.
Barreto não fica triste.
Ri lá alto, com a breca!
Nos seus imensos viveiros
cultiva amigos banqueiros
para jogar à sueca...

Botão é a solução

Há poucos dias transmitiu a Imprensa
uma louca notícia, cara a cara:
o Primeiro-Ministro criticara
muitos ministros. Era sua crença

que ali ninguém tivera boa seara
que ninguém mantivera a corda tensa
que ninguém essa clara força imensa
da mensagem de melga ladroara.

Caros amigos, vejo a coisa parda.
Vão passar mais massagens? Ó da guarda!
O Mira, os armindinhos, o Valente,

o Peneda, o Nogueira? Minha gente!
Irão mais vezes à televisão?
S. O. S., carreguem no botão...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Os lábios do Governo

Todos se lembram daquela tirada do presidente Bush — quanto mais não seja porque a RTP fez o favor de recordar —, que hoje causa embaraços ao chefe da administração americana, de novo candidato à Casa Branca. Há anos, ele prometia que não ia aumentar os impostos. «Read my lips», dizia ele aos americanos, «Leiam nos meus lábios», e fazia a promessa, que logo depois não cumpriu. A dificuldade é agora a de convencer os eleitores, por muito poucos que sejam nos EUA, a não lerem nos lábios dele. O slogan actual deve ser «Façam de conta que eu não minto e votem em mim»... Vem isto a propósito das promessas governamentais do PSD e de Cavaco Silva. Juram a pés juntos várias coisas e depois é o que se vê. A última foi a da demissão do ministro Durão. Ainda há poucas semanas, perante o protesto crescente de todos — estudantes, professores, pais — ele prometia que ia levar para a frente a sua política. Chegaram a perguntar-lhe se iria demitir-se. Em frente às câmaras da TV, ele disse — e nós lemos nos lábios dele — «Nunca!» Pronto. Já se demitiu...

Fusíveis

Claro que o ministro Durão

foi logo substituído por outro que, por sua vez, deu lugar a mais um. Razão tinham os comunistas quando na Assembleia da República falavam de ministros-fusíveis. Alguns eram para queimar. Logo. Muito depressa. Como já é costume nos executivos de Cavaco. A certos ministros é dada a tarefa de cumprir o menos popular das medidas «liberais» do Governo. Nos mais sensíveis domínios. E esses, ficou provado ao longo dos anos, queimavam-se para que Cavaco continuasse a alumiar os caminhos da recuperação monopolista. O certo é que se os ministros se fundissem todos, não ficaria Portugal às escuras. E o futuro era com certeza muito mais brilhante.

Arrumar a casa

Mas Durão, se deu o dito por não dito — ou se o desdisseram sem que ele pudesse fazê-lo — não deixou de ser um ministro bem comportado, enquanto o foi. Estava ali para as curvas, que é como quem diz, para fazer o frete a Cavaco. O chefe queria mais uma PGA. Teve-a. Queria o aumento das propinas. Não deixou de o obter. Quis por fim a demissão do ministro. E recebeu-a. Isto a despeito das especulações «jornalísticas» que davam o ministro como zangado ou obediente.

O júri da terceira PGA — que a JSD alardeou junto dos jovens como sendo a última — está formado. O pagamento das propinas, com o respectivo aumento — que a JCP sublinhou ser inconstitucional —, também está na calha. Não há dúvida que, antes de se fundirem, estes ministros deixam a casa arrumada. E as luzes acesas para quem vier a seguir.

O rei vestido

A célebre frase «o rei vai nu» não se aplica ao pretendente ao «trono português». Neste caso, o rei apresenta-se bastante escondido, entre as vestes de um simples membro da sociedade civil... É que, se ele fosse rei... Mas não é. Se fosse, «declarava guerra à Indonésia», afirmou D. Duarte ao «Semanário». A atitude do pretendente quase faz esquecer os reverses que o PPM sofre, a agonia em que entrou. Parece mesmo que, não sendo rei, é quase. E se os portugueses não querem saber disso para nada, pelo menos os timorenses, no dizer de D. Duarte, reconhecem-no. Segundo o «Semanário», o pretendente não embarcou no «Lusitânia Expresso» porque, se o tivesse feito e os timorenses o soubessem, tinha havido «um motim geral» em Timor...

Frases da Semana

“O conhecimento da situação sustenta a razoável convicção de que, sem excluir casos do dolo ou negligência, o seu carácter generalizado e global aponta para factores organizatórios e funcionais que persistentemente têm impedido a articulação entre os serviços competentes, gerando, de há muito, afastamentos sistemáticos das exigências da legalidade financeira.”

✉ (do «Relatório do Tribunal de Contas» sobre a execução financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros — «Expresso», 16.03.92)

“O INATEL aumentou salários e mandou pagar retroactivos. Depois, disse que tinha havido erro e quer a devolução.”

✉ («O Jornal», 13.03.92)

“A coragem seria, por exemplo, cotejar aquilo que a RTP foi durante os seus primeiros 17 anos com aquilo que a RTP tem sido durante os seus segundos 17 anos. Para 18.”

✉ (Artur Portela, «Canal Caveira» — «O Jornal», 13.03.92)

“Se fosse Rei declarava guerra à Indonésia.”

✉ (D. Duarte de Bragança — «Semanário», 14.03.92)

“A miséria cresce em Moscovo. Acabar com o que resta do socialismo soviético demora tempo e tem custos pesados.”

✉ (títulos — «O Jornal», 13.03.92)

“Cavaco custa-nos os olhos da cara.”

✉ (título — «Sábado», 13.03.92)

“9,75 era mentira. Os aumentos dos professores ficam-se mesmo pelos 8 por cento.”

✉ (título — «O Jornal», 13.03.92)

“Alargamento procura ‘tios abastados’ para ‘parentes pobres’.”

✉ (título — «Expresso», 14.03.92)

“Cavaco troca Durão por Couto dos Santos. Educação mais política que técnica.”

✉ (título — «Correio da Manhã», 17.03.92)

“Fui demitido por Marques Mendes.”

✉ (Diamantino Durão — «Público», 17.03.92)

“Durão saiu empurrado.”

✉ (título — «Diário de Notícias», 17.03.92)

“E como assim estiver, deem o açúcar e ponham-no ao fogo, e deixem-no ferver sem o mexerem nem bulirem com ele. Então, depois que ferver e que se ajuntar toda aquela sujidade, tirem-no do fogo e escumem-no e coem-no, e então ponham-no no ponto para o que quiserem.”

✉ («Sabores de Quinhentos» — Ementa — «Expresso-Revista», 14.03.92)



Álvaro Cunhal entrevistado no Programa «Os putos nos iis» pelos alunos de jornalismo da Esc. Sec. Gil Vicente

Domingo às 12h
na Rádio Energia (FM 92.4)

Quinta, 19

• LISBOA

«A evolução da situação mundial»: debate promovido pela DORL, com a participação do camarada Albano Nunes. Às 21.00 no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião da célula da EPI: no Centro de Trabalho de Alcântara, às 17.15.

Reunião do sector Ind. Farmacêutica: no CT da Av. Duque de Loulé, às 19.30.

Plenário da célula dos CTT: às 19.00 no CT Vitória.

Plenário da célula dos TLP: às 19.00 no CT Vitória.

Reunião da Comissão de Freguesia de Benfica. Às 21.00.

Plenário do sector Serviços para discussão da situação política internacional. Às 19.30, com a participação do camarada Aboim Inglês.

• MARINHA GRANDE

Debate promovido pela CDU com a população da Ordem sobre problemas locais. Na sede da Ordem, às 21.30, com a participação do presidente da CM, João Barros Duarte.

Sexta, 20

• ALMADA

«O comunismo no mundo contemporâneo»: debate com a participação do camarada Eduardo Chitas, prof. da Faculdade de Letras de Lisboa. Às 21.00, no CT concelhio.

• PORTO

Reunião de eleitos autárquicos e membros da Comissão de Freguesia da Cidade do Porto, para discussão de perspectivas de trabalho nas autarquias do conce-

VI
ENCONTRO
NACIONAL
PIONEIROS
DE
PORTUGAL

22 de Março

Horário
Setúbal

10 horas:
Sociedade Capricho
Setubalense

14 horas:
Parque do Bonfim
jogos, ginastas, caça
ao Tesouro

15 horas:
Av. Belo Horizonte,
Bairro Bela Vista
plantação de árvores e
deslocação à Terra da
Abundância

1992

Agenda

lho. No CT da Boavista, às 21.30, com a participação do camarada Avelino Gonçalves.

• TORRES NOVAS

Debate sobre questões da actualidade internacional, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues: às 21.30, no Centro de Trabalho.

• VILA REAL

Sessão pública no Centro Cultural de Vila Real, inserida no 71º aniversário do PCP, com a participação do camarada Vítor Dias. Às 21.30.

Sábado, 21

• CHAVES

Encontro-debate com jovens, à tarde, com a participação do camarada Vítor Dias, que estará também presente no jantar de confraternização que tem lugar em seguida.

• CONDEIXA

Jantar-convívio comemorativo do 71º aniversário do PCP: no Faia-Bar, às 19.30, com a participação do camarada Vítor Costa.

• LISBOA

Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino: sábado e domingo, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico. Intervenção de

abertura por Edgar Correia e de encerramento (domingo às 11.00) por Carlos Carvalhas.

• MONTEMOR-O-NOVO

Convívio comemorativo do 71º aniversário do PCP, promovido pelo Comité Local da cidade, com a participação do camarada Dias Lourenço. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

• PORTO

Plenário de militantes dos TLP: às 9.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

• SANTARÉM

Plenário distrital de Jovens Trabalhadores e Trabalhadores-Estudantes, promovido pela JCP. Às 15.00, no Centro de Trabalho do Entroncamento.

• VILA REAL

Jantar-convívio comemorativo do 71º aniversário do Partido. Na Esc. Preparatória Nº 1, às 19.30.

Na Borralha (Montalegre), sessão comemorativa do 71º aniversário.

Domingo, 22

• BRAGANÇA

Convívio comemorativo do 71º aniversário do PCP, promovido pela Comissão Concelhia. A partir das

16.00 no Centro de Trabalho.

• RIO DE MOURO

Convívio com intervenção sobre a situação política, fados e petiscos, assinalando o 7º aniversário da abertura do CT de Rio de Mouro. Às 15.00.

• VOUZELA

Reforma da PAC e repercussões na agricultura portuguesa: debate público com a presença dos camaradas Agostinho Lopes, Lino de Carvalho e Rogério de Brito. No Salão Nobre da Câmara Municipal, com início às 14.30.

21 DE MARÇO DE 1992
LISBOA
14.30 h - Marquês/Rossio

MANIF

NÃO AO ACORDO!

JUSTIÇA SOCIAL! DEMOCRACIA!



Terça, 24

• LISBOA

«O PCP na História Portuguesa» - 6º e último debate do ciclo «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo» que tem vindo a ser promovido pela DORL. Estarão presentes como animadores os camaradas Aurélio Santos, José Vitoriano e João Arsénio Nunes. Às 21.00 no CT Vitória.

Reunião da célula da Manutenção Militar. Às 17.45 no CT do Beato.

Plenário da célula da EDP: às 19.00 no CT Vitória.

O Comunismo
e o Mundo
Contemporâneo
O PCP
na História
Portuguesa

Com a participação
de Aurélio Santos,
José Vitoriano,
João Arsénio Nunes

Terça-feira, dia 24
CT Vitória

valorizar a escola - democratizar o ensino

Encontro
Nacional
do
PCP
sobre
Educação
e Ensino

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO - LISBOA
encerramento com CARLOS CARVALHAS Secret. Geral Adjunto do PCP

21 e 22 Março 1992
abertura sáb. 11.00 h.

Televisão

Quinta, 19

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.30 Caçador da Guerra (ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Os Simpson
21.50 Um Romance à Medida
23.00 Teatro: «O Roubo do Colar»
00.55 24 Horas
01.15 Remate
01.30 Chimera

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Inglês
12.40 Aldeia das Brincadeiras
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
17.30 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Lendas da Guitarra (II)
22.30 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 Assassinos (ver «Filmes na TV»)
00.45 Especial desporto - Golfe

Sexta, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Bandido (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto Por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Só Entre Amigas (ver «Filmes na TV»)
23.10 Mamma Mia
23.40 24 Horas
00.20 Remate
00.45 Em Busca da Luz (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.20 Curso de Alemão
12.35 Aldeia das Brincadeiras
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlscos
17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club

18.30 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 O Beijo de Judas
22.25 Pantanal
00.05 Rotações
02.00 Desporto - Golfe

Sábado, 21

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 Eric Clapton
16.00 Os Grandes Aventureiros (ver «Filmes na TV»)
17.50 O Século dos Detectives
18.40 A Grande Competição
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.25 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araponga
23.15 O Processo do Rei (ver «Filmes na TV»)
00.50 Contradições
01.55 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.15 Agarra o 2
14.00 A Vida é Um Sonho (ver «Filmes na TV»)
15.10 Filmes 1991
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 22

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 O Mundo Animal
14.30 Top+
15.30 Voto Fatal (ver «Filmes na TV»)
17.10 As Aventuras do Cavalo Preto
17.35 ET - Entretenimento Total
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.35 Conversa Afada
00.45 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 A Voz do Planeta
10.50 Regiões Magazine
11.50 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Automobilismo - GP México
23.05 Dillinger (ver «Filmes na TV»)
00.50 Automobilismo

Segunda, 23

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia

11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 Remo - Desarmado e Perigoso (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
22.45 Grandes Desafios
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Humanóide (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Aldeia das Brincadeiras
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Xanadu
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.45 Dia Mundial da Meteorologia
22.45 Teatro: «Roseland»

Terça, 24

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Até à Humanidade (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.15 Carol & Companhia
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Patinagem Artística
17.55 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Querida América (ver «Filmes na TV»)
00.00 Pop Off

Quarta, 25

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando

14.35 Os Acrobatas do Crime (ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Uma Família na Revolução (ver «Filmes na TV»)

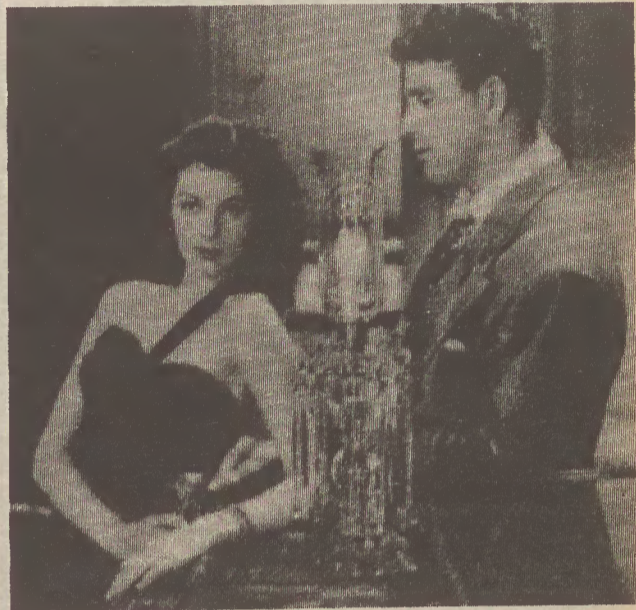
23.05 24 Horas
23.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!

14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.15 Especial Desporto
16.00 O Caminho das Estrelas
17.00 Patinagem Artística
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Futebol
23.20 Carlos Cruz: «Quarta-feira»

Filmes na TV



«Assassino» Hemingway, por Slodmak. Com Ava e Lancaster

beber um pouco de álcool de uma garrafa «desrolhada» pelo tiroteio e, de passagem, atrai com três granadas aos soldados «regulares» pondo-os em debandada...

Sexta, 14.35, Canal 1

Só Entre Amigas
«Just Between Friends», (EUA/1986). Realização de Allan Burns. Interpretação de Mary Tyler Moor, Julie Payne, Beverly Sanders, Salome Jens, Ted Danson. Cor, 106 minutos.

Talvez porque, em papéis principais, estão envolvidos alguns nomes sonantes da televisão americana, como Mary Tyler Moor ou Ted Danson, este melodrama envolvendo o clássico «triângulo amoroso» aproxima-se na sua feitura do esquema normalmente escoreito mas pouco ambicioso do telefilme, razão que teria aconselhado a sua programação para uma qualquer «sessão da tarde». Pelos vistos, ultimamente as coisas funcionam ao contrário, na RTP.

Sexta, 21.20, Canal 1

O Caçador da Noite
«The Murders in The Rue Morgue», (EUA/1986). Realização de Jeannot Szwarc. Interpretação de George C. Scott, Rebecca De Mornay, Ian McHane, Neil Dickson, Van Kilmer. Cor, 87 minutos.

Em mais uma adaptação (desta vez para a televisão), esta é a quinta variante cinematográfica de um famoso conto de Edgar Allan Poe: a história de um tenebroso duplo crime tendo por cenário Paris em meados do século XIX. Apenas se safa a interpretação de George C. Scott, que os cinéfilos compararão com a de Bela Lugosi na versão original (bem menos sanguinolenta) de 1932.

Sexta, 00.45, Canal 1

A Vida é um Sonho
«Man's Castle», (EUA/1933). Realização de Frank Borzage. Interpretação de Spencer Tracy, Loretta Young, Glenda Farrell, Walter Connolly, Arthur Hohl. P/B, 77 minutos.

Se os grandes «musicais» de Busby Berkeley (de que a RTP apresentou uma notável retrospectiva há meses) representaram, para Hollywood, uma forma de proporcionar aos espectadores do cinema um escape para os dramas provocados pela Grande Depressão dos inícios da década de 30, este filme de Frank Borzage rema contra a maré e apresenta, de forma poética e dramática, uma história de amor como contraponto ao cruel pano de fundo que constituía a crise económica com o seu cortejo de desemprego e miséria que então se abateu sobre a sociedade americana. Nos principais papéis, brilham (é o termo!) Spencer Tracy e Loretta Young, mas os secundários não são menos impressionantes. Indispensável.

Sábado, 14.00, Canal 2

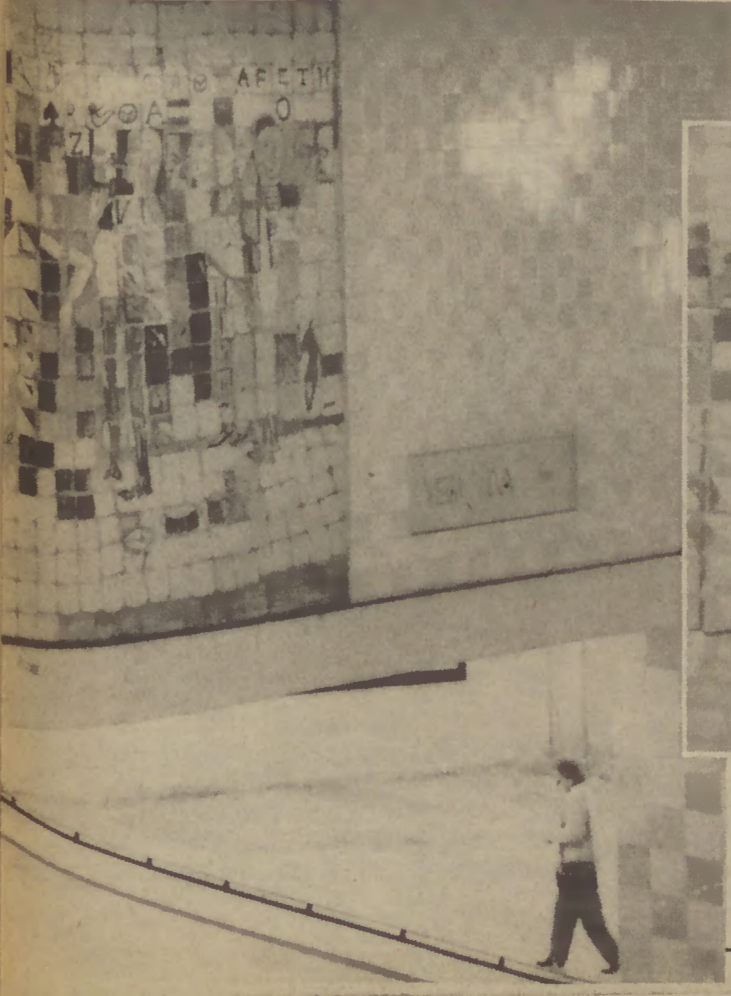
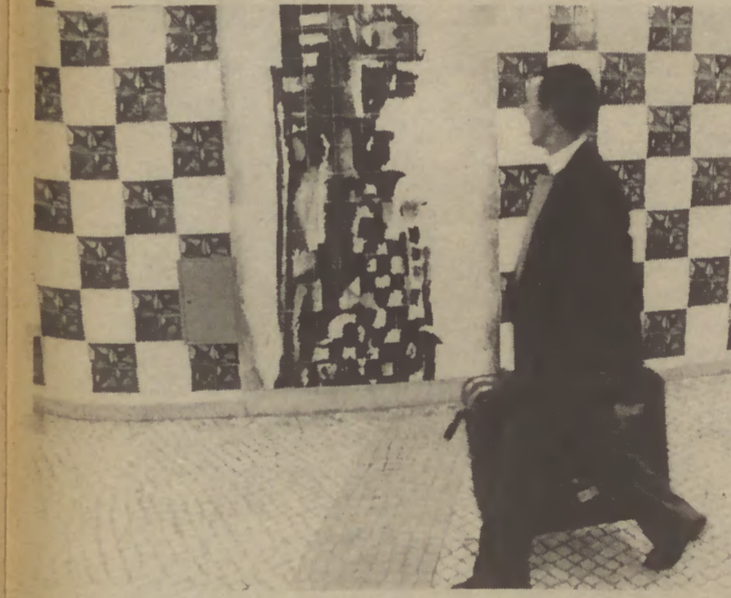
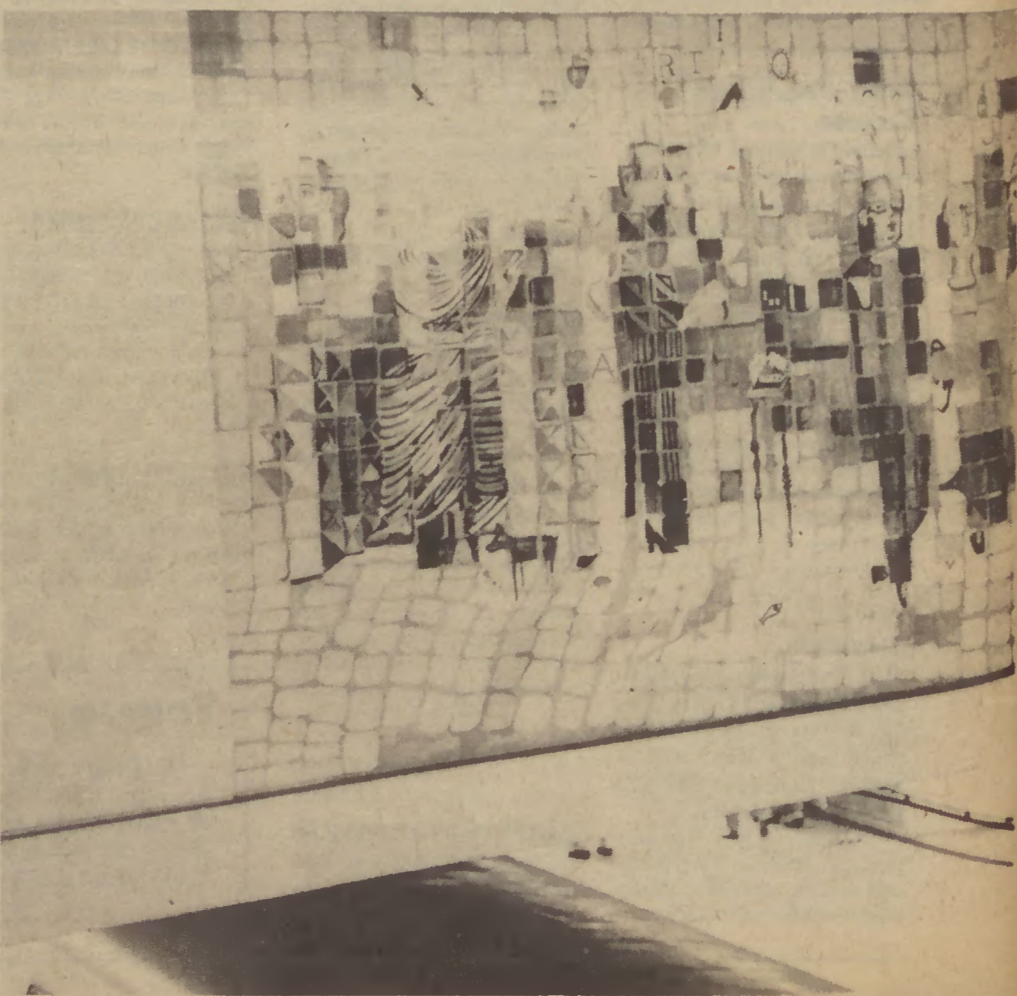
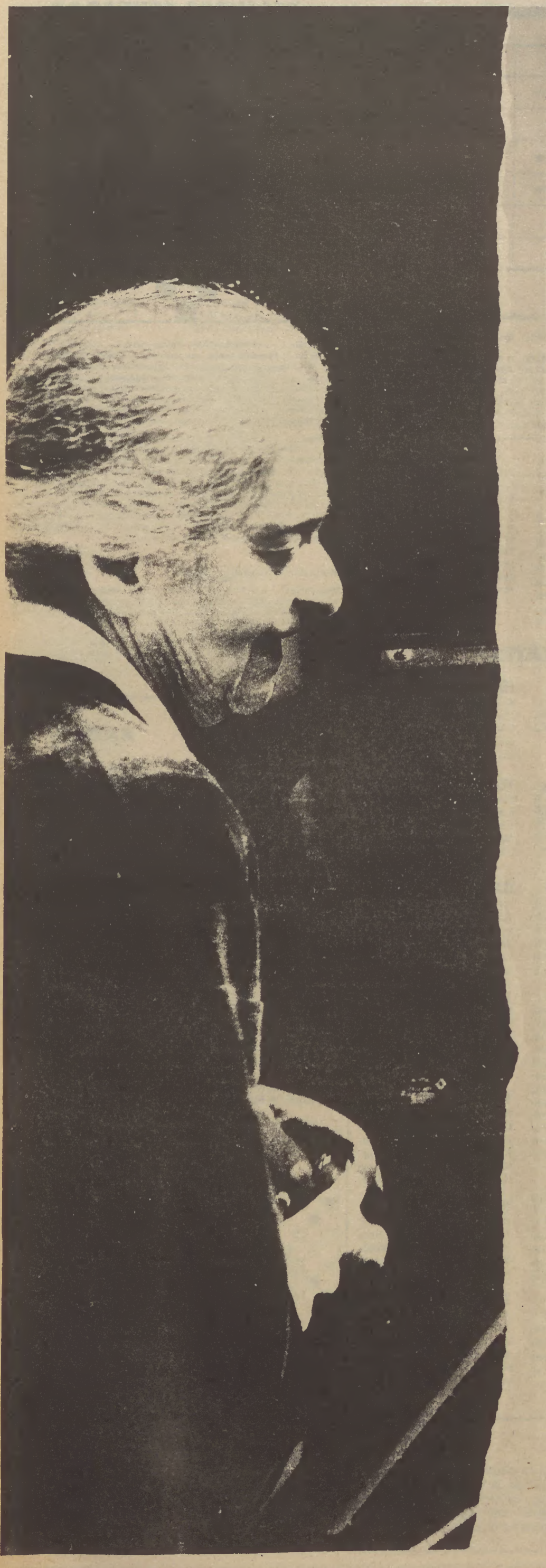
Os Grandes Aventureiros
«Les Aventuriers», (Fr.-It./1966). Realização de Robert Enrico. Interpretação de Alain Delon, Lino Ventura, Joanna Shimkus, Serge Reggiani, Hans Meyer. Cor, 108 minutos.

Roland (Lino Ventura) trabalha sobre o protótipo de um motor automóvel; Laëtítia (Joanna Shimkus), com o «ferro velho» de Roland, faz exposições de arte; e Manu (Alain Delon) quer voar com o seu avião por baixo do Arco do Triunfo. Desfeitos os sonhos respectivos, todos partem para o Congo em busca de um tesouro escondido na carcaça de um avião - mais um sonho que, desta vez, termina em tragédia. Um filme bastante interessante, com uma história, a um tempo crua e romântica, que nos fala do sonho, da aventura e da amizade - temas dilectos do cinema de todas as latitudes - com personagens sensíveis e credíveis (apesar da «marca» que, paradoxalmente, trazem consigo, de outros filmes, alguns dos seus intérpretes).

Sábado, 16.00, Canal 1

O Processo do Rei
(Portugal, 1989). Realização de João Mário Grilo. Interpretação de Carlos Daniel, Aurelle Dozan, Gerard Hardy, António Solmer, Carlos Medeiros, Filipe Ferrer. Cor, 87 minutos.

O cinema português dos anos



■ Fernando Lopes-Graça

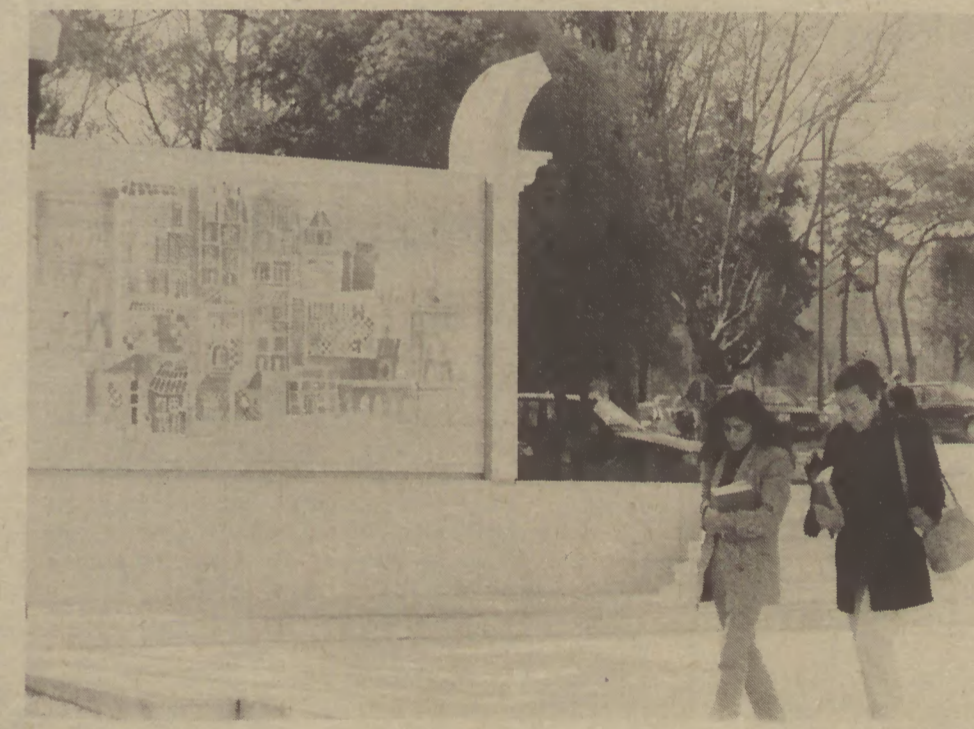
MEMÓRIA DE VIEIRA DA SILVA

Pedem-se-me para o «Avante!» algumas palavras sobre a figura da grande pintora Maria Helena Vieira da Silva, recentemente falecida, invocando-se para tal a nossa amizade de longos anos e a funda admiração que a sua arte - a arte de um

dos excelsos nomes da pintura dos nossos tempos - em mim suscitava. Se dessa amizade e dessa convivência mais ou menos seguida - e a que não era estranha uma certa afinidade ideológica - me é lícito falar, já o mesmo não sucede pelo que diz

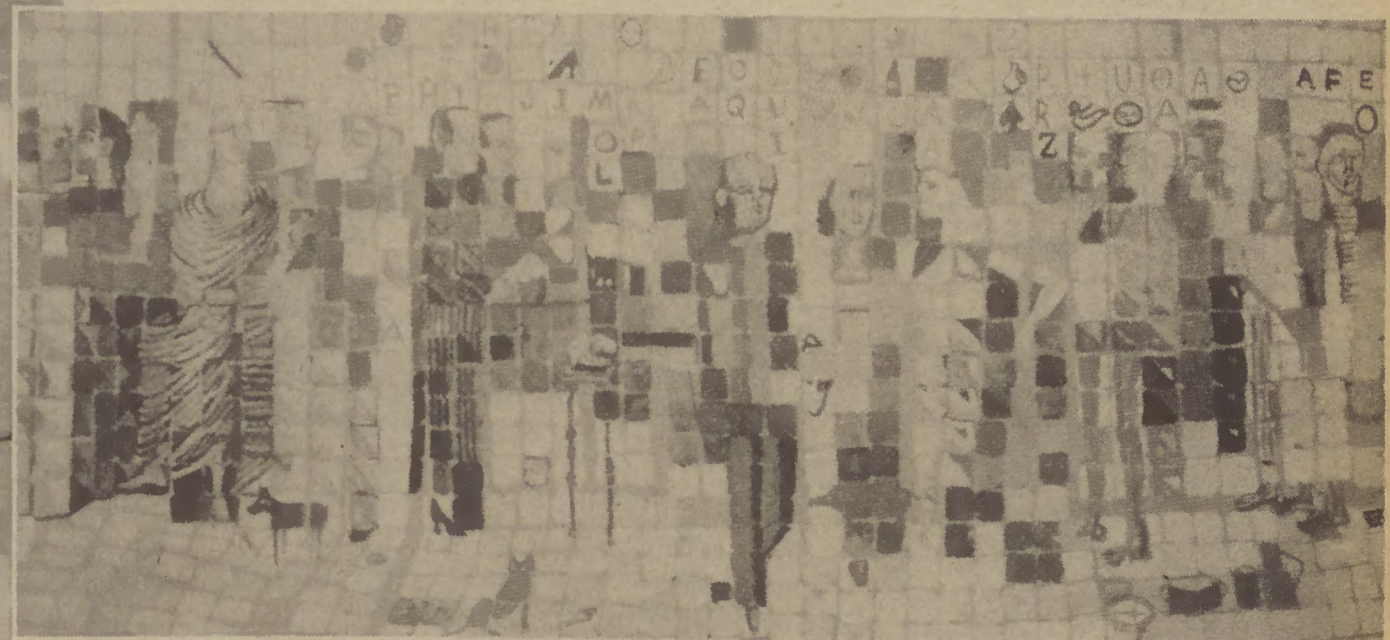
respeito à arte de Vieira da Silva, pois que admirar apenas por admirar, não é, não pode ser, um critério valorativo, o critério de alguém apto a discorrer sobre matérias que não são da sua própria competência, do seu pessoal ofício.

A este respeito, só saberei dizer que ver trabalhar Vieira da Silva horas e horas seguidas, por vezes mesmo noite fora, com um afinho, um ardor, uma tenacidade ofical surpreendentes, constituiu para mim, sempre que me foi dado aproximar-me do seu estrênuo e incansável



labor, uma das lições mais preciosas e estimulantes de toda a minha vida, mesmo da vida do simples músico que eu apenas era, que eu apenas sou.

Mas se até a própria música nos ligava um pouco, dado que Maria Helena Vieira da Silva era uma fervorosa e esclarecida melófila, pois que chegou a iniciar-se na música através do piano; e lá estava sempre no seu atelier (e por vezes mesmo nas suas telas, bem como nas do seu marido, o saudoso e admirável artista que era Arpad Szenes), um pequeno e precioso harmónio, que eu frequentemente dedilhava, quantas vezes a seu próprio rogo. E a grande amiga não



largava os seus pincéis, enquanto ia ouvindo um Prelúdio ou uma Fuga de Bach, compositor muito da sua predilecção...

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Surpresa desagradável

Na distraída leitura que os artigos de António Barreto suscitam, eis que, no passado domingo, folheando o «Público», fomos dar com um recado final:

«O Pravda acabou. O Avante! ainda não. Mas não falta muito.»

Houve que reler.

Ficámos atónitos.

Pelo menos desagradavelmente surpreendidos. Ainda tentámos dar margem para dúvidas.

O certo é que acabámos por nos decidir pela completa tristeza.

Há motivos, nessas três frasezinhas, na mensagem que pretendem enviar ao leitor, para a hesitação na atitude definitiva a aceitar.

Três proposições e logo um novelo a deslindar. A começar nas intenções.

A primeira frase é uma notícia. Mas já os jornais a haviam dado, cada um a seu jeito, puxando a brasa à sua sardinha, uns lacónicos e precisos, outros, como a RTP, a fugir tanto à objectividade que até deram a entender que o jornal dos comunistas russos tinha sido fundado por... Staline...

Que intenção tinha Barreto ao repetir a notícia? Expressar uma tristeza pelo desaparecimento de um jornal que contribuiu no passado, poderosamente, para a revolução socialista? Ou mostrar a exultação à moda por se ter calado — temporariamente, como referem as notícias — uma voz, abafada pelos novos «democratas» que reinam no Kremlin?

A segunda frase é uma relação. Afirma — e é verdade —, que o «Avante!» não se calou. E nesta relação persiste a propositada confusão entre dois jornais, dois partidos, duas histórias, duas vozes, duas realidades.

É uma atitude velha, tão velha quanto as acusações que os comunistas portugueses sofreram durante o vasto e escuro tempo do fascismo, quando ainda — talvez — António Barreto lesse o «Avante!» e o distribuisse (?).

A história do «Avante!» nenhum português culto a ignora, todos os democratas a conhecem bem. Sabem que ela está estreitamente ligada à luta dos portugueses pela liberdade e pela democracia e que, durante quarenta e oito anos, foi a única voz da imprensa que a censura não conseguiu calar. Sabem que, nas suas páginas, onde o internacionalismo sempre esteve presente, o maior peso da escrita deu conta — e dá hoje também — das lutas dos trabalhadores portugueses pela justiça social, pelo progresso e pelo socialismo. Em Portugal.

É de esperar que os democratas que hoje são nossos adversários não estejam de acordo conosco. Não é de esperar, porém, que desejem que esta voz se cale.

Ora, a terceira frase («Não falta muito») sugere precisamente a antecipada alegria — ou o funesto augúrio — pelo fim da voz dos comunistas portugueses.

Espanto e decepção!

É que sempre esperámos de Salazar e de Caetano, dos seus sequazes e esbirros, a atitude persecutória de quererem calar os comunistas em Portugal. Os fascistas de ontem bem se esforçaram por isso e só o heroísmo dos comunistas de então permitiu que a voz do «Avante!» chegasse durante décadas às mãos dos democratas e dos trabalhadores.

Sabemos que, hoje, os herdeiros da ideologia mais reacçãoária apeada no 25 de Abril continuam com as mesmas veleidades mas com menos poder. E que os exploradores que tais herdeiros defendem — antigos ou novos — gostariam que nos calássemos. De democratas não esperamos tal atitude.

Escrever hoje, 1992, o mesmo que Barbieri Cardoso ou o major Silva Pais teriam subscrito antes do 25 de Abril de 1974, coloca quem o faz do mesmo lado dessas obscuras personagens.

■ LM

Transportes Confirmada a greve de 18

Pararam ou voltam a parar Carris, Metro, Metalúrgicos, Transportadoras privadas, Arsenal e outros EFFAS. Movimentação social percorre o País. As greves são de 24 horas.

Vários sindicatos confirmavam segunda-feira passada a greve de 24 horas na Carris, Metro, e transportadoras privadas de passageiros. Para o mesmo dia continuavam marcadas no início desta semana paralisações de vários alcances no sector da metalurgia e metalomecânica. A Federação (FSMMMP) anunciava greve durante todo o dia. Os trabalhadores dos EFFAS (estabelecimentos fabris das Forças Armadas) paralisavam em 11 do cor-

rente, enquanto prosseguiam durante toda a semana as paralisações dos transportes. Quarta-feira, 11, principalmente da parte da manhã, a Grande Lisboa esteve praticamente sem transportes públicos urbanos.

A questão salarial continua a constituir o núcleo mais forte dos conflitos.

Na TAP continuavam em risco 370 postos de trabalho. Como já foi noticiado, o conselho de administração da transportadora e a SAAL

(empresa abastecedora de aeronaves) decidiram denunciar mais cedo do que o previsto um acordo de fornecimentos que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul esconderia — quanto ao «comportamento» dos intervenientes, incluindo o Governo — a existência de «negócios escuros».

O Sindicato não adiantava em 16 do corrente nenhum pormenor sobre tais «ne-

gócios». Mas anunciava, entre 16 e 19 do corrente uma série de acções com o objectivo de defender os postos de trabalho.

Paralisação na Marinha

Ainda para 18 do corrente, estava anunciada segunda-feira passada uma paralisação simbólica de 15 minutos entre o pessoal da Marinha. Em causa o sistema retributivo e a falta de respostas do Ministério da Defesa e da Armada aos seus problemas. Os militarizados da Marinha são cerca de 1500 e integram, entre outros grupos, a Polícia Marítima.

Paralisações aduaneiras O sindicato (Stade) reclama respostas e soluções

Após paralisações sucessivas nos postos fronteiriços de todo o País, designadamente entre 9 e 12 do corrente, o Stade (Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas) salienta a preocupação do sector (8500 efectivos em Portugal e 85 mil na Comunidade), com a aproximação do Mercado Interno (1993), e recorda mais uma vez a necessidade de encontrar «respostas

e soluções concretas face às incidências gravosas» decorrentes da «adesão de Portugal à CE (Comunidade Europeia)».

O mesmo se passa relativamente a organizações quer sindicais por toda a Europa dos 12. As paralisações têm, aliás, sido efectuadas em conjunto por trabalhadores de vários países da CE.

Os trabalhadores aduanei-

ros não têm alternativas de emprego. Com o previsto encerramento das alfândegas desaparecem os despachantes e empresas similares em toda a Europa comunitária.

Os trabalhadores e o Stade manifestam-se na disposição de continuar a lutar.

Por seu turno, associações patronais como a Antram, as empresas importadoras de discos, por exemplo, e os próprios despachantes pretendem soluções da parte do Governo que tem permanecido em silêncio.

Em 11 do corrente, cerca de uma centena de despachantes portugueses e espanhóis cortavam da parte da manhã o trânsito na parte internacional de Valença. No mesmo dia, mais de 200 trabalhadores aduaneiros concentravam-se junto à fronteira de Vilar Formoso. Centenas de veículos esperavam que o piquete de greve os deixasse

passar.

A entrada e saída de mercadorias do País esteve praticamente interrompida entre 9 e 12 do corrente. Só a nível da Península Ibérica, mais de um milhão de camiões «Tir» ficaram retidos na alfândega de Vilar Formoso em 11 do corrente.

No dia seguinte, quinta-feira passada, eram mais de 1500 esses veículos paralisados, revelava a Lusa.

As paralisações têm contado com o apoio dos despachantes.

As greves têm afectado todo o País. Em 12 do corrente, o terminal rodoviário do Freixeiro, em Matosinhos, bem como o de Alverca não davam despacho a nenhum veículo. Os efeitos negativos da paralisação prolongam-se por toda esta semana em que novas formas de luta poderão ser adoptadas no sector.

Repressão sindical no Ensino

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) que preconiza a adopção da greve em 26 e 27 de Março, como forma de luta de âmbito nacional contra a falta de regulamentação do estatuto da carreira docente (ECD), marcou para 11 do corrente uma conferência de imprensa na qual seriam sublinhadas «as graves tentativas de limitação dos direitos de actividade» dos sindicatos e inclusivamente a «instrução de processos disciplinares por motivo de acção sindical».

Segunda-feira passada, cinco dias depois daquela intervenção pública do SPGL, a direcção do mesmo Sindicato, através de Anabela Delgado, revelava à comunicação social que «dirigentes sindicais dos professores» tinham sido «impedidos de realizar uma reunião na Escola Preparatória do Feijó», nos arredores da capital.

Entretanto, em Almada, os conselhos directivos das escolas secundárias dos concelhos de Almada e Seixal reclamavam, em 13 do corrente, uma «solução definitiva» para as carências de pessoal auxiliar que as escolas portuguesas registam.

Por seu turno, o Sindicato dos Professores da Região



Encontro PCP-PS

Uma delegação do PS, dirigida pelo secretário-geral, António Guterres, e que integrava ainda o presidente do partido, Almeida Santos, e os dirigentes João Soares e Edite Estrela, foi recebida no passado dia 12, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP constituída pelo secretário-geral, Álvaro Cunhal, o secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas, o presidente do Grupo Parlamentar e membro da Comissão Política, Octávio Teixeira, e Luís Sá, também da Comissão Política.